

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
CURSO DE MESTRADO EM HISTÓRIA**



Dissertação

**A História da África em uma coleção de Livros Didáticos produzidos para o  
PNLD/EM (2008 – 2017)**

**ANELISE DOMINGUES DA SILVA**

Pelotas, 2018

**Anelise Domingues da Silva**

**A História da África em uma coleção de Livros Didáticos produzidos para o  
PNLD/EM (2008 – 2017)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Lisiane Sias Manke

Pelotas, 2018

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas  
Catalogação na Publicação

S587d Silveira, Emily Costa

Dieta e helmintofauna de machos de *Boana pulchella* (Duméril & Bibron, 1841) (Anura: Hylidae) em áreas alagadas do extremo sul do Brasil / Emily Costa Silveira ; Daniel Loebmann, orientador ; Carolina Silveira Mascarenhas, coorientadora. — Pelotas, 2018.

116 f.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Biologia Animal, Instituto de Biologia, Universidade Federal de Pelotas, 2018.

1. Anuros. 2. Helmintos. 3. Dieta. 4. Nematoda. 5. Estratégia alimentar. I. Loebmann, Daniel, orient. II. Mascarenhas, Carolina Silveira, coorient. III. Título.

CDD : 597.8013

Anelise Domingues da Silva

**A História da África em uma coleção de Livros Didáticos produzidos para o  
PNLD/EM (2008 – 2017)**

Banca examinadora:

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Lisiane Sias Manke  
Orientadora – UFPel

---

Prof. Dr. Edgar Ávila Gandra  
PPGH/ICH/UFPel

---

Prof. Dr. Paulo Ricardo Pezat  
Dep.Hist/ICH/UFPel

---

Prof. Dr. Antônio Maurício Medeiros Alves  
PPGEM/IFM/UFPel

## **Agradecimentos**

Agradeço primeiramente a Deus, pois sem Ele não seria possível completar este ciclo.

Ao meu esposo Yuri Schaun Abraão, pelo apoio e auxílio.

À minha orientadora por toda dedicação e empenho em auxiliar-me.

Aos professores Antônio Maurício, Edgar e Paulo Ricardo, pelo empenho e contribuição na banca de qualificação e defesa.

À Universidade Federal e aos professores do departamento de História.

Aos familiares, amigos e colegas que de alguma maneira tiveram participação para a concretização desta etapa.

À E.E.E.M. Nossa Senhora de Lourdes e ao colégio Pedro Osório, os quais cederam os livros didáticos de suas bibliotecas para a efetivação desta pesquisa.

## Resumo

SILVA, Anelise Domingues da. **A História da África em uma coleção de Livros Didáticos produzidos para o PNLD/EM (2008 – 2017)**. 2018. 109f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

A pesquisa em livros didáticos é uma tarefa complexa, pois é preciso averiguar todas as dimensões que compõe o livro. A análise dos programas nacionais e leis que envolvem a produção de um livro como fonte histórica são dimensões, dentre outras, que requerem uma observação mais acurada se a finalidade for trabalhar o livro como objeto de pesquisa. Após a promulgação da lei 10.639 em 09 de janeiro de 2003 que tornou obrigatório o ensino sobre a História da África e da Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, houve um despontar mais profundo das pesquisas acadêmicas sobre o continente africano. Levando isso em consideração, esta pesquisa tem como objetivo analisar a abordagem apresentada sobre História da África em três diferentes edições de livros didáticos, os quais participaram do Programa Nacional do Livro Didático do Ensino Médio (PNLD/EM), nos ciclos de 2008, 2012 e 2015. Desejando assim, compreender o enfoque dado à África, observando as permanências e mudanças na representação da temática no decorrer dos anos. Para tanto, são analisadas três edições da obra História Global – Brasil e Geral, de autoria de Gilberto Vieira Cotrim, publicadas no âmbito do PNLD/EM. A metodologia é a análise textual apoiada no referencial teórico do historiador Roger Chartier, centrando-se em duas categorias de análise: textualidade e materialidade do livro, para compreender melhor que enfoque é dado ao continente africano nestes exemplares. Para um conhecimento mais abrangente sobre a história do continente africano é necessário não ignorar as dificuldades que ele enfrenta, e nem omitir sua realidade. É necessário apresentar suas riquezas, avanços, culturas e tradições, para que assim, se tenha uma nova perspectiva do continente. Quanto as análises realizadas nessa pesquisa, foi observado que o autor não aborda a África somente de um prisma de miséria e fome, embora não os omite, mas também apresenta os costumes, as tradições e as sociedades dos povos africanos. Assim, enquadra sua obra ao principal contexto regulador dos livros didáticos, ou seja, ao Programa Nacional do livro didático.

**Palavras-Chave:** livro didático; história da África; PNLD/PNLD/EM

## Abstract

The research in textbooks also called didactic books is a complex task, since it is necessary to ascertain all the dimensions that compose the book. The analysis of national programs and laws involving the production of a book as a historical source are dimensions that require more accurate observation if the purpose is to work the book as a research object. Following the enactment of Law No. 10,639 on January 9th, 2003, which made education on the History of Africa and Afro-Brazilian Culture compulsory in both primary and secondary schools, there was a sharp rise in academic research on the African continent. Taking this into consideration, this research aims to analyze the approach presented on the History of Africa in a collection of didactic books produced for the National High School Textbook Program (PNLDD), in the cycles of 2009, 2012 and 2015. Desiring to understand the approach taken to Africa, observing what has been kept or changed in the representation of the theme over the years. In order to do so, three editions of the work *Global History - Brazil and General*, by Gilberto Vieira Cotrim, published under the scope of PNLDD, will be analyzed. The methodology is textual analysis based on the theoretical reference of the historian Roger Chartier, focusing on two categories of analysis: textuality and materiality of the book, to better understand what approach is given to the African continent in these examples. In order to know the history of the African continent, it is necessary not to ignore the difficulties it faces and omit their reality. However, it is also necessary to present its riches, advances, cultures and traditions, in order to have a new perspective on the continent.

**Keywords:** textbook; history of Africa; PNLD/PNLD/EM

## Lista de figuras

Figura 1	Quadro apresentando o conjunto de fontes analisadas.....	16
Figura 2	Quadro com o número de capítulos e páginas da obra analisada, ano de publicação e do PNLD/EM.....	28
Figura 3	Capa da 8ªed./2005 da coleção História Global – Brasil e Geral - Roma e Austrália.....	30
Figura 4	Sumário da 8ªed./2005 da coleção História Global – Brasil e Geral	31
Figura 5	Sumário da 1ªed./2010 da coleção História Global – Brasil e Geral	31
Figura 6	Capa da 1ªed./2010 –vol. I – Egito.....	34
Figura 7	Capa da 1ªed./2010 – vol. II – Prédio do Parlamento em Londres	34
Figura 8	Capa da 1ªed./2010 – vol. III – Palácio do Itamarati no Brasil.....	34
Figura 9	Capa da 2ªed./2013 – vol. I – Egipto.....	38
Figura 10	Capa da 2ªed./2013 – vol. II – Salvador (BA).....	38
Figura 11	Capa da 2ªed./2013 – vol III – Washington (EUA).....	38
Figura 12	Templo de Karnak – Egito.....	39
Figura 13	Evolução do PNLD/EM 2004 – 2011.....	49
Figura 14	Quadro de avaliação da obra História Global – Brasil e Geral, segundo o PNLD/EM.....	54
Figura 15	Mapa do Egito Antigo da 8ªed/2005.....	64



Figura 16	Capa do capítulo 6 da 1ªed./2010 – vol. I .....	67
Figura 17	Capa do capítulo 6 da 2ªed./2013 – vol. I.....	68
Figura 18	Mapa do Egito Antigo da 1ªed./2010 – vol. I.....	70
Figura 19	Sumário da 1ªed./2010 – vol. I, capítulo 12 – Povos africanos .....	72
Figura 20	Sumário da 2ªed./2013 – vol. I, capítulo 13 – Povos africanos.....	72
Figura 21	Capa do capítulo 13 da 2ªed./2013 – vol. I.....	76
Figura 22	Capa do capítulo 12 da 1ªed./2010 – vol. I.....	77
Figura 23	Capítulo 13 da 2ªed./2013 – vol. I - África subsaariana .....	79
Figura 24	Capítulo 13 da 2ªed./2013 – vol. I – sociedades africanas.....	80
Figura 25	Capítulo 12 da 1ªed./2010 – vol. I – esculturas em ouro.....	81
Figura 26	Capítulo 13 da 2ªed./2013 – vol. I – esculturas em ouro.....	81
Figura 27	Capítulo 12 da 1ªed./2010 – vol. I – Mesquita Djenné, reino de Mali.....	84
Figura 28	Capítulo 13 da 2ªed./2013 – vol. I – Mesquita Djenné, reino de Mali.....	84
Figura 29	Capítulo 12 da 1ªed./2010 – vol. I – conversão do rei congolês ao cristianismo.....	86
Figura 30	Capítulo 13 da 2ªed./2013 – vol. I – conversão do rei congolês ao cristianismo.....	86
Figura 31	Mapa da partilha da África.....	88
Figura 32	Capítulo 10 da 2ªed./2013 – vol. III.....	92

Figura 33	Capítulo 10 da 1ªed./2010 – vol. III – mapa da independência dos países africanos .....	94
Figura 34	Capítulo 10 da 2ªed./2013 – vol. III – mapa da independência dos países africanos.....	95
Figura 35	Capítulo 12 da 1ªed./2010 – vol. III - desigualdade e globalização	97
Figura 36	Capítulo 12 da 2ªed./2013 – vol. III – desigualdade e globalização	98
Figura 37	Capítulo 12 da 1ªed./2010 – vol. III – mãe nigeriana com seu filho no colo.....	100

## **Lista de Abreviaturas e Siglas**

FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PNLD/EM	Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio

## Sumário

<b>Introdução</b> .....	11
<b>Capítulo 1– O Livro Didático</b> .....	19
1.1 O Livro Didático como fonte e objeto de pesquisa .....	22
1.2 Pesquisas sobre livros didáticos e África: diálogos possíveis.....	25
1.3 A coleção História Global Brasil e Geral .....	27
<b>Capítulo 2 – O Livro Didático e suas dimensões</b> .....	43
2.1 O contexto regulador .....	43
2.2 PNLD, PNLD/EM, Editais e Guias do livro didático.....	44
2.2.1 Edital de Convocação - PNLD/EM/2007 .....	50
2.2.2 Edital de Convocação - PNLD/EM 2012 .....	53
2.2.3 Edital de Convocação - PNLD/EM 2015.....	55
2.3 Lei 10.639/03 e Diretrizes Curriculares Nacionais da Lei 10.639/03.....	58
<b>Capítulo 3 – A análise: a História da África nos livros didáticos de Cotrim</b> .....	63
3.1 A primeira edição a circular no PNLD/EM e seus silenciamentos .....	63
3.2 Mudanças e permanências nas diferentes edições .....	66
3.3 Algumas abordagens do conteúdo África na obra analisada .....	81
<b>Considerações Finais</b> .....	102
<b>Referências</b> .....	105

## Introdução

O Livro Didático<sup>1</sup> pode ser compreendido como um importante instrumento de trabalho servindo de auxílio tanto para o professor quanto para o aluno, pois oferece suporte para o ensino-aprendizado e proporciona ao aluno a capacidade de construção do conhecimento histórico. Trata-se de um “suporte cultural” que possibilita conhecer lugares diferentes, em épocas diferentes, uma ferramenta didática usada em sala de aula que pode ser levada para casa. Porém, não há unanimidade quanto ao seu uso. Conforme Bittencourt (2013), nos últimos tempos o “livro didático tem sido objeto de avaliações contraditórias”, pois há professores que “abominam” essa ferramenta, culpando-a pelo “estado precário da educação escolar”. Por outro lado, há os que o consideram positivamente devido ao auxílio que presta. Contudo, cabe ressaltar aqui, que o “livro didático, no entanto, continua sendo o material didático referencial de professores, pais e alunos”. (BITTENCOURT, 2013, p.71).

Bittencourt (2009) ainda considera que os livros didáticos são “muitas vezes considerados os culpados pelas mazelas do ensino de História”, já que um dos mais graves problemas é “a forma pela qual apresenta os conteúdos históricos, considerando que o conhecimento produzido pelo livro didático é categórico, característica perceptível pelo discurso unitário e simplificado que produz, sem possibilidade de ser contestado”. Ainda resalta que o conhecimento apresentado no livro didático é alvo de críticas “porque resulta em um texto impositivo que impede uma reflexão de caráter contestatório”. Segundo a autora o livro didático tem “limites, vantagens e desvantagens [...] e é nesse sentido que precisa ser avaliado” (p.300 – 301; 313 - 314).

Sendo um “veículo ideológico e fonte de lucro das editoras” (BITTENCOURT, 2013, p.73), é preciso atentar e questionar a respeito do que o livro didático está transmitindo. Mais especificamente, que história sobre o continente africano está abordando, se as ilustrações referentes à África complementam os textos

---

<sup>1</sup> Nesta dissertação, será usado o termo livro didático e/ou manual escolar como sinônimos, sendo compreendidos como produções específicas destinadas ao ensino-aprendizagem de determinada disciplina no contexto escolar.

apresentados ou servem apenas como atrativos, e que história africana os professores estão contando em sala de aula e está baseado em algum livro didático.

Segundo Anderson Oliva (2007), pelo menos até a década de 1990, houve certo silêncio sobre a História da África nos manuais escolares. Até 1999, a história sobre o continente africano era mencionada nos manuais, quando se reportava a cultura europeia: era associada ao tráfico de escravos ou a viagens marítimas, mas não lhes era destinado um capítulo próprio. Foi a partir dessa data (OLIVA, 2007, p. 238) que, os livros didáticos da disciplina de história começaram a dar “espaço” à história do continente africano, talvez incentivados pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Contudo, a demanda por tal temática nos livros didáticos, ainda continua em processo de ampliação e renovação de abordagens.

Com a promulgação da lei 10.639 em 09 de janeiro de 2003, que tornou obrigatório o ensino sobre História da África e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, supõe-se que a discussão sobre a temática ganhou mais força, tornando o ensino da História da África mais presente nas escolas. Com a criação dessa lei, também supõe-se que os livros didáticos deram mais ênfase a temática citada, visto que antes dela a história do continente africano era um pouco esquecida; “[...] devemos voltar nossos olhares para a África, pela sua relevância incontestável como palco das ações humanas e pelas profundas relações que guardamos com aquele Continente por meio do mundo chamado Atlântico” (OLIVA, 2003, p.421). Esse espaço que a temática ganhou também é perceptível diante de palestras e cursos oferecidos, divulgação em revistas, sites e a produção de livros específicos para tratar sobre o tema.

Daí o questionamento de como ensiná-la. É possível que o professor ainda tenha receio de abordar esse tema em sala de aula. Talvez pelo pouco conhecimento sobre a história do continente africano. É provável que, em sua formação não tenha tido a oportunidade de cursar disciplinas que abordassem a História da África, causando o receio da abordagem mais adequada. Assim, o livro didático, ferramenta que deveria auxiliar o professor em sala de aula, torna-se o recurso central no processo de ensino-aprendizagem. Nesse sentido, questiona-se quais seriam os conteúdos sobre o continente africano que estão presentes nos livros didáticos servindo de referência para professores da educação básica. Para Oliva (2003), o conhecimento que possuímos se resume em “silêncio,

desconhecimento e representações eurocêntricas”, isso define o “entendimento e a utilização da História da África nas coleções didáticas de História no Brasil” (p.429).

Ainda, segundo o autor:

[...] é preciso que docentes, estudantes, autores de manuais escolares, editoras e governantes reconheçam a relevância do estudo da História da África, tanto pelas dinâmicas observadas ao longo de suas múltiplas trajetórias históricas como pelas suas contribuições ao patrimônio histórico da humanidade. [...] os brasileiros são frutos do encontro ou desencontro de indivíduos oriundos das diversas sociedades ameríndias, europeias e africanas. [...] a abordagem das novas pesquisas sobre o passado e o presente da África concede instrumentos para alunos, professores e as sociedades como um todo reconstruírem suas referências de identidade e imaginárias (OLIVA, 2007, p.07).

Estas são algumas das contribuições da temática História da África. A História do Brasil também se construiu com a “participação” do continente africano; e dar ênfase a esta participação, é também não esquecer a história do continente africano integrada à História do Brasil, pois tais ações fazem parte da história do seu povo. Mas estudar o continente africano não se limita estudar somente alguns temas, é muito mais abrangente. Por vezes, parece que tudo gira em torno da escravidão do africano, quando a temática é História da África e suas relações com o mundo. Desconstruir ou reconstruir essa ideia não é muito fácil ainda nos dias de hoje, pois quando se trata de África, vem em mente, num primeiro momento, o trabalho braçal dos africanos, o qual era de suma importância para a “edificação” das colônias na América; o africano escravizado pelos europeus; a pobreza e a miséria dos países, como a Etiópia. Para citar um exemplo da representação construída em relação ao continente africano, observa-se uma notícia divulgada no jornal Correio Braziliense, que diz que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva<sup>2</sup> admirou-se ao se deparar com a cidade de Windhoek, capital da Namíbia, por ser limpa e organizada, pois a ideia sobre o continente africano dita por ele não era diferente do pensar de muitos de nós, que era de miséria e pobreza.

---

<sup>2</sup> O ex-presidente, que realizou uma viagem ao sul do continente africano, São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Namíbia e África do Sul, em novembro de 2003, exclamou a imagem que ele também tinha do continente. Diz ele “Estou surpreso porque quem chega a Windhoek [capital da Namíbia], não parece estar num país africano. Poucas cidades do mundo são tão limpas, tão bonitas arquitetonicamente e têm um povo tão extraordinário como tem essa cidade [...]. A visão que se tem do Brasil e da América do Sul é de que somos todos índios e pobres. A visão que se tem da África é de que também é um continente só de pobre” (Correio Braziliense, 2003, p.2).

Enfim, para desconstruir uma imagem negativa, porém não necessariamente enganosa de um continente, é necessário que se possa conhecer a História desse local. Os livros didáticos, por exemplo, contribuem para tal representação da História da África, ao promoverem, por vezes, silêncio, desconhecimento e abordagens eurocêntricas. Uma vez que, a história do continente foi “construída” sob a influência de outras culturas, normas e tradições. E é cabível dizer que as culturas se mesclaram, pois os africanos não perderam suas tradições e costumes, mas sim, foram oprimidos e suprimidos pelas demais culturas, o que ocasionou a mistura delas, prevalecendo, na maioria das vezes, a do opressor.

Diante disso, esta pesquisa tem como objetivo analisar a abordagem apresentada sobre a História da África em uma obra didática que participou do Programa Nacional do Livro Didático do Ensino Médio (PNLD/EM) nos ciclos de 2008, 2012 e 2015. Assim, serão analisadas três diferentes edições da obra intitulada “História Global – Brasil e Geral”, de Gilberto Vieira Cotrim<sup>3</sup>, publicadas pela editora Saraiva. Visa-se, portanto, compreender o enfoque dado ao conteúdo da África nessa obra, considerando as permanências e as mudanças na representação da temática no decorrer dos anos.

A motivação para a realização desta pesquisa está vinculada, de certo modo, à percepção da ausência dessa temática. Uma vez que, pode-se considerar que a História da África é pouco aprofundada nas instituições formadoras de docentes, o que ocasiona a falta de conhecimento sobre o continente africano dos futuros professores. O pouco conhecimento tornou-se notório, pois senti essa lacuna como docente ao lecionar para o primeiro ano do Ensino Médio, em 2015; e, para as séries finais do Ensino Fundamental, em 2016. Tais experiências com a docência me fizeram perceber o quão pouco eu sabia sobre História da África. Consequentemente, enfrentei algumas dificuldades em utilizar o livro didático em sala de aula, pois abordava questões que eu desconhecia, e assim, sentia-me sem base para analisar a pertinência de tais abordagens. Ou ainda, sem compreender

---

<sup>3</sup> Bacharel em História pela Universidade de São Paulo (USP); Licenciado em História pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP); Mestre em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Mackenzie; Professor de História na rede particular de ensino; advogado; diretor da Associação Brasileira dos Autores de Livros Educativos (ABRALE) no ano de 1996; autor de diversos livros publicados pela Editora Saraiva, as quais podem ser encontradas no site oficial de Cotrim <http://www.gilbertocotrim.com/>.



como usar o livro didático de modo que não ficasse repetitivo e cansativo para os alunos. Esse momento da docência se tornou árduo.

Quando cursei a graduação, tive uma disciplina de História da África no final do curso. Ela durou um semestre, que foi o tempo levado para aprender tudo sobre o continente africano. Esse período se mostrou insuficiente para conhecer toda a História da África e as especificidades das práticas de ensino. Contudo, recebi uma bagagem que me auxiliou a sanar algumas de minhas limitações. Por vezes, enquanto professora da educação básica, recorri aos textos que estudei quando cursei essa disciplina, apoiando-me nas questões de âmbito econômico, social, ambiental e geográfico do continente, discutidas na disciplina. Assim, a ausência de um maior enfoque sobre História da África, paralelamente ao conhecimento adquirido nas aulas ministradas pelo Professor Paulo Ricardo Pezat, foi o motivo pelo qual me estimulou a estudar a história da África e suas diferentes abordagens ligadas ao Ensino de História. Citando um exemplo, lembro-me do texto de J.M. Mackenzie em “A Partilha da África 1880-1900”, o qual utilizei para apresentar um seminário. A leitura desse texto me deixou incomodada em relação ao desfecho e ao porquê da partilha da África. Esses, dentre outros questionamentos, me instigaram a estudar o continente africano. Assim, me dediquei a pesquisar sobre a temática em livros didáticos, combinando as inquietações de pesquisa com as dificuldades encontradas nas práticas de ensino de História. Busquei saber, ainda, o que os livros didáticos estavam afirmando sobre a partilha da África, por exemplo, e se ensinavam o que foi a partilha e por que ela aconteceu. Pesquisei sobre o que os livros didáticos apresentavam sobre as sociedades africanas e suas tradições, se eles revelavam quais eram e como eram ou se nem mencionavam o assunto da partilha. Ainda na graduação, comecei a pesquisar sobre África, com a realização do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)<sup>4</sup>, que de certo modo, tem continuidade nesta investigação.

A pesquisa atual, ao ocupar-se de compreender a abordagem dada a História da África em uma obra de livros didáticos, ocupa-se também em compreender o contexto regulador da produção desse material didático. Nesse sentido, destacam-se os Editais do PNLD/EM, os Guias do Livro Didático do PNLD/EM e a influência da

---

<sup>4</sup> Licenciada em História, TCC defendido em julho de 20015, intitulado “Presença portuguesa na região de ‘Angola’ 1822-1885, sob orientação do professor Dr. Paulo Ricardo Pezat, pela Universidade Federal de Pelotas.

lei 10.639/03 na produção desses livros didáticos estudados, assim como também, consideram-se as Diretrizes Curriculares Nacionais da Lei 10.639/03 e os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio para a disciplina de História. A partir do enfoque indicado por esses documentos, foram analisadas três diferentes edições da obra “História Global – Brasil e Geral”, que resultam em sete livros, publicados entre os anos de 2005 e 2013. Essa proposta busca compreender as mudanças, as permanências e a ausência, sobre a África nas edições citadas, observando a influência da legislação e do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) na abordagem do conteúdo da África nos livros didáticos pesquisados. Busca também, analisar a relação do conteúdo de História da África com o conteúdo de outros temas abordados na obra; e por fim, analisar a representação do continente africano presente nos textos que tratam de História da África nos volumes aqui apresentados.

A metodologia está embasada na análise textual e foi dividida em duas categorias de análise: análise da textualidade e análise da materialidade do livro, conforme sugere o historiador Roger Chartier (2003; 2014). De modo a compreender que representações estão sendo produzidas com a contribuição dessas edições didáticas. A seguir apresenta-se as edições analisadas, publicadas pela editora Saraiva:

Título	Edição	Ano de publicação	Volume	PNLDEM
História Global Brasil e Geral	8 <sup>a</sup>	2005	Único	2008/2011
História Global Brasil e Geral	1 <sup>a</sup>	2010	1,2,3	2012/2014
História Global Brasil e Geral	2 <sup>a</sup>	2013	1,2,3	2015/2017

Figura 1 – Edições que compõe o conjunto de fontes analisadas

Observa-se aqui que o conjunto das fontes é composto pela 8<sup>a</sup> edição da obra História Global – Brasil e Geral, publicada no ano de 2005, em um volume único, inscrita no edital do Programa Nacional do Livro Didático do Ensino Médio

(PNLD/EM) 2008<sup>5</sup>, pela 1ª edição da obra “História Global - Brasil e Geral”<sup>6</sup>, publicada em 2010, em três volumes (1º, 2º e 3º ano do Ensino Médio), que contempla o PNLD/EM 2012/2014 e pela 2ª edição da mesma obra, publicada em 2013. Essa última edição foi produzida para o PNLD/EM de 2015/2017. Diante disso, totaliza-se assim, três edições e sete volumes da obra História Global – Brasil e Geral.

O recorte temporal da pesquisa é demarcado pelo PNLD/EM, sendo que História Global - Brasil e Geral, é uma das obras que integraram os três ciclos do programa lançado até o momento. A partir do ano de 2003, o PNLD/EM obteve ampliações com o documento intitulado “Para formar um país de leitores: contribuições para a política do livro escolar no Brasil”, que a Associação Brasileira dos Editores de Livros Escolares (Abrelivros) e a Associação Brasileira de Autores de Livros Educativos (Abrale) encaminhou em dezembro de 2002 ao governo. Esse documento apresentou algumas das reivindicações que culminaram em alterações no PNLD/EM e indicou, dentre outros pontos tratados, que “fosse incluída no programa a distribuição de livros de todas as disciplinas para todos os alunos do Ensino Médio”. (CASSIANO, 2013, p.146-147). A reivindicação que as associações elaboraram ao governo que se seguiria, foi atendida, ao menos em partes, pois o tópico que pede a distribuição de livros didáticos de todas as disciplinas ao Ensino Médio foi executada. Em 2003, foi criado o Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLD/EM) e, em 2005 o governo disponibilizou aos alunos de todas as escolas públicas de Ensino Médio, a distribuição dos livros didáticos de Português e Matemática. Porém para a disciplina de História, somente em 2008 foram disponibilizados os livros às escolas.

Por conta disso, a presente pesquisa se propõe a investigar a partir da 8ª edição da obra em evidência, que obteve a primeira participação no PNLD/EM. A obra de Cotrim está presente nas três edições do PNLD/EM, que no caso da disciplina de História, foi liberada a partir de 2008. Assim, os livros que compõem o rol de fontes analisadas são aqueles que foram submetidos aos editais de

---

<sup>5</sup> Implantado em 2004, o PNLD/EM atendeu as disciplinas escolares de forma progressiva, em 2008, pela 1ª vez, foram distribuídos os livros de História a todos os alunos e professores do Ensino Médio das escolas públicas, totalizando 7,2 milhões de livros entregues (<http://portal.mec.gov.br/>).

<sup>6</sup> O nome da obra permanece o mesmo com o lançamento da 1ª edição em 2010, sendo que, aparentemente, a principal alteração seria o número de volumes, que passa de único para três volumes.

“Convocação para inscrição no processo de avaliação e seleção de obras didáticas para o Programa Nacional do Livro Didático – Ensino Médio”, divulgados pelo Ministério da Educação. Portanto, essas obras foram avaliadas, aprovadas e disponibilizadas à escolha dos professores através do Guia do Livro didático do PNLD/EM, nos três últimos ciclos do programa: 2008, 2012, 2015.

A opção pela obra “História Global – Brasil e Geral” justifica-se por ser uma das coleções de maior distribuição no âmbito do PNLD/EM, sendo a mais distribuída no PNLD/EM de 2012 e a segunda mais distribuída no PNLD/EM 2015<sup>7</sup>. O PNLD/EM de 2012 distribuiu o 1.921.938 (um milhão, novecentos e vinte e um mil, novecentos e trinta e oito) livros dessa obra, do 1º ao 3º ano do Ensino Médio, enquanto que a segunda mais distribuída pelo programa, “Das origens da humanidade à reforma religiosa”, alcançou 1.310.521 (um milhão, trezentos e dez mil, quinhentos e vinte um) de exemplares, do 1º ao 3º ano do Ensino Médio. No PNLD/EM de 2015, a obra mais distribuída foi “História Sociedade & Cidadania”, com um total de 1.385.765 (um milhão, trezentos e oitenta e cinco mil, setecentos e sessenta e cinco) livros, do 1º ao 3º ano. Seguida pela “História Global – Brasil e Geral” de Cotrim, que alcançou 997.744 (novecentos e noventa e sete mil, setecentos e quarenta e quatro) livros distribuídos, do 1º ao 3º ano do Ensino Médio<sup>8</sup>.

Em relação à estrutura da presente dissertação, a mesma está dividida em três capítulos. O primeiro apresenta e discute o livro didático como um objeto de pesquisa, discorre sobre outras pesquisas envolvendo livros didáticos e a História da África e, por fim, apresenta a obra “História Global – Brasil e Geral”, objeto e fonte desta pesquisa. O segundo capítulo trata do contexto que influencia e regula a produção, a circulação e a distribuição do livro didático, que também o define como uma mercadoria editorial. O terceiro capítulo analisa o conteúdo de História da África contemplado pelos sete livros didáticos da obra investigada, observando seu contexto regulador, especialmente, as condições impostas pela Lei 10.639/03.

---

<sup>7</sup> As coleções mais distribuídas no PNLD/EM 2008, não foram localizadas, pois o site do FNDE do Ministério da Educação não disponibiliza.

<sup>8</sup><http://www.fnde.gov.br/programas/programas-do-livro/livro-didatico/guia-do-livro-didatico/item/2988-guia-pnld-2012-ensino-medio> Acesso em 11 set.2017.

## Capítulo 1– O Livro Didático

O livro didático já foi considerado o “vilão da história escolar”, pois nele continha “erros historiográficos, simplificações explicativas, falsidade ideológica” (BARROSO, 2010, p. 110). Atualmente, ele é considerado um “suporte cultural” que transcende a escola, pois é a única ferramenta utilizada em sala de aula que adentra nas casas dos estudantes. Além disso, “é também considerado um importante instrumento de trabalho para os processos de ensino-aprendizagem escolares, um significativo auxiliar para o trabalho do professor e um elemento bastante presente na formação das novas gerações” (BARROSO, 2010, p. 110). O livro didático nunca “saiu de moda”, mas sim, sofreu e sofre modificações e alterações em sua abordagem, conforme a prescrição de leis e normas e de programas nacionais que caracterizam sua produção e circulação no país. Sendo assim, o livro didático é um importante instrumento de trabalho para os professores e alunos, bem como uma fonte riquíssima e abrangente para os estudos acadêmicos e para as reflexões historiográficas.

O livro didático como fonte de pesquisa apresenta significativa contribuição para os estudos acadêmicos, contudo, trata-se de um objeto de difícil acesso. Ao contrário do que possa se fazer crer, os livros didáticos não são facilmente encontrados em bibliotecas escolares ou em acervos específicos.

O difícil acesso a esses manuais escolares requer do pesquisador paciência e perseverança, pois encontrá-los é tarefa árdua. Os livros são utilizados pela escola por algum tempo e depois são descartados, doados para os alunos, destinados à reciclagem ou, algumas vezes, até jogados no lixo. Enfim, são livros que precisam sair da biblioteca da escola e, por isso, ganham diferentes fins. Nesse sentido, a ausência de acervos específicos destinados a preservar essas obras, também dificulta o acesso aos mesmos. Para Choppin (2002), os livros didáticos são vítimas de seu sucesso: “o desenvolvimento da instrução popular, a instauração do princípio da obrigatoriedade escolar (...), a democratização do ensino e a extensão da escolarização, levaram a uma produção editorial cada vez mais massiva” (p.7). A produção em ampla escala contribuiu, assim, para tornar os livros escolares pouco valorizados, e “ameaçados de desaparecimento físico” (CHOPPIN, 2002, p.8).

Ainda, Choppin (2002), considera que o pouco interesse dos pesquisadores pelos manuais escolares “decorre não somente das dificuldades de acesso às coleções, mas também de sua incompletude e sua dispersão. Ou talvez, ao contrário, devido à grande quantidade de sua produção, a conservação dos manuais não foi corretamente assegurada” (CHOPPIN, 2002, p.08). Ainda para o autor, o ‘próprio status do manual’, ou seja, “os livros escolares participam do universo cotidiano: eles não apresentam nada de raro, exótico, singular; parecem mesmo intemporais”; e os manuais serem considerados “[...] mercadorias perecíveis. Perdem todo valor de mercado assim que uma mudança nos métodos ou nos programas fixa sua prescrição ou, ainda, quando fatos atuais impõe-lhes modificações [...]” (Ibidem, p. 06-07). Esses aspectos, conforme Choppin (2002), contribuíram para o pouco interesse dos historiadores por temáticas envolvendo livros didáticos. Salienta ainda que, na França, até antes dos anos 80, metade das publicações sobre o livro didático e as edições escolares, eram produzidas em uma perspectiva sociológica. E tais produções, sofriam de “graves insuficiências metodológicas”, apresentavam uma análise superficial e chegavam até mesmo a “conclusões infundadas” conforme o autor.

A dificuldade de acesso também se deu no caso desta pesquisa, mesmo se tratando de obras publicadas recentemente. Foi necessário dedicar-se à busca em: escolas, bibliotecas, secretarias de Educação, laboratórios de ensino, estantes virtuais, sites de vendas, sebos, Facebook; e também com amigos e parentes. Ao final da pesquisa, os exemplares analisados foram localizados, especialmente, em escolas estaduais da cidade de Pelotas/RS. Com exceção de um dos livros que foi encontrado na calçada, em frente a uma casa, ainda embalado, mas no lixo<sup>9</sup>. Enfim, são livros que precisam sair da estante da biblioteca, na escola, para dar lugar às novas remessas de publicações, e, por isso, ganham diferentes fins, evidenciando sua efemeridade. A esse respeito, Bittencourt afirma:

[...] consumido em tempo breve, de acordo com os ritmos das reformas curriculares, criando um paradoxo: possui uma grande tiragem de exemplares desde seu início, mas estes são pouco preservados, sendo raramente encontrados em locais adequados, e na maior parte das vezes, estão em péssimo estado de conservação (BITTENCOURT, 2008, p.18).

---

<sup>9</sup> Nota-se que os livros são utilizados por algum tempo e depois descartados, ou nem mesmo usados antes do descarte.

A ausência de acervos específicos destinados a preservar essas obras, também dificulta seu acesso, pois não há um cuidado específico ou um destino específico para esses livros após o uso. Esse descuido torna-os assim vulnerável, ou seja, sem destino certo, pela falta de preservação e de conservação adequada para esses manuais.

Para citar um exemplo de acervos específicos para os livros didáticos, no Laboratório de Ensino de História (LEH) da UFPEL há um acervo com aproximadamente 1600 livros escolares, publicados desde o ano de 1890 até os dias atuais. A aquisição desses exemplares deu-se pela doação das escolas, secretarias de educação, discentes e docentes. O objetivo do LEH é preservar e disponibilizar os livros didáticos para a pesquisa e as práticas de ensino.

Em âmbito nacional, há o Banco de Dados de Livros Escolares Brasileiros – LIVRES, coordenado pela professora da Universidade de São Paulo (USP), Circe Maria Fernandes Bittencourt, que desde 1994 vem disponibilizando o livre acesso aos livros didáticos, do século XIX até os dias atuais. Em parceria com o Centro de Memória da FEUSP, que tem como objetivo referenciar e localizar os livros didáticos brasileiros de diversas áreas, com o intuito de auxiliar em pesquisas acadêmicas, a FEUSP possui também o objetivo de divulgar a existência de acervos de livros didáticos em diferentes lugares do país.

Chartier (2003) refere-se ao acervo virtual ou à biblioteca universal como uma evolução da escrita. Visto desse modo, o autor observa essa representação eletrônica como “o sonho de uma biblioteca universal, reunindo todos os livros já publicados, todos os textos já escritos” (CHARTIER, 2003, p.43). Para o autor esse é um sonho a ser realizado no futuro, em que todos os livros estariam sempre disponíveis ao leitor e, nesse caso, os livros didáticos receberiam um acervo específico virtual e assim, estariam sempre salvaguardados e nunca descartados ou jogados no lixo, o que facilitaria a pesquisa.

Diante dessas considerações, compreende-se que estudar o livro didático é uma tarefa complexa, que envolve a busca às fontes e sua análise aprofundada, pois requer a observação de todos os componentes que o constituem. Dentre as etapas, estão a de observar o período político em que o livro foi escrito, observar os programas nacionais que o influenciaram, seu contexto de produção, distribuição e de circulação. Esses, portanto, são fatores primordiais na pesquisa com livros

didáticos, especialmente, no caso de estudos que se ocupam em compreender esse suporte pedagógico enquanto fonte e objeto de investigação.

### **1.1 O Livro Didático como fonte e objeto de pesquisa**

Diante da complexidade do livro didático, que é desde o século XIX “o principal instrumento de trabalho de professores e alunos” (BITTENCOURT, 2013, p.72), é necessário estudá-lo observando todos os seus aspectos e dimensões. A compreensão de que o livro não pode ser considerado somente como fonte de pesquisa, descolado do seu contexto de produção, garante a relevância da pesquisa. Choppin (2004) destaca a pesquisa com o livro didático em duas “grandes categorias”. A primeira o vê apenas como um “documento histórico” e, nessa categoria, segundo o autor, “a história que o pesquisador escreve não é, na verdade, a dos livros didáticos: é a história de um tema [...] de um personagem, [...] de como a literatura escolar foi apresentada por meio de uma mídia particular”. E a segunda categoria o vê como um “objeto físico”, nessa categoria, o historiador olha diretamente para os livros didáticos, analisando-os no contexto do “ambiente em que foram concebidos, produzidos, distribuídos, utilizados e ‘recebido” (CHOPPIN, 2004, p.554). Para Choppin (2004), em uma pesquisa histórica, geralmente as duas categorias estão presentes.

Nos últimos tempos, o manual escolar tem sido alvo de pesquisas, e tem-se despertado um interesse por esse objeto, porém estudá-lo não é uma tarefa simples, devido a sua “natureza complexa”. Para Bittencourt (2009), “trata-se de objeto cultural de difícil definição, por ser obra bastante complexa, que se caracteriza pela interferência de vários sujeitos em sua produção, circulação e consumo” (BITTECOURT, 2009, p. 301). E para auxiliar à compreensão da complexidade deste objeto de estudo, Bittencourt (2013) aponta quatro pontos que facilitam a definição e a caracterização dos manuais escolares:

- O livro didático é antes de tudo, uma “mercadoria, um produto do mundo da edição que obedece à evolução das técnicas de fabricação e comercialização pertencentes à lógica do mercado” (BITTENCOURT, 2013, p. 71).

- O livro didático é um “instrumento pedagógico”, pois auxilia o professor na metodologia de ensino. Trazendo consigo “exercícios, questionários, sugestões de



trabalho”, possibilitando ao professor trabalhar maneiras diferentes de abordar e fixar o conteúdo estudado (BITTENCOURT, 2009, p. 72).

- O livro didático é também um “depositário dos conteúdos escolares”, pois é o meio pelo qual são conhecidos as normas e os ritos de uma sociedade em determinado tempo; é também um “suporte básico” de apresentação dos conteúdos curriculares. O livro didático, portanto, “realiza uma transposição do saber acadêmico para o saber escolar no processo de explicitação curricular” (Ibidem, p. 72).

- O livro didático é um “importante veículo portador de um sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura”, pois “várias pesquisas demonstram como textos e ilustrações de obras didáticas transmitem estereótipos e valores dos grupos dominantes” (Ibidem, p.72).

Neste mesmo sentido, Choppin (2004) diz que é difícil defini-lo, porque “[...] na maioria das línguas, o “livro didático” é designado de inúmeras maneiras, e nem sempre é possível explicitar as características específicas que podem estar relacionadas a cada uma das denominações” (CHOPPIN, 2004, p. 549). Para o autor o “livro didático” é definido, na maioria das línguas, de várias maneiras e nem sempre tem traduções específicas para cada língua. E por existir o mesmo significado para objetos diferentes, ocorre ambiguidade no termo. Por conta disso, Choppin (2004) aponta que a maior parte dos pesquisadores opta pela não definição do livro didático.

Para Batista (2009), num exercício para tentar defini-lo, considera ser este um livro que está inserido em nosso “cotidiano: é adquirido, em geral, no início do ano, em livrarias e papelarias [...] poderá ser reutilizado por outro usuário no ano seguinte [...] livro ou impresso empregado pela escola, para o desenvolvimento de um processo de ensino ou de formação” (BATISTA, 2009, p.41). Para Galvão e Batista (2009), é um objeto “corriqueiro, de publicação sazonal, impresso no suporte livro e associado a disciplinas escolares”. (Ibidem, p. 21). Pode ser também “imagem digital, presa a uma tela de computador [...] textos e impressos utilizados na instrução: este fenômeno tem um passado, um presente, um futuro: tem uma história” (GALVÃO; BATISTA, 2009, pp.13-14).

Para uma melhor compreensão da natureza do livro didático, convém ainda, apontar suas funções. Conforme Choppin (2004), assim como para Bittencourt (2013), o livro didático não desempenha apenas uma função e “pode assumir

funções diferentes, dependendo das condições, do lugar e do momento em que é produzido e utilizado nas diferentes situações escolares. É um objeto de ‘múltiplas facetas’” (BITTNECOURT, 2009, p.301).

Para o historiador Choppin (2004), o manual escolar desempenha a função “documental”, ou seja, a análise do documento expresso, em textos ou em imagens, podendo desenvolver a criticidade do aluno. Outra função é a chamada de “referencial” ou função “curricular” ou “programática”. A função “instrumental”, por sua vez, estipula métodos para o aprendizado do aluno, dentre eles estão os exercícios e atividades para uma melhor fixação do conteúdo. Ademais, observar a função do livro didático é necessário, pois faz parte da natureza complexa que compõe esse objeto cultural. Assim, o manual escolar não tem apenas a função de mostrar ao aluno sua cultura e as demais existentes no mundo, “mas de contemplar suas raízes, suas origens, seus costumes e hábitos, construir e se preciso for reconstruir sua identidade” (CHOPPIN, 2004, p. 553).

O campo de pesquisa com esse objeto de estudo é considerado recente. Choppin (2004) salienta que “[...] a produção científica que trata especificamente da história da literatura e das edições didáticas constitui-se essencialmente de artigos publicados em revistas ou em livros (de uns tempos para cá também em sites)” (CHOPPIN, 2004, p. 549). Somente no final do século XX que a pesquisa sobre essa temática ganhou mais força. Cabe salientar alguns dos motivos que fizeram com que esse campo de pesquisa ganhasse mais destaque, pois “[...] desde então, a história dos livros e das edições didáticas passou a constituir um domínio de pesquisa em pleno desenvolvimento, em um número cada vez maior de países” (CHOPPIN, 2004, p.549).

O autor destaca publicações realizadas a partir do final da década de 1970 que marcam a importância do livro didático como um novo objeto de pesquisa na História. Apresenta, para tanto, a publicação de Coeckelberghs, que demonstra características e “métodos de análise (qualitativo e quantitativo)” dos historiadores que utilizam o livro didático como objeto de estudo (CHOPPIN, 2002, p.11).

Cabe destacar, ainda que a ampliação do campo de pesquisa foi acompanhado pela complexificação dos estudos, que passaram a considerar o livro didático como uma fonte histórica que deve ser problematizada ao considerar as várias dimensões que o constitui. Diante disso, estudar os manuais escolares como um todo é fundamental, observando os elementos que envolvem toda sua produção

e distribuição. Inclusive, é importante pesquisar o livro didático não somente como uma fonte, mas também como objeto de pesquisa, observando as leis que o regem, os programas nacionais de aquisição, isto é, toda a produção e distribuição dos livros escolares e observar os “condicionantes técnicos, econômicos, pedagógicos e sociais desse objeto [...]” (GALVÃO E BATISTA, 2009, p.15).

Sendo assim, nesta pesquisa, o livro didático será abordado como fonte histórica e também como o objeto de estudo. Além disso, serão observados as leis e os editais que orientam a produção desses manuais, com o objetivo de analisar como se apresenta a História da África em um conjunto de livros didáticos produzidos para o PNLD/EM. Dentre as orientações e regulamentações que interferem na produção do livro didático, destacam-se os Editais do PNLD/EM, os Guias do Livro Didático do PNLD/EM, a lei 10.639/03, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Lei 10.639/03, os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, na disciplina de História. Esses documentos são analisados paralelamente às edições da obra de Gilberto Cotrim, produzidas entre os anos de 2005 e 2013. A análise dessas orientações se torna relevante para que seja possível compreender a influência e os direcionamentos externos, que resultam em determinada produção sobre a História da África, e assim, se verifique, a partir da análise das páginas dos livros didáticos, como se está abordando o continente africano, cujas representações circulam dentro da temática História da África.

## **1.2 Pesquisas sobre livros didáticos e África: diálogos possíveis**

A pesquisa nesse campo de estudo é recente. Desde os anos 90, a pesquisa com livros didáticos começou a crescer e aprofundar-se nos estudos e reflexões, tornando-se melhor metodologicamente. Segundo Choppin (2002), se destacam duas concepções nesse campo de pesquisa histórica:

Uma, inscreve-se em uma longa tradição, liga-se a uma corrente historiográfica que vê o manual como um documento histórico entre outros. O principal interesse em analisar os conteúdos dos livros escolares reside, então, como assinala, de imediato, a maioria dos pesquisadores, na

influência que teriam exercido na formação das mentalidades [...] A outra, que aparece a partir dos anos 1980, repousa sobre uma concepção "ecológica" da literatura escolar - visa apreender o manual no contexto global, e, especialmente, dar novo contexto ao seu "discurso": o livro de classe não é mais então considerado, em um processo escandalosamente redutor, como resultado de um processo intelectual (ou editorial), como depositário de um conteúdo, mas como um instrumento de ensino indissociável do emprego para o qual foi criado (ou do emprego que dele tenha sido feito) (CHOPPIN, 2002, p. 18).

A partir de tais concepções, a atual pesquisa analisa o livro didático como um documento histórico, observando o contexto em que está inserido. Pesquisas com temáticas semelhantes foram procuradas e localizadas nos bancos de dados da CAPES, nos Programas de Pós-Graduação das universidades brasileiras das regiões sul, sudeste, Distrito Federal e norte, em Anais de eventos e nas bibliotecas virtuais. Nenhuma pesquisa que analisa a temática História da África, na obra do historiador Gilberto Cotrim, ou mesmo a coleção "História Global - Brasil e Geral" para o Ensino Médio, produzida para o PNLD, foi encontrada, o que confere originalidade para a investigação.

Entre as pesquisas que dialogam com esses estudos, pode-se citar a tese de doutorado de Oliva da UNB, cujo objetivo de sua pesquisa foi "refletir sobre o papel desempenhado pelo ensino da história da África, nas escolas lusas e brasileiras, na tentativa de modificar ou preservar essas cenas" (OLIVA, 2007). Tais reflexões auxiliaram na construção e na análise da presente pesquisa. Outra contribuição historiográfica a se considerar, também de autoria de Oliva, é o artigo intitulado "A História da África nos bancos escolares: representações e imprecisões na literatura didática", que teve por objetivo "analisar a forma como a História da África e os africanos foram representados em um dos poucos livros didáticos de História elaborados no país que abordam a África com um capítulo específico" (OLIVA, 2007, p.421). Para o autor a "grande maioria dos livros didáticos de História [...] não reserva para a África, espaço adequado, pouco atentando para a produção historiográfica sobre o Continente. Os alunos passam assim, a construir apenas estereótipos sobre a África e suas populações" (Ibidem, p. 428).

A dissertação de Nobre, intitulada "Nos meandros do (re) conhecimento: a temática indígena em livros didáticos de História no contexto de implementação da Lei 11.645/08 (2008-2014)", do PPG em História da UFPel de 2017, que embora não aborde a História da África, auxilia na formação da estrutura e da metodologia

da pesquisa em evidência. Ainda, a dissertação de Marques, intitulada “Análise da História da África em Livros Didáticos em Face do Conceito de Civilização no Contexto de Recepção da Lei 10.639”, do PPG em Educação da Faculdade de Educação da UFMG, defendida em 2015, estabeleceu significativo diálogo sobre o tema, ao realizar reflexões e questões pertinentes à História da África, que se aproximam do objetivo deste trabalho.

Ademais, a dissertação intitulada “Lei 10.639/03: a representação da África e dos Afrodescendentes nos Livros Didáticos de Geografia no Brasil 2005-2014 Manaus/AM” de Silva, da Universidade Federal do Amazonas, se propõe a analisar a “aplicabilidade da Lei 10.639/03 no conteúdo África dos livros didáticos de Geografia”. Apesar de ser realizada com livros de geografia, é importante ressaltar a semelhança da pesquisa de Silva que afirma que “os livros didáticos de Geografia aprovados pelo PNLD, estão deixando lacunas no que diz respeito ao combate ao racismo e ao conhecimento da História da África e dos afrodescendentes, resultado que inviabiliza a efetivação total da Lei, o que indica que o critério de avaliação do PNLD deva ter mais atenção e rigor com os conteúdos dos livros avaliados e aprovados.” O autor analisou as modificações no conteúdo de África em quatro livros didáticos do Ensino Médio.

Na dissertação intitulada “O Egito como componente curricular de História: desafios e possibilidades no ensino de História da África” de Paiva, da Universidade Federal de Goiás, verificara-se que os estudos sobre o “Egito antigo têm tradicionalmente figurado nos currículos de história. Os livros didáticos de história têm construído imagens do Egito e, através delas, disseminado uma perspectiva que oculta a africanidade do Egito, logo também, oculta importante capítulo sobre a história das contribuições das populações Africanas para a construção das sociedades humanas”.

Diante de tais pesquisas realizadas com a mesma temática da História da África, nesta dissertação foram analisados os livros didáticos de Cotrim, publicados após a Lei 10.639/03.

### **1.3 A coleção História Global Brasil e Geral**

Neste tópico será apresentada, mais detalhadamente, a coleção de autoria de Gilberto Cotrim, História Global – Brasil e Geral da editora Saraiva. Considerando a

relevância de analisar não apenas os aspectos textuais do livro, mas o conjunto da obra: seus dados bibliográficos, a quantidade de capítulos, o número de páginas, os aspectos gráficos, entre outros, que correspondem aos modos pelos quais a obra é dada a ler (CHARTIER, 2003).

No quadro a seguir destaca-se o número de capítulos e de páginas da coleção analisada:

#### História Global – Brasil e Geral

—	Volume	Ano de publicação	Capítulos	Páginas	PNLDEM
8ª Ed.	Único	2005	57	608	2008
1ª Ed.	1	2010	21	320	2012
	2	2010	23	304	2012
	3	2010	15	256	2012
2ª Ed.	1	2013	22	288	2015
	2	2013	22	288	2015
	3	2013	15	272	2015

Figura 2

A oitava edição dessa obra, volume único, publicada no ano de 2005, terceira tiragem em 2007, está organizada em quinze unidades, as quais representam um “período histórico mundial ou brasileiro”. Cada unidade está subdividida em capítulos, fechando um total de 57 capítulos e 608 páginas. As unidades são assim denominadas: Refletindo sobre História, Pré-história, Antiguidade Oriental, Antiguidade Clássica, Idade Média Oriental, Idade Média Ocidental, Idade Moderna, Brasil Colônia, O mundo em transformação (séculos XVII-XVIII), O mundo no século XIX, O Brasil no século XIX, O mundo na primeira metade do século XX, O Brasil na primeira metade do século XX, “O mundo Contemporâneo, O Brasil Contemporâneo.

O livro se estrutura em Abertura de unidade – “que delinea os principais temas tratados nos capítulos da unidade, relacionando, sempre que possível, passado e presente”; em Capítulos – que trazem uma narrativa “em linguagem clara e objetiva, desenvolvendo os principais aspectos do processo histórico em estudo”; Lead - “pequeno texto que comenta o conteúdo do capítulo e apresenta uma problematização como ‘chave’ para o seu estudo”; Quadros laterais – “com

pequenas notas explicativas dos termos destacados na página”; Seção – “seção constituída de questões [...]”; seção monitorando - “seção distribuída em vários momentos [...] com questões que o auxiliarão a analisar e a interpretar o conteúdo estudado”; Mapas e fotos – “que ilustram e/ou complementam aspectos do conteúdo estudado [...]”; Oficina de história – “seção no final do capítulo, com questões orientadas para o desenvolvimento de atitudes de solidariedade e cidadania [...]”; Box – “com textos do autor ou reproduções de documentos históricos e de produção historiográfica [...]”; Vestibulares – “seção no final do último capítulo da unidade, com questões de exames vestibulares” e, por último, Para saber mais – “seção com sugestões de livros e vídeos que podem ampliar e/ou aprofundar seu aprendizado” (COTRIM, 2005, p. 04-05).

A capa de História Global – Brasil e Geral faz alusão ao PNLD/EM 2009-2010-2011, com indicação da autarquia financiadora, Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação. Na imagem que ilustra a capa, ao fundo, vimos o Coliseu de Roma (Itália), e dois meninos – crianças aborígenes australianas com o corpo pintado, sentados ao chão usando um laptop, representando “o encontro da tradição com a modernidade” (COTRIM, 2005, p. 2). Portanto, a capa faz alusão a História Antiga em Roma, centro do mundo antigo, quando as atividades para o povo, centralizavam-se no Coliseu e nos aborígenes, povo que se “aculturou” ao mundo moderno ocidental e à tecnologia contemporânea. Desse modo, a capa relaciona o passado e o presente, e, também a tecnologia dos dias atuais a diferentes povos e classes, como ilustra a figura 3:

Capa da 8ª edição com alusão ao PNLD (PNLD/EM 2008)

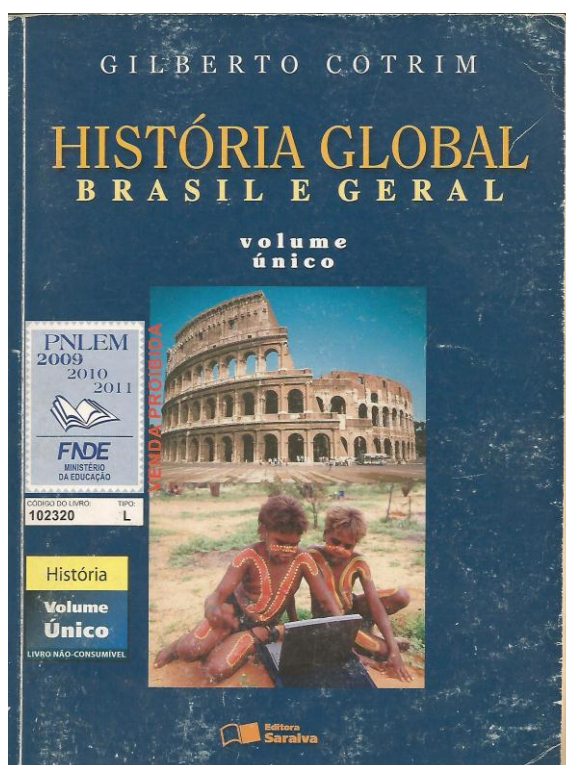


Figura 3: Roma e Austrália  
Fonte: do pesquisador

Como é perceptível, a capa faz alusão ao volume único da edição, por conta disso o tamanho do livro é maior e conseqüentemente mais pesado que os volumes posteriores, possuindo 608 páginas. Contudo, ao se comparar com a edição de 2010, constata-se que houve um acréscimo de páginas na edição posterior, que soma 880 páginas, no total dos três volumes.

O volume único de 2005 possui 57 capítulos, dos quais vinte e três mencionam África como “História Integrada”, pois refletem sobre o mercantilismo europeu, a colonização e descolonização, a expansão marítima, as colônias portuguesas e o desenvolvimento da economia brasileira. Essa edição de 2005 contém um capítulo sobre a cultura egípcia, que oculta a africanidade, pois em nenhuma página há menção à negritude dos egípcios, nem tão pouco, há menção à História da África como parte do império egípcio. A única menção à África é a localização do Egito no “nordeste da África”, indicado na primeira página, conteúdo esse, contemplado na unidade sobre Antiguidade Oriental.



Comparando o sumário da 8ª edição de 2005 com o sumário da 1ª edição de 2010, observa-se que o título da 8ª edição não detalha o conteúdo que será desenvolvido sobre o Egito. Já na 1ª edição, o autor especifica a abordagem que será dada neste tópico, conforme a imagem que ilustra o sumário das duas edições, e os títulos do capítulo seis:

### Sumário da 8ª edição

<b>S U M Á R I O</b>	
<b>Refletindo sobre história</b>	<b>8</b>
Capítulo 1 – Tempo e história .....	10
<b>Pré-história</b>	<b>18</b>
Capítulo 2 – Origem humana .....	20
Capítulo 3 – As primeiras sociedades .....	26
Capítulo 4 – Primeiros povos da América .....	34
<b>Antiguidade Oriental</b>	<b>38</b>
Capítulo 5 – Povos da Mesopotâmia .....	40
Capítulo 6 – Egípcios .....	47
Capítulo 7 – Hebreus, fenícios e persas .....	55

Figura 4: sumário da 8ª edição do PNLd/EM (2008)  
Fonte: do pesquisador

### Sumário da 1ª edição

<b>S U M Á R I O</b>	
<b>UNIDADE I — REFLETINDO SOBRE HISTÓRIA</b>	
<b>Capítulo 1 – Tempo e história</b>	<b>10</b>
História e historiadores: a procura do saber sobre as vivências humanas	11
Tempo: diferentes percepções e medições	15
<b>UNIDADE II — PRÉ-HISTÓRIA</b>	
<b>Capítulo 2 – Origem humana</b>	<b>28</b>
O princípio: investigando nossas origens	29
Humanos pré-históricos: estudos paleontológicos	30
<b>Capítulo 3 – As primeiras sociedades</b>	<b>38</b>
Periodização da Pré-História: mudanças que fizeram diferença	39
Neolítico: as sociedades agropastoris	42
Civilização: nova fase da organização social	44
Crescente fértil: berço das primeiras civilizações	46
<b>Capítulo 4 – Primeiros povos da América</b>	<b>49</b>
Pré-História americana: a chegada dos primeiros povoadores	50
Pré-História brasileira: como eram os primeiros habitantes do Brasil	51
<b>UNIDADE III — AS PRIMEIRAS CIVILIZAÇÕES</b>	
<b>Capítulo 5 – Povos da Mesopotâmia</b>	<b>60</b>
Mesopotâmia: berço de civilizações	61
Escrita: registro e transmissão da informação	66
Direito: os primeiros códigos jurídicos	68
<b>Capítulo 6 – Egípcios</b>	<b>72</b>
Egito Antigo: a sociedade que controlou o Nilo	73
Sociedade: uma visão dos grupos sociais egípcios	76
Cultura: aspectos da religião, arte e ciência egípcias	78
<b>Capítulo 7 – Hebreus, fenícios e persas</b>	<b>85</b>

Figura 5: sumário da 1ª edição do PNLd/EM (2012)  
Fonte: do pesquisador

Nota-se que na figura quatro, o sumário refere-se somente aos “Egípcios” e na figura cinco, o sumário já é mais detalhado, pois menciona o que será estudado no capítulo. As duas edições usam o mesmo título para iniciar o capítulo, “Egípcios”, porém a 1ª ed./2010 dá um destaque maior para o título, colocando-o em uma tarja vermelha, no topo da página, com uma ilustração da esfinge de Gizé. Na página seguinte, enfatiza com letras maiúsculas e maiores, em preto e vermelho, o subtítulo “Egito Antigo – A sociedade que controlou o Nilo”. Na 8ª ed./2005, o título “Egípcios” também está no topo da primeira página, sobre uma tarja de cor neutra, não há nenhuma ilustração e o subtítulo “Egito Antigo – A sociedade que controlou o Nilo” está na primeira página sem destaque, as letras estão em tamanho pequeno e na cor preta.

Nas duas coleções fala-se do “Alto e Baixo Egito”; da “Cronologia Egípcia”, sem alteração na abordagem. A diferença é que na 8ª ed./2005, o texto é colocado em letras com caixa maior e com figura ilustrativa. Além disso, ambas as edições usam o título “Uma visão dos grupos sociais egípcios”, porém a edição de 2010 dá uma ênfase maior ao título, destacando-o em letras vermelhas no topo da página. Portanto, apesar do detalhamento no sumário da primeira edição, não há muita diferença no conteúdo da edição de 2005 para a de 2010 no sexto capítulo, pois os temas abordados são praticamente os mesmos: as duas edições falam da sociedade e da cultura do Egito e ambas ocultam a africanidade egípcia.

Observa-se que nas duas coleções mencionadas acima, a diferença é essencialmente na apresentação do texto: títulos, cor e tamanho da letra, apresentando o mesmo conteúdo no texto. Chartier (2003) considera a análise da materialidade de um texto, ou seja, a característica tipográfica do texto, como essencial ao considerar-se os sentidos impostos por autor/editor de uma obra. A forma como o texto é apresentado, o tamanho da letra, a cor, os títulos em destaque, enfim, são elementos da escrita que influenciam no modo de leitura, e, por conseguinte, na recepção do leitor.

Em função da materialidade, percebe-se que o conteúdo da 1ª edição de 2010, apresenta-se mais “adequado”, pois o autor apresenta o conteúdo do texto destacando-o com divisões e subdivisões, títulos e subtítulos e também destaca a cor e o tamanho da letra desses subtítulos, proporcionando ao aluno um melhor entendimento do conteúdo exposto sobre o continente africano. Já na 8ª edição de 2005 não há um destaque a esses elementos da escrita, o que exige do aluno mais

atenção e percepção na leitura. Porém, ainda nessa edição, percebe-se que o autor chama a atenção do aluno, destacando palavras em negrito, o que não sucede com tanta frequência na edição de 2010, pois o autor divide e subdivide o conteúdo do texto, de forma mais organizada que facilita (ou induz) a compreensão da leitura textual.

Quanto à análise da textualidade nas edições destacadas: 8ªed./2005 e 1ªed./2010, verifica-se a explanação da sociedade e cultura egípcia sem mencionar que se encontra enquadrada e relacionada com a História da África. Tal verdade está oculta nos livros analisados: a negritude egípcia não é mencionada e o Egito não é apresentado como um país da África. Tais representações podem provocar no aluno a desconexão do Egito com o continente africano.

A capa do primeiro, segundo e terceiro volume da 1ªed./2010 faz alusão ao PNLD/EM 2012-2013-2014. Com indicação ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, financiador do PNLD/EM, além de mencionar a nova ortografia e destacar o volume da obra, Como mostra as figuras a seguir:

Capa da 1ª edição com alusão ao PNLD/EM

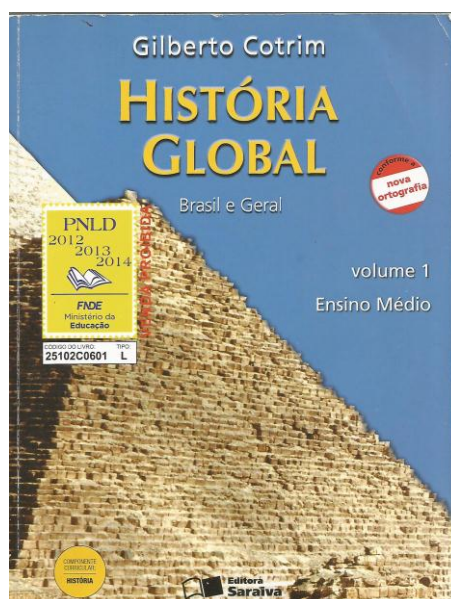


Figura 6: vol. I, Pirâmides de Gizé, Egito  
Fonte: do pesquisa

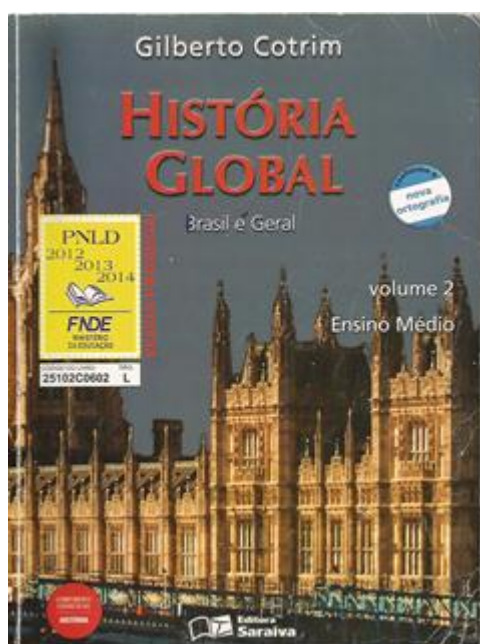


Figura 7: vol. II, Prédio do Parlamento – Londres  
Fonte: do pesquisador

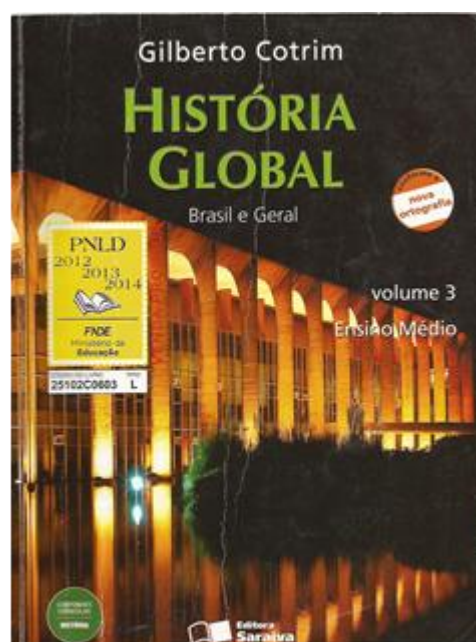


Figura 8: vol. III, Palácio do Itamaraty - Brasil  
Fonte: do pesquisador

A imagem da capa do primeiro volume remete às Pirâmides de Gizé – Egito. O segundo volume remete ao Prédio do Parlamento e à ponte de Westminster em Londres – Reino Unido. E do terceiro volume ao Palácio do Itamaraty em Brasília/DF. Assim, as imagens estão relacionadas, de certo modo, aos principais conteúdos abordados em cada um dos volumes.

O primeiro volume da primeira edição da obra publicada em 2010 está organizado em sete unidades, englobando a História Geral e do Brasil. Cada unidade está subdividida em capítulos, fechando um total de 21 capítulos e 320 páginas. A divisão das unidades classifica-se assim: Refletindo sobre História; Pré-História; As Primeiras Civilizações; Antiguidade Clássica; Bizâncio, Islã e Povos Africanos; Idade Média Ocidental; Idade Moderna: O Mundo nos Séculos XV e XVI.

A estrutura do livro não mudou muito da estrutura do volume da 8ª ed./2005, permanecendo a Abertura de unidade – “apresenta uma grande imagem-síntese dos assuntos tratados ao longo da unidade [...]”; o Capítulo – “abre com uma imagem (que pode ser pintura, escultura, objeto ou charge) a ser analisada a partir das questões da seção Treinando o olhar”; Mapas e fotos – “que ilustram e complementam aspectos do conteúdo do capítulo”; oficina de história “é apresentada no final do capítulo. Além disso, com O tópico Explorar e Refletir, que traz questões de ampliação que dão significado ao conhecimento, contribuindo para a formação de um pensamento crítico e pessoal. Há também os tópicos: De olho no Enem e Questões de seleção para as universidades, com testes elaborados por diversas instituições de ensino do país”; Boxes “com texto do próprio autor e/ou de terceiros que acompanham a historiografia recente, muitas vezes fazendo contrapontos ao texto principal”; Para saber mais, com “sugestões de filmes e documentários que são apresentadas na seção [...] com a finalidade de aprofundar o aprendizado”; e o novo tópico Glossário, em que são apresentadas pequenas notas explicativas dos termos em destaque nas páginas (COTRIM, 2010, p.4-5).

Dos vinte e um capítulos da edição de 2010, do vol. I, há seis capítulos que mencionam a África como uma história integrada a outros conteúdos. Há um capítulo dedicado a apresentar especialmente os povos africanos, que é o capítulo 12: “Povos africanos – Povos da África subsaariana: uma das mais antigas histórias do mundo”, o qual aborda a sociedade e cultura dos povos da África Subsaariana. E ainda, o sexto capítulo que aborda o Egito. Observa-se, portanto, nesse volume, a inclusão de um capítulo para tratar da história da África. Deve-se considerar que a 1ª

ed./2010 foi publicada sete anos após a promulgação da Lei 10.639/03, que influenciou a avaliação da obra no PNLD/EM. Assim, em 2010 já era a segunda participação da disciplina de História no PNLD/EM.

O segundo volume da primeira edição dessa obra, ano de publicação 2010, está organizado em quatro unidades, cada uma está subdividida em capítulos, fechando um total de 23 capítulos e 304 páginas. A divisão das unidades está classificada em: Brasil Colônia; Idade Moderna – o mundo nos séculos XVII e XVIII; Idade Contemporânea – o mundo do século XIX; Idade Contemporânea – o Brasil no século XIX. O conteúdo do livro apresenta os estudos que englobam a História Geral e do Brasil, organizado em: Abertura de unidade; Capítulo; Boxes; Oficina de História; Glossário e Para saber mais, não havendo diferenças significativas em relação ao volume I.

Dos vinte e três capítulos desse volume, há quatorze capítulos que mencionam a África como uma história integrada a outros conteúdos. Alguns destes capítulos destacam a palavra África no título, por exemplo, o capítulo “Expansão do imperialismo”, o qual se dedica a apresentar os tópicos: Crescimento capitalista: a Segunda Revolução Industrial; Neocolonialismo: a divisão do mundo entre as grandes potências; África e Ásia: a dominação neocolonial nos dois continentes. Porém, embora haja destaque no título, o conteúdo resume-se em uma página do livro, o qual apresenta um mapa sobre a partilha da África em 1924 e o domínio neocolonial.

O terceiro volume da primeira edição desta obra, publicado em 2010, também está organizado em quatro unidades. Cada uma está subdividida em capítulos, fechando um total de 15 capítulos e 256 páginas. As quatro unidades estão divididas em temas sobre a “Idade Contemporânea”, indicando sub tópicos, que são: o mundo na primeira metade do século XX; o Brasil na metade do século XX; o mundo até os dias atuais; o Brasil até os dias atuais. Assim, a estrutura do livro mantém-se igual à estrutura do primeiro e segundo volume dessa primeira edição.

Dos 15 capítulos do volume, há 03 capítulos que mencionam a África como uma história integrada a outros conteúdos. Um dos capítulos trata especialmente dos embates envolvendo o continente africano, o capítulo “Independências afro-asiáticas e conflitos árabe - israelenses”, o qual também se dedica a apresentar a independência da África e os conflitos entre os nativos da República Democrática do Congo para defender suas riquezas locais, dentre elas estão os diamantes; os

embates para a negociação da independência da Argélia “colônia francesa do norte da África, onde 10% da população eram de origem francesa” (1ªed./2010 – vol.III, p.146); e um breve histórico sobre a independência das colônias portuguesas: Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Angola. Os demais capítulos não abordam o continente africano.

A segunda edição, publicada em 2013, referente ao PNLD/EM 2015-2016-2017, também menciona na capa o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, indicando o volume da obra e o Ensino Médio, como mostra figuras a seguir:

Capa da 2ª edição com alusão ao PNLD/EM

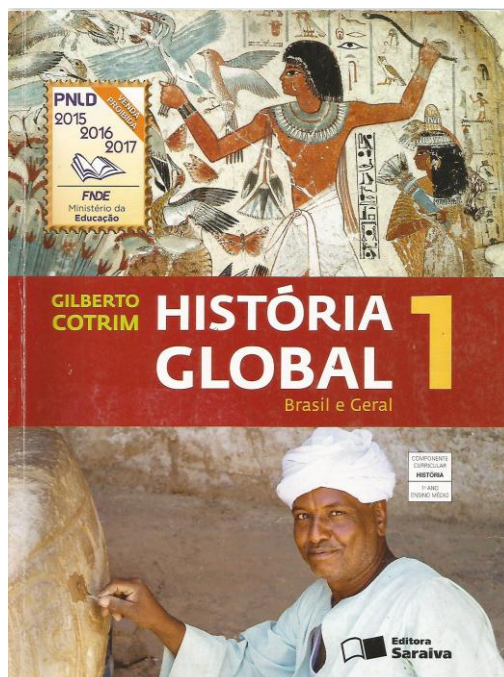


Figura 9: vol. I, Egito  
Fonte: do pesquisador

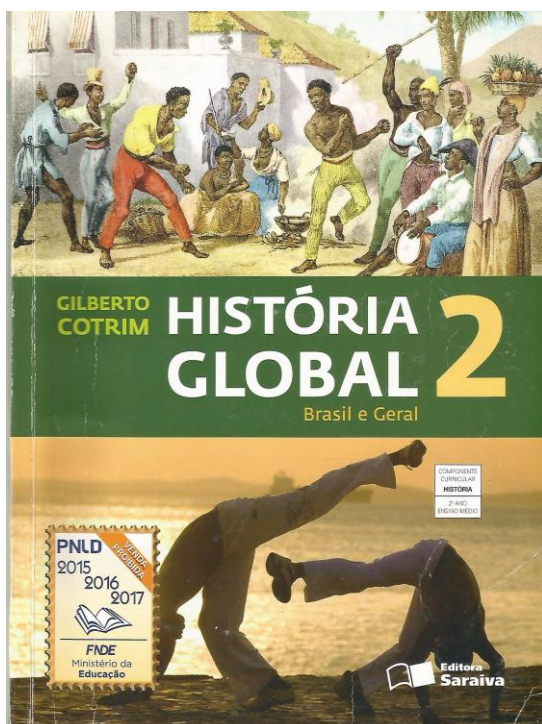


Figura 10: vol. II, Salvador (BA)  
Fonte: do pesquisador

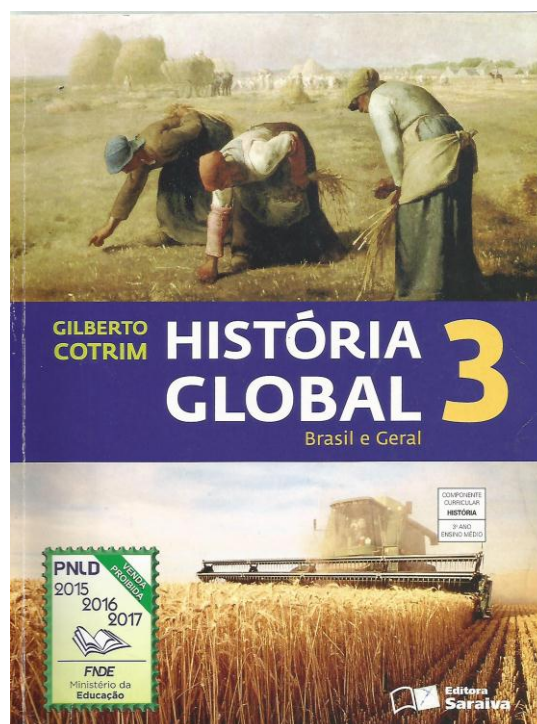


Figura 11: vol. III, Washington (EUA)  
Fonte: do pesquisador



As capas dessa edição são ilustradas com duas imagens, divididas por uma tarja colorida em que constam os dados bibliográficos dos livros. A capa do volume I possui na imagem (figura 9) que ilustra uma obra de arte egípcia a “Cena de caça. Pintura mural na tumba de Nebamon, Tebas, cerca de 1450 A.C.”.

Tebas era considerada a capital do Egito Antigo, na imagem da parte inferior da capa há um “Homem egípcio trabalhando na restauração de parte do Templo de Karnak, Egito”. O templo de Karnak situava-se em Tebas, hoje é a cidade de Luxor, ao sul do Egito.

### Templo de Karnak (hoje)



Figura 12: Egito

Fonte: <http://www.viajeleve.net/luxor-e-seus-templos-egipcios>

O primeiro volume da segunda edição dessa obra, publicada no ano de 2013, está organizada em sete unidades. Cada uma delas está subdividida em capítulos, fechando um total de 22 capítulos e 288 páginas. A divisão das unidades classifica-se em: Refletindo sobre História; Origens e Culturas; As Primeiras Civilizações; Gregos e Romanos Antigos; Bizâncio, Islã e Povos Africanos; Ocidente Medieval; Faces do Mundo Moderno. O livro também se estrutura em: Abertura de unidade, Capítulos, Mapas e imagens, Boxes, Glossário e Projetos de ação interdisciplinar.

Dos vinte e dois capítulos desse volume, há cinco capítulos que apresentam a África como história integrada a outros conteúdos. O continente africano é

apresentado e relacionado quando trata das origens humanas, das expedições europeias, do mercantilismo, dentre outros temas. O capítulo seis discorre sobre a história egípcia, intitulado: “África: Egípcios e Reino de Cuxe”, assim, já no sumário, há o destaque para o Egito como parte integrante do continente africano, diferente do que se observa na 8ªed./2005. Quanto ao Reino de Cuxe, o livro destaca a importância do rio Nilo na civilização e sua relação com o Egito. Há outro capítulo ainda dedicado a apresentar a sociedade africana, o qual é semelhante ao capítulo 12 do vol. I de Cotrim (2010), trata-se do capítulo “Povos africanos”, cujo conteúdo aborda a África subsaariana, apresentando-a como uma das histórias mais antigas do mundo e também destaca alguns reinos da sociedade africana: reino de Gana, Mali e o Congo. Os demais quinze capítulos não abordam o continente africano.

A capa do vol. 2 (figura 10) apresenta duas imagens, na parte superior é ilustrada a obra de Johann Moritz Rugendas, do ano de 1835, a Jogar Capoeira; e na parte inferior, há uma foto do Jogo de Capoeira realizado na atualidade, em Salvador (BA). Assim como no volume I, as imagens trabalham o conceito de tempo trazendo as mudanças e as permanências ao longo da história.

A segunda edição publicada no ano de 2013 está organizada em quatro unidades. Cada uma delas está subdividida em capítulos, fechando um total de 22 capítulos e 288 páginas. A divisão das unidades classifica-se em: Brasil Colônia; O Súdito Luta por Cidadania; Do Liberalismo ao Imperialismo; Brasil Império. A estrutura do livro constitui-se igual à estrutura do primeiro volume.

Dos vinte e dois capítulos desse volume, há somente onze capítulos que mencionam a África como história integrada a outros conteúdos, por exemplo, quando o livro apresenta a economia do Brasil Colônia e a escravidão ou o Brasil Império. Há ainda, o capítulo “Expansão do imperialismo”, que se dedica a apresentar os seguintes temas: Avanço capitalista: as inovações da Segunda Revolução Industrial; Neocolonialismo: um mundo partilhado entre as grandes potências; África e Ásia: a dominação neocolonial em dois continentes. Porém, apesar do destaque no título, no que se refere à África, o conteúdo resume-se em uma página, que aborda a partilha da África em 1924 e o domínio neocolonial nesse continente. Esse é o mesmo caso do livro da 1ªed./2010 (volume 2). Os demais onze capítulos não abordam o continente africano.

As imagens (figura 11) que ilustram a capa do volume III, também fazem o contraponto de dois momentos vivenciados pela sociedade ocidental. Na parte

superior observa-se a obra “As respigadeiras” de Jean-François de Millet (1857); e na parte inferior da capa há uma foto da “Colheita de Trigo no estado de Washington (EUA)”, na atualidade.

O terceiro volume da segunda edição, publicado em 2013, está organizado em sete unidades. Cada uma delas está subdividida em capítulos, fechando um total de 15 capítulos e 272 páginas. A divisão das unidades classifica-se em: Século XX, era de incertezas; Da República à era Vargas; Mundo Contemporâneo; O Brasil nos dias atuais. A estrutura do livro constitui-se igual à estrutura do primeiro e segundo volume desta segunda edição.

Dos quinze capítulos desse volume, há três capítulos que mencionam a África como uma história integrada. São os mesmos capítulos e conteúdos da 1ªed./2010 (Volume 3), não apresentando alterações significativas. Nessa segunda edição, o capítulo “África, Ásia e Oriente Médio”, que também apresenta a “Independência na África: os desdobramentos pós-coloniais”, aborda os conflitos com os nativos da República Democrática do Congo; os embates para a negociação da independência da Argélia; e a independência das colônias portuguesas. O sumário e o conteúdo textual das páginas do livro estão iguais ao terceiro volume da primeira edição. Os demais capítulos não abordam o continente africano. Nota-se, portanto, que não há um capítulo específico para tratar sobre a África e sim, uma subdivisão de temas, dentre os quais somente um aborda essa temática.

Observa-se então que, de 175, capítulos dos sete volumes da coleção aqui analisada, apenas quatro apresentam capítulos específicos para abordar a História da África. Sendo que, um é o capítulo 6 da 1ªed./2010 (Volume 1), intitulado “Egípcios”, que aborda o império egípcio e anula a africanidade desse povo e o outro é também o capítulo 6, da 2ªed./2013 (Volume 1), intitulado “África: Egípcios e Reino de Cuxe”, que destaca a África no título do sumário, o que proporciona ao aluno um melhor entendimento de que o Egito localiza-se na África. E os outros dois capítulos específicos que tratam de África, são o capítulo 12 da 1ªed./2010 (Volume 1) e o capítulo 13 da 2ªed./2013 (Volume 1), intitulado “Povos africanos”, em ambas as edições.

No capítulo 10 da 1ªed./2010 (Volume 3), intitulado “Independências afro-asiáticas e conflitos árabe-israelenses”, e também no capítulo 10 da 2ªed./2013 (Volume 3), intitulado “África, Ásia e Oriente Médio”, há uma subdivisão temática, ou seja, dentro de um capítulo o autor aborda os conflitos e independências de dois

continentes; dentre eles, um é o continente africano, porém não é um capítulo único para falar de África, e sim, um capítulo que aborda África, Ásia e Oriente Médio. Os demais volumes da primeira e segunda edição e, também, a 8ed./2005, apresentam a História da África integrada a outras temáticas.

Após a apresentação e descrição dos volumes que são analisados neste estudo, o próximo capítulo ocupa-se em discutir o contexto regulador das edições, uma vez que, considera-se que a produção de uma obra está submetida a um conjunto de normativas e aspectos técnicos que influenciam em seu resultado final.

## Capítulo 2 – O Livro Didático e suas dimensões

### 2.1 O contexto regulador

Sabe-se que há leis e programas que regem a produção do livro didático, que delimitam e cerceiam as informações, fazendo com que esse suporte pedagógico responda aos interesses e aos valores de determinado contexto sócio histórico. Assim, compreende-se que os livros didáticos contemplam as orientações e as leis governamentais que, por vezes, restringem a liberdade do autor, especialmente em tempos de governos autoritários. Conforme Cassiano (2013), de “1938 até 1985, diversas formas de controle e intervenção estatal incidiram sobre o livro didático brasileiro, norteando diferentemente sua circulação, principalmente no período da ditadura militar (1964 - 1985).” (CASSIANO, 2013, p. 53).

Diante da complexidade que é estudar o livro didático, por causa das várias dimensões que o constitui, é necessário abordar os aspectos pertinentes aos programas nacionais e às leis que direcionam a sua produção, bem como sua circulação e distribuição. Garantindo assim, o embasamento da pesquisa acadêmica com este objeto de estudo. Segundo Choppin (2004):

A concepção de um livro didático inscreve-se em um ambiente pedagógico específico e em um contexto regulador que, juntamente com o desenvolvimento dos sistemas nacionais ou regionais, é, na maioria das vezes, característico das produções escolares (edições estatais, procedimentos de aprovação prévia, liberdade de produção, etc.). Sua elaboração (documentação, escrita, paginação, etc.), realização material (composição, impressão, encadernação, etc.), comercialização e distribuição supõem formas de financiamento vultuosos, quer sejam públicas ou privadas, e o recurso a técnicas e equipes de trabalho cada vez mais especializadas, portanto, cada vez mais numerosas (p.554).

Dentro desse contexto regulador, cabe salientar que o livro didático é destacado também como uma “mercadoria”, conforme o define Bittencourt (2013):

Um produto do mundo da edição que obedece à evolução das técnicas de fabricação e comercialização pertencentes à lógica do mercado. Como mercadoria ele sofre interferências variadas em seu processo de fabricação e comercialização. Em sua construção interferem vários personagens, iniciando pela figura do editor, passando pelo autor e pelos técnicos especializados dos processos gráficos, como programadores visuais, ilustradores. É importante destacar que o livro didático como objeto da

indústria cultural impõe uma forma de leitura organizada por profissionais e não exatamente pelo autor (Bittencourt, 2013, p.71).

Diante do exposto pelos autores citados acima, pode-se perceber que atualmente, o maior comprador ou investidor dessa “mercadoria” – o livro didático, é o Ministério da Educação (MEC), “mediado pelo Programa Nacional de Livro Didático (PNLD), criado em 1985, pelo qual o governo compra os livros solicitados pelos professores para serem distribuídos a todos os alunos das escolas públicas” (MUNAKATA, 2012, p.61). Assim, sendo uma mercadoria que envolve significativos investimentos:

[...] segundo os dados da Câmara Brasileira do Livro para 2009, produziram-se no Brasil 386.367.136 exemplares de livros (incluindo primeira edição e reedições), dos quais 183.723.605 exemplares (47,55%) correspondiam a 19.721 títulos de obras didáticas da Educação Básica. No mesmo ano, do total de 371 milhões de exemplares vendidos, os livros didáticos corresponderam a 207 milhões de exemplares (55,79%); para o faturamento total de quase 3,38 bilhões de reais, o livro didático contribuiu com mais da metade (1,73 bilhões de reais) (Câmara Brasileira do Livro, [2010]) (MUNAKATA, 2012, p.59).

Entre os anos de 2004 e 2011 o governo brasileiro investiu no PNLD mais de dois bilhões de reais. Evidenciando assim, o quanto o livro didático é lucrativo para as editoras, que devem enquadrar-se no padrão estipulado pelo governo e pelos Editais de Convocação de inscrição e avaliação do PNLD para que tenham seus títulos incluídos no Guia do Livro Didático e sejam enviados às escolas.

## **2.2 Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), Programa Nacional do Livro Didático – Ensino Médio (PNLD/EM), Editais e Guias do livro didático**

Em 19 de agosto de 1985 foi oficialmente instituído por Decreto nº 91.542, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), “que apresentou grandes modificações em relação ao programa de livro didático que vigorava antes, o Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (PLIDEF).” (CASSIANO, p.53). Assim:

O PNLD trazia princípios, até então inéditos, de aquisição e distribuição universal e gratuita de livros didáticos para os alunos da rede pública do então 1º grau (1ª a 8ª série, para alunos de 7 a 14 anos). Podemos dizer que, mais do que prescrições, seus direcionamentos continham determinada visão do educando da escola pública e, especialmente, implicavam um projeto de nação a ser empreendido na redemocratização do país, visto que políticas educacionais sempre se circunscrevem em contextos de políticas mais gerais. (CASSIANO, 2013, p.53).

A autora considera ainda que o objetivo da “produção” de um novo programa para os livros didáticos era “agregar valor positivo a determinado governo”:

Na verdade, a produção de um novo programa para o livro didático e o conseqüente apagamento do já existente condiz com uma estratégia política em que o objetivo é agregar valor positivo a determinado governo, que não quer ter sua imagem política associada ao governo anterior, que, nesse caso, era uma ditadura. Por isso, tal governo democrático se autodenominou Nova República. (CASSIANO, 2013, p. 54).

A autora considera que “ao analisar a prescrição legal que norteou o PNLD”, foram encontrados dois “documentos-chave” que “mudaram os rumos em relação ao programa anterior, apesar da manutenção de muito de sua base”. O primeiro é a “proposta intitulada Educação para Todos: caminho para a mudança, de 31 de maio de 1985”. Esse, por sua vez, “dá elementos para entender os fundamentos que alicerçam a implementação do PNLD”. O segundo é o “Plano Decenal de Educação para Todos (MEC, 1993)”, compromisso assumido na Conferência Mundial, realizada na Tailândia, em 1990. (CASSIANO, 2013, p. 54). Segundo Cassiano (2013) “compreendemos o conjunto de significativas alterações nesse programa, que são estabelecidas a partir de 1995, no governo de Fernando Henrique Cardoso” (CASSIANO, 2013, p.55). Ainda cita Cassiano:

[...] no Plano decenal de educação para todos, o livro didático foi apresentado como insumo primordial da educação escolarizada, sendo ressaltado, nesse documento, que os aspectos referentes à sua política, economia, gerência e pedagogia deveriam ser considerados ao lado das demais características da questão educacional brasileira. [...] No documento, também foram feitas críticas à condução do programa direcionado para o livro didático desenvolvido até então, sendo abordados os problemas vinculados ao processo de aquisição e distribuição, que inviabilizam a chegada dos livros didáticos na escola no início do ano escolar. [...] questionou-se a qualidade dos livros escolhidos e recebidos pelas escolas e, aqui, o interessante é observar que essa afirmativa foi justificada pela malformação do professorado, que, de acordo com o

disposto nesse Plano Decenal, não sabia escolher o livro adequadamente. (CASSIANO, 2013, p.80).

Sendo assim, no ano de 1993, foi constituída uma comissão que analisaria a qualidade dos conteúdos programáticos e a metodologia que os livros didáticos apresentavam, sobre isso Cassiano afirma:

[...] em 1993, no ano da publicação do Plano decenal de educação para todos, o Estado [...] constituiu uma comissão para analisar a qualidade dos conteúdos programáticos e dos aspectos pedagógicos-metodológicos dos livros que vinham sendo comprados pelo MEC [...] por meio da imprensa, os resultados desse estudo foram divulgados pelo governo, sendo demonstrado que o MEC vinha comprando e distribuindo, para a rede pública de ensino, livros didáticos preconceituosos, desatualizados e com erros conceituais. Em 1996, o MEC implementou oficialmente a avaliação pedagógica dos livros didáticos comprados por meio do PNLD. O Ministério da Educação formou comissões, divididas por áreas de conhecimento (Alfabetização e Língua Portuguesa; Matemática; Ciências e Estudos Sociais; posteriormente, Geografia e História), para estabelecer quais seriam, efetivamente, os critérios de análise e classificação dessa avaliação (CASSIANO, 2013, p. 80-81).

Assim, surgiu o Guia de Livros Didáticos, “distribuídos nacionalmente para as escolas, com o objetivo de orientar os professores na escolha do livro didático. [...] a avaliação dos livros e a distribuição desses Guias [...] fazem parte da operacionalização do PNLD” (CASSIANO, 2013, p.81). As transformações no PNLDEM, tais como, “o estabelecimento de um fluxo regular de recursos para a execução do PNLD, o cumprimento da universalização da aquisição e distribuição dos livros [...] a introdução da avaliação, foram medidas que deram ao programa organização diferente daquela que vinha sendo executada” (CASSIANO, 2013, p.83), ocorridas no governo de FHC, e contribuíram para dar “solidificação” ao programa.

Nesse sentido, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) tornaram-se parâmetros para a avaliação dos livros didáticos, conforme afirmação do ministro Paulo Renato de Souza. A respeito dessa afirmação, Cassiano cita:

Ao final, prevaleceu a orientação de elaborar um parâmetro curricular nacional ou um referencial curricular nacional para evitar justamente os entraves legais: um parâmetro ou referencial não é obrigatório, nem fere a autonomia de Estado e Municípios. De todo modo, se o parâmetro ou referencial são de boa qualidade, acabam se impondo. Essa tendência no Brasil foi reforçada e acelerada pelo fato de o Ministério ser um grande comprador de livros didáticos e ter introduzido, a partir de 1996, a avaliação



desses livros com base precisamente nos parâmetros (CASSIANO, 2013, p. 108).

No governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 - 2010), o Programa Nacional de Livros Didáticos, obteve ampliações. O documento intitulado – Para formar um país de leitores: contribuições para a política do livro escolar no Brasil - que a Associação Brasileira dos Editores de Livros Escolares (Abrelivros) e a Associação Brasileira de Autores de Livros Educativos (Abrale) encaminharam em dezembro de 2002, ao futuro governo da nação, indicação para algumas destas ampliações. Dentre os pontos indicados no documento, estão “a ênfase na importância do livro em geral e do didático em específico, para a formação de leitores no país; considerações acerca dos rumos da avaliação dos livros didáticos e sobre a operacionalização do PNLD [...], para que fosse incluída no programa a distribuição de livros de todas as disciplinas para todos os alunos do Ensino Médio” (CASSIANO, 2013, p.145-147).

Percebemos que a reivindicação que as associações elaboraram ao governo que se seguiria na próxima gestão foi cumprida, ao menos em partes. Pois a distribuição de livros didáticos de todas as disciplinas ao Ensino Médio foi executada, ocorrendo então a criação do Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLD/EM). Na gestão de Luiz Inácio Lula da Silva, no dia 15 de outubro de 2003, data da Resolução nº 38, e da Portaria nº 2.922, datada em 17 de outubro de 2003, foi criado PNLDEM.

Mobilizado pelo Ministério da Educação, o PNLD/EM, para seu melhor desenvolvimento, conta com a participação de órgãos como o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Sua responsabilidade é “elaborar, em conjunto com a Secretaria de Educação Básica do MEC, os Editais de Convocação para avaliação e seleção das obras e disponibilizar o Guia de Livros Didáticos para uso nas escolas [...] viabilizar, por meio de sistema informatizado, a inscrição, a triagem, a escolha e o envio dos livros para as escolas”, também cabe ao FNDE “habilitar os aspectos jurídicos, econômicos, financeiros e decidir sobre a efetivação do contrato com as editoras que fornecerão as obras didáticas”; a responsabilidade da Secretaria de Educação Básica do MEC é “coordenar o processo de avaliação pedagógica dos livros a serem comprados e monitorar as ações de escolha das obras didáticas, bem como verificar a eficiência da execução do programa em

âmbito nacional”; as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, responsabilizando-se por “providenciar infraestrutura e equipes técnicas e pedagógicas para acompanhar a execução do programa nos Estados” e as escolas, as quais “tem por competência primeira promover a escolha desse instrumento pedagógico por intermédio dos professores. A instituição escolar deve, anualmente, cadastrar os dados referentes à matrícula dos alunos no Sistema do Censo Escolar, os quais indicarão a quantidade de livros que a escola receberá” (SILVA, 2015, p.15-16).

O processo de funcionamento do PNLD/EM, que envolve planejamento, execução e avaliação, é dividido em etapas, das quais, Lara Silva (2015) destaca dez. Primeiramente a adesão formal das escolas da rede pública; a publicação do Edital de Convocação no Diário Oficial da União; a inscrição das editoras que pretendem ter suas obras didáticas incluídas no PNLD/EM; a avaliação das obras didáticas; a elaboração e divulgação do Guia de Livros Didáticos; a escolha dos livros didáticos pelos professores; as negociações entre o FNDE e as editoras para a aquisição das obras; a produção e distribuição das obras didáticas; o recebimento dos livros didáticos pelas escolas; por fim, o acompanhamento, monitoramento e avaliação do PNLD/EM (p.17).

Para comportar todo esse processo de desenvolvimento do PNLD/EM são investidos altos recursos financeiros. Na tabela abaixo, verifica-se os investimentos no PNLD/EM:

Evolução do Programa Nacional de Livros Didáticos para o Ensino Médio  
(PNLD/EM) – 2004 a 2011

Ano	Nº de Alunos	Nº de Escolas	Nº de Livros	Investimento <sup>10</sup>	
<b>Ano de aquisição</b>	Ano do PNLD				
<b>2004</b>	PNLD/EM 2005	1.304.477	5.392	2.705.048	47.273.737,00
<b>2005</b>	PNLD/EM 2006	7.012.619	13.253	12.581.620	143.834.244,00
<b>2006</b>	PNLD/EM 2007	6.896.659	15.570	9.175.439	124.275.397,18
<b>2007</b>	PNLD/EM 2008	7.141.943	15.273	18.248.846	221.540.849,41
<b>2008</b>	PNLD/EM 2009	7.249.774	17.276	43.108.350	504.675.101,27
<b>2009</b>	PNLD/EM 2010	7.630.803	17.830	11.189.592	137.563.421,71
<b>2010</b>	PNLD/EM 2011	7.669.604	17.658	17.025.196	184.801.877,52
<b>2011</b>	PNLD/EM 2012	7.981.590	18.862	79.565.006	720.629.200,00
<b>Total</b>		<b>52.887.469</b>	<b>121.114</b>	<b>193.599.097</b>	<b>2.084.593.828,09</b>

Figura 13: (SILVA, 2015, p.12)

Fonte: Sítio do FNDE/Livro Didático/Dados Estatísticos

Percebe-se que o investimento para o desenvolvimento do PNLD/EM é bem alto, em oito anos o governo investiu mais de 2 bilhões de reais em despesas, na compra, distribuição, aquisição e controle de qualidade do Guia do Livro Didático, como mostra a tabela acima.

Portanto, cabe lembrar que na gestão de Luís Inácio Lula da Silva foram criados mais dois novos programas, comprovando a ampliação do PNLD/EM, a qual

<sup>10</sup> Valor gasto com compra, distribuição, aquisição do Guia do Livro Didático, controle de qualidade e outras despesas com o PNLD.

já ocorrera na gestão de Fernando Henrique Cardoso. O primeiro trata da criação do Programa de Livro Didático para o Ensino Médio – PNLD/EM, em 2003 - cujo objetivo é “distribuir, de forma inédita e gradativa, livros didáticos de todas as disciplinas, para todos os alunos das escolas públicas de Ensino Médio do país”, sendo que, somente em 2008, foram distribuídos os livros de História e Geografia, para os alunos das escolas públicas do país. E o segundo é o Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA) em 2007 e em 2009 passa a PNLD EJA e também houve um aumento na distribuição de dicionários, denotando assim, a ampliação constante do PNLD nos últimos anos. (Cassiano, 2013; p.149-150).

### **2.2.1 Edital de Convocação para Inscrição no Processo de Avaliação e Seleção de Obras Didáticas a serem incluídas no Catálogo Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio – PNLD/EM/2007 e o Catálogo do Livro Didático**

Dentre o processo de funcionamento do PNLD/EM, destaca-se o Edital de Convocação para as inscrições dos processos de avaliação e a seleção das obras didáticas para o PNLD/EM e os Guias dos Livros Didáticos, os quais são ferramentas indispensáveis para a elaboração da pesquisa com manuais escolares. Uma vez que, mostram quais livros estão aptos para participar do programa e quais os critérios que ele exige para a participação desta avaliação.

O objetivo do Edital de Convocação é a “convocação de editores para inscrição no processo de avaliação e seleção de obras didáticas destinadas aos alunos do ensino médio - matriculados nas escolas públicas que integram os sistemas de educação, federal, estadual, municipal e do Distrito Federal” (p.1).

O Edital de Convocação do PNLD/EM/2007 para a disciplina de História está agrupado em “princípios gerais”, “critérios eliminatórios”, “critérios de qualificação”. Os princípios gerais são apresentados pela divisão de três fatores que dão base para os critérios de avaliação dos livros didáticos, que são os “objetivos do Ensino Médio, objetivos da História, e necessidade de adequação dos materiais didáticos” (p.62). No que se refere aos objetivos do Ensino Médio, o Edital cita o seguinte:

No estágio de escolaridade em que o aluno se encontra no Ensino Médio, é importante que seja aprofundado o desenvolvimento da observação atenta do mundo vivido, identificando relações sociais que estão ao seu redor. A percepção das semelhanças, diferenças, permanências, transformações que ocorrem na multiplicidade das vivências sociais, no presente e no passado, é o ponto de partida para a construção significativa dos conceitos históricos básicos (Edital de Convocação PNLEM/2007, p.62).

Observa-se no trecho acima que o edital apresenta a necessidade do aluno conhecer o que acontece no mundo em que vive, ou seja, como acontecem as vivências sociais, tanto no tempo presente como no passado, para que assim, o aluno tenha a capacidade de construir “conceitos históricos básicos” para o seu desenvolvimento intelectual.

Nos critérios eliminatórios, que são “ponto de referência na avaliação das obras didáticas do Ensino Médio”, são apresentados os fatores primordiais que cada obra deve conter “correção dos conceitos e das informações básicas”; “coerência e adequação metodológicas” e “preceitos Éticos”.

Nos critérios de qualificação, que “[...] norteiam a análise dos livros inscritos para a avaliação”, são apresentados a “atualização historiográfica e pedagógico-metodológica”; a “explicitação da opção metodológica”; “análise histórica que parte de um problema ou conjunto de problemas”; a “obra didática não poderá incorporar estereótipos”; a “discussão de fontes históricas”; os “textos complementares presentes na obra didática devem atender à pluralidade das fontes”; “as imagens e os recursos visuais devem fazer parte dos objetivos do texto, constituindo-se não apenas em ilustrações dos mesmos textos, mas sim em recursos intrínsecos à problematização e à compreensão dos conteúdos históricos”; “quanto à estrutura editorial, o texto principal deve estar impresso em preto”; “utilização de recursos visuais” e os “mapas, as legendas devem respeitar as convenções cartográficas” (Edital de Convocação do PNLD/EM- 2007, p.67-69).

O Guia do Livro Didático do Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio (PNLD/EM 2008)<sup>11</sup>, disciplina de História, “traz comentários sobre as obras didáticas de História que foram recomendadas para aquisição pelo [...] (PNLD/EM). Ele foi planejado para apresentar às professoras e aos professores a estrutura das obras,

---

<sup>11</sup> No Programa Nacional do Livro Didático do Ensino Médio PNLD/EM 2008, cujo Edital de Convocação é no ano de 2007, refere-se ao Guia do Livro Didático, como “Catálogo do Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio-PNLEM/2007.

uma análise crítica dos aspectos conceituais, metodológicos e éticos, e algumas sugestões para a prática pedagógica” (Guia do Livro Didático PNLD/EM– 2008, p.7).

No Guia do Livro Didático (2008), é apresentada uma estrutura das resenhas que é igual para todas as obras, para facilitar ao professor (a) na escolha da obra que lhe auxiliará por três anos. A estrutura caracteriza-se, primeiramente, por uma “síntese avaliativa” da obra, a qual fornece uma “visão geral das principais características do material didático”; o “sumário da obra”, que mostra “informações sobre a forma como a obra é organizada”; a “análise da obra”, que “consiste em uma discussão mais detalhada das características da obra” e as “recomendações ao professor”, que são nada menos que “sugestões sobre como valorizar os aspectos mais vantajosos de cada obra e como superar as deficiências que ela apresenta” (Guia do Livro Didático PNLD/EM– 2008, p. 8). No que se refere a esta última parte da estrutura, é apresentado ao professor o que se pode chamar de pontos positivos e negativos da obra analisada. Dentre os pontos negativos o Guia cita que o professor deve observar “[...] o desequilíbrio entre os conteúdos selecionados, particularmente a ausência de conteúdos específicos sobre América hispânica e África” (Guia do Livro Didático PNLD/EM– 2008, p.81). Em tal guia há indicação direta sobre a relevância do conteúdo de África, indicando que os professores devem observar esse aspecto nas obras a serem escolhidas.

No que se refere à obra História Global – Brasil e Geral, 8ªed/2005, que compõem o Guia de Livros Didáticos 2008, observa-se a ausência de conteúdos sobre a história do continente africano. Esse conteúdo aparece quando é abordado o mercantilismo europeu; a colonização e descolonização; a expansão marítima e as colônias portuguesas e até mesmo ao desenvolvimento da economia brasileira, não havendo uma discussão específica sobre os aspectos históricos do continente africano. Contudo, tal inserção, segundo o Guia, é conveniente, pois o mesmo afirma que há uma ordem para tratar a História, “ordem convencional da História: da História europeia para a periferia”, conforme citação no Guia do Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio – PNLD/EM 2008, (p. 79).

### **2.2.2 Edital de Convocação para Inscrição no Processo de Avaliação e Seleção de Obras didáticas para o Programa Nacional do Livro Didático PNLD/EM 2012- Ensino Médio e o Guia do Livro Didático**

O Edital de Convocação do PNLD/EM 2012, na disciplina de História, é composto pelos mesmos princípios do Edital de Convocação de 2007- PNLD/EM 2008. Porém, destaca em “critérios eliminatórios específicos para o componente curricular História”, no “manual do professor”, que o livro deve orientar “o professor sobre as possibilidades oferecidas para a implantação do ensino de história da África, da história e cultura afro-brasileira e das nações indígenas” (31), critério que no Edital de Convocação de 2007 não constava.

No Guia de Livros Didáticos PNLD/EM 2012, da disciplina de História, consta que o objetivo é de auxiliar o professor (a) “na escolha da coleção que será utilizada nas aulas de História nos próximos três anos. Nele se encontra resenhas das obras didáticas aprovadas no processo de avaliação realizado com base nos critérios estabelecidos no ‘Edital de Convocação [...] PNLD 2012 – Ensino Médio’ ” (p.7). As resenhas das obras estão estruturadas da seguinte forma: identificação da coleção, visão geral, descrição, análise e em sala de aula. Na análise da obra, o guia “apresenta avaliação da obra segundo os critérios relacionados ao Manual do Professor, Metodologia da História, Metodologia do ensino-aprendizagem, Cidadania; História da África, dos afrodescendentes e dos indígenas; Projeto Gráfico” (p.7), estes critérios não constavam no Guia do Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio – PNLD/EM 2008.

Apesar destes critérios estarem expostos tanto no Edital de Convocação como no Guia PNLD/EM 2012, a obra História Global – Brasil e Geral, teve um desempenho baixo, quanto a apresentação da História da África, dos afrodescendentes e dos indígenas, conforme mostra o quadro de avaliação das coleções de História PNLD/EM 2012 (p.23). Como mostra figura abaixo

### Avaliação das coleções de História – PNLD/EM 2012

Código	Coleção	Manual do Prof.	Met. História	Met. Ensino-aprendizag.	Cidadania	Hist. África, dos Afro. e dos Indig.	Projeto editorial
25024COL06	A ESCRITA DA HISTÓRIA						
25188COL06	CAMINHOS DO HOMEM						
25047COL06	CONEXÕES COM A HISTÓRIA						
25061COL06	ESTUDOS DE HISTÓRIA						
25094COL06	HISTÓRIA						
25022COL06	HISTÓRIA - DAS CAVERNAS AO TERCEIRO MILÊNIO						
25097COL06	HISTÓRIA EM DEBATE						
25098COL06	HISTÓRIA EM FOCO						
25099COL06	HISTÓRIA EM MOVIMENTO						
25100COL06	HISTÓRIA GERAL E BRASIL						
25101COL06	HISTÓRIA GERAL E DO BRASIL						
25102COL06	HISTÓRIA GLOBAL BRASIL E GERAL						
Figura 14: Quadro de avaliação Fonte: Guia do Livro Didático PNLD 2012, p. 23				(-)			(+)
Legenda							



O “Quadro Síntese”, assim chamado o quadro que avalia as coleções da disciplina de História, no PNLD/EM 2012, tem por objetivo “oferecer aos professores um panorama do desempenho de cada coleção”, a base de sua elaboração é o “tratamento quantitativo dos dados registrados na Ficha de Avaliação das coleções”. A tonalidade da cor indica o grau de avaliação, ou seja, quanto mais clara a cor, mais baixa está a avaliação da obra no Programa Nacional, e, quanto mais escura a cor, “maior a capacidade da coleção de extrapolar os critérios estabelecidos no Edital” (Guia do Livro Didático PNLD/EM 2012, p.22-23). Observa-se que, apesar da obra História Global – Brasil e Geral ter um grau de avaliação baixo, principalmente na temática “História da África, dos afrodescendentes e dos indígenas”, foi a coleção mais solicitada pelos professores no Programa Nacional do Livro Didático de 2012, conforme apresentado em capítulo anterior.

### **2.2.3 Edital de Convocação para o Processo de Inscrição e Avaliação de Obras Didáticas para o Programa Nacional do Livro Didático PNLD/EM 2015 e o Guia do Livro Didático**

O Edital de Convocação do PNLD/EM 2015 na disciplina de História é composto pelos mesmos princípios do Edital de Convocação de 2007- PNLD/EM 2008 e o Edital e PNLD/EM 2012. Porém, no Edital de 2015 é dado mais destaque ainda à Lei 10.639/03. Nos critérios de eliminação, contidas no Edital, no subitem “respeito à legislação, às diretrizes e às normas oficiais relativas ao ensino médio”, é definido que as obras que não cumprirem com os estatutos específicos desse item serão eliminadas, dentre eles estão:

[...] (2) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 10.639/2003, nº 11.645/2008 e nº 11.525/2007:

Lei nº 10.639/2003 – “Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”.

Lei nº 11.645/2008 – “Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. [...]

(4) Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, Resolução no 2, de 30 de janeiro de 2012. [...] Parecer CNE/CP nº 003 de 10/03/2004 – Aborda assunto relativo às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana [...] Resolução CNE/CP nº 01 de 17/06/2004 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. (Edital de Convocação para o Processo de Inscrição e Avaliação de Obras Didáticas para o Programa Nacional do Livro Didático PNLD 2015, p.40).

Ainda o Edital de Convocação de 2015, nos critérios eliminatórios, na disciplina de História, indica que será analisado se a obra “desenvolve abordagens qualificadas sobre a história e cultura da África, dos afrodescendentes, dos povos afro-brasileiros e indígenas, em consonância com as leis 10.639/2003 e 11.645/2008”, assim como, o Manual do Professor orienta “sobre as possibilidades oferecidas para a implantação do ensino de história da África, da história e cultura afro-brasileira e das nações indígenas, considerando conteúdos, procedimentos e atitudes” (p.55-56).

No Guia do livro didático – PNLD/EM 2015, a resenha das obras é dividida em tópicos, apresentando primeiramente a “visão geral”, na sequência vem a “descrição”, o “sumário sintético”, a “análise” e “em sala de aula”. O guia ao apresentar a coleção História Global – Brasil e Geral, na visão geral, diz que a obra “organiza os conteúdos históricos cronologicamente, intercalando aspectos das Histórias da Europa, América, África, Ásia e Brasil, a partir de recorte social e político-econômico” (Guia do Livro Didático PNLD/EM 2015, p.68), menciona ainda que a obra apresenta a “[...] História da África, a história e cultura dos afrodescendentes e dos povos indígenas em todos os volumes, enfatizando especialmente o aspecto legal da obrigatoriedade do estudo desses temas” (Guia do Livro Didático PNLD/EM 2015, p.69). Afirma ainda, na análise, para o manual do professor, que este recebe orientações gerais para abordar a história da África, apoiando-se na legislação para a abordagem deste tema. Considerando também que “os textos e atividades complementares relacionam-se com os conteúdos, destacando que vários deles tratam de temas sobre África, africanos, indígenas e descendentes” e que na obra, são abordados aspectos do “[...] cotidiano dos escravos africanos e dos indígenas, incluindo as conquistas, os conflitos, as resistências à escravidão e as violências diversas imputadas aos africanos,

indígenas e seus descendentes no Brasil [...]” (Guia do Livro Didático PNLD/EM 2015, p.71-72).

Quanto aos critérios de avaliação da seleção das obras para participarem do Programa Nacional do Livro Didático, o Guia do PNLD/EM 2015, mostra que há dois tipos: um é o critério comum a todas as áreas e o outro é o critério específico para cada disciplina. No critério de avaliação do livro didático do Ensino Médio, específico para a disciplina de História, o Guia faz jus às leis 9.394/1996, 10.639/2003 e 11.645/2008, pois nos critérios de eliminação o Guia menciona que às obras é indispensável apresentar no livro do aluno, o desenvolvimento de “abordagens qualificadas sobre a História da África, história e cultura dos afrodescendentes e dos povos indígenas” e no manual do professor, este precisa orientá-lo sobre as “possibilidades oferecidas para a implantação do ensino de História da África, da história e cultura afro-brasileira e das nações indígenas” (Guia do Livro Didático PNLD/EM 2015, p. 10-12). Ainda no que diz respeito aos critérios específicos, em “observância aos preceitos legais e jurídicos”, o Guia ressalta a necessidade do cumprimento da lei com as devidas alterações. (Guia do Livro Didático PNLD/EM 2015, p.133). E na resenha das obras que o Guia apresenta a obra História Global – Brasil e Geral, é mencionado que “A obra trabalha a História da África, a história e cultura dos afrodescendentes e dos povos indígenas em todos os volumes, enfatizando especialmente o aspecto legal da obrigatoriedade do estudo desses temas” (Guia do Livro Didático PNLD/EM 2015, p.69). Nesse Guia não há um quadro de avaliação, quadro síntese da tonalidade das cores, como há no Guia do Livro Didático do PNLD/EM 2012 que traz que a obra de Cotrim teve um grau de avaliação baixo nos quesitos História da África e dos afrodescendentes e indígenas. No Guia de 2015, há somente uma descrição que a obra trabalha a temática em todos os volumes, conforme citado acima.

Nota-se que é no Edital de Convocação do PNLD/EM 2012 e Guia do Livro Didático 2012 e no Edital de Convocação do PNLD/EM 2015 e Guia do Livro Didático 2015 que se enfatiza a legislação. Esses editais e guias abordam a alteração da Lei 9.394/1996 pela Lei 10.639/2003. Tal lei, por sua vez foi acrescida com a inserção dos estudos dos povos indígenas, passando a vigorar então a Lei 11.645/2008, a qual abarca a inserção dos estudos da História da África, dos afrodescendentes e dos povos indígenas. Como veremos no tópico a seguir.

### 2.3 Lei 10.639/03 e Diretrizes Curriculares Nacionais da Lei 10.639/03

As Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelecidas pela Lei 9.394/96 foram alteradas pela Lei 10.639/03, a qual torna obrigatório o ensino da cultura africana e afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino público e privado. A partir dessa lei, foi destinada a criação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana com a intenção declarada de valorizar a cultura africana e afro-brasileira, combater o racismo e as desigualdades raciais<sup>12</sup>.

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos 26-A, 79-A e 79-B:

“Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

§ 3º (VETADO)”

“Art. 79-A. (VETADO)”

“Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como ‘Dia Nacional da Consciência Negra’.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de janeiro de 2003; 182ª da Independência e 115ª da República. (Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais)<sup>13</sup>.

---

<sup>12</sup> Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/CONSELHO PLENO/DF Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. 23001.000215/2002-96 CNE/CP 3/2004, aprovado em 10/3/2004 Proc. 23001000215/2002-96, p.10.

<sup>13</sup> Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Lei nº 10.639/03 – 10 anos. Anexo A. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Brasília, 2013, p. 75-76.

A Lei destaca a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura, tanto africana quanto a afro-brasileira, nos estabelecimentos de ensino básico, público e privado de todo o país.

A criação e promulgação da Lei 10.639/03 não aconteceram de um momento para outro, antes cabe destacar que foram muitos anos de luta. Frente a tal luta estão os Movimentos Negros, organizado para combater as desigualdades raciais diante de um contexto dramático, conforme destaca Alves (2012):

[...] após o final da escravidão no Brasil no século XIX, os negros estavam libertos de um tipo de prisão física e estrutural, mas, não livres das marcas deste sistema que os transformaram em “mercadorias” durante séculos. Estes homens livres, pobres e sem nenhuma instrução para uma vida em sociedade em plena efervescência social, política e econômica nas vésperas da chegada da República, se viram diante de um estigma de inferior e sem perspectiva, então buscavam alguma forma de se estabelecer socialmente e se libertar desta condição. (ALVES, 2012, p.3545<sup>14</sup>).

Diante desse quadro de discriminação, os “ex-escravos” criaram os “movimentos de mobilização racial negra no Brasil”, criando “dezenas de grupos (grêmios, clubes ou associações) em alguns estados da nação”, como a fundação da Frente Negra Brasileira (FNB), por exemplo, criada em 1931 em São Paulo e uma das mais importantes sendo “considerada a sucessora do Centro Cívico Palmares, de 1926.” (DOMINGUES, 2007, p.103 e 105<sup>15</sup>).

A entidade desenvolveu um considerável nível de organização, mantendo escola, grupo musical e teatral, time de futebol, departamento jurídico, além de oferecer serviço médico e odontológico, cursos de formação política, de artes e ofícios, assim como publica um jornal, o A Voz da Raça. Naquela época, as mulheres negras não tinham apenas importância simbólica no movimento negro. Segundo depoimento do antigo ativista Francisco Lucrécio, elas ‘eram mais assíduas na luta em favor do negro, de forma que na Frente [Negra] a maior parte eram mulheres. Era um contingente muito grande, eram elas que faziam todo movimento’ (DOMINGUES, 2007, p.106).

Dentre as reivindicações dos movimentos sociais negros, surge a bandeira pela inclusão do estudo da história do continente africano e dos afrodescendentes no sistema de educação brasileira, como bem observa Alves (2012):

---

<sup>14</sup> A África na Literatura Didática de História a partir da Lei 10.639/2003. Márcia de Albuquerque Alves. IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”, Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5, p. 3545.

<sup>15</sup> Petrónio Domingues. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. 2007, p. 103 e 105.

[...] ao perceberem a inferiorização dos negros, ou melhor, a produção e a reprodução da discriminação racial contra os negros e seus descendentes no sistema de ensino brasileiro, os movimentos sociais negros (bem como os intelectuais negros militantes) passaram a incluir em suas agendas de reivindicações junto ao Estado Brasileiro, no que tange à educação, o estudo da história do continente africano e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional brasileira. Parte desta reivindicação já constava na declaração final do I Congresso do Negro Brasileiro, que foi promovido pelo Teatro Experimental do Negro (TEN), no Rio de Janeiro, entre 26 de agosto e 04 de setembro de 1950, portanto, há mais de meio século. (ALVES, 2012, p. 3545).

Nesse ínterim de movimentos e repercussões no século XXI, foi legalizado o que os movimentos negros desejavam desde o século passado: que o estudo da história do continente africano e dos afrodescendentes passasse a ser incluso no sistema de educação brasileira, a partir da implantação e promulgação da Lei 10.639/03. E saber como o estudo sobre a história do continente africano e afro-brasileiro está sendo desenvolvido atualmente nos livros didáticos, especialmente na obra didática aqui apresentada, é um dos objetivos dessa pesquisa. Bem como também a observação sob qual perspectiva este estudo é apresentado e abordado: da perspectiva brasileira, africana ou europeia.

Segundo os dados do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2010, em relação a inserção do negro nas escolas desde as conquistas que eles alcançaram, percebe-se que ainda há desigualdades, no ensino de educação básica no Brasil, entre negros e brancos, pois “54,6% da população negra não havia completado o ensino médio. No Ensino Médio, a taxa de estudantes é de 52,4% brancos e a de negros, 28,2%. Acreditamos que a Educação das Relações Étnico-Raciais pode contribuir para a ampliação do acesso e permanência de jovens negros e negras no ensino médio” (Plano Nacional, p.51).

É bem perceptível o empenho do governo brasileiro na primeira década deste século para a implementação ou cumprimento da lei. Pois dentre tantas ações que o governo tem oferecido para seu cumprimento, destaca-se:

O Programa Cultura Afro-Brasileira, desenvolvido entre 2005 e 2006, teve como objetivo prestar assistência financeira para a formação de professores (as) e material didático na temática étnico-racial no âmbito da educação básica (ensino fundamental), com orçamento no valor de 3 milhões de reais. [...] a formação continuada presencial de professores (as) e educadores (as) foi desenvolvida por meio do programa UNIAFRO, coordenado pelos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros, que entre 2008 e 2010 promoveu a

formação de nove mil profissionais da educação. [...] nos anos de 2006 e 2007, a formação continuada de professores (as) a distância foi realizada no curso Educação-Africanidades-Brasil, [...] beneficiaram mais de 10 mil profissionais da rede pública. [...] a tradução e adaptação da coleção História Geral da África foi concluída e lançada em dezembro de 2010 e 8.000 volumes foram distribuídos em março de 2011. [...] em 2008, foram publicados pela SECAD/MEC três materiais didáticos específicos para a utilização nas escolas brasileiras com o objetivo de implementação da Lei 10.639/2003: os livros Estórias Quilombolas e Minas de Quilombo e o jogo Yoté (Plano Nacional<sup>16</sup>).

Cabe lembrar que a Lei 9.394/96 que estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a qual estabelece:

- a) O respeito aos valores culturais como princípio constitucional da educação, tanto quanto da dignidade da pessoa humana;
- b) A garantia da promoção do bem de todos, sem preconceitos;
- c) A prevalência dos direitos humanos e o repúdio ao racismo;
- d) A vinculação da educação com a prática social (Plano Nacional, p.33-34).

Foi alterada pela Lei 10.639/03, que foi substituída pela Lei 11.645/08, “altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática ‘História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena’ ” (Edital de Convocação para o Processo de Inscrição e Avaliação de Obras Didáticas para o Programa Nacional do Livro Didático PNLD/EM 2015, p.40).

O Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno através da Resolução Nº 1, de 17 de junho de 2004, “institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”. Destaca-se o conteúdo do art. 2, § 2, que afirma:

§ 2º O Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana tem por objetivo o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, bem como a garantia de reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias, asiáticas. (Plano Nacional, p.78).

---

<sup>16</sup> Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Lei nº 10.639/03 – 10 Anos. Brasília, 2013, p.13 – 15.

As alterações das Diretrizes e Bases da Educação Nacional pela Lei 10.639, a promulgação e implementação da Lei 10.639/03 e as reivindicações do Movimento Negro promovem novas bases para a inserção de estudos sobre o continente africano, pois com a criação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, houve e há uma valorização da cultura africana. Está acontecendo um novo enfoque sobre a África, ainda que em passos lentos e em processos de consolidação, ou seja, com as Diretrizes surgiu uma visão mais ampla e positiva da história do continente africano e não somente uma visão pessimista e pobre do continente.



## **Capítulo 3 – A análise: a História da África nos livros didáticos de Cotrim**

Os estudos neste campo de pesquisa apresentam grandes tendências que dimensionam a pesquisa dos manuais escolares para concentrar sua atenção no “conteúdo dos livros”, segundo Galvão e Batista (2009). Para os autores, que partem de questões reais que constituem a pesquisa com livros didáticos, estes devem ser tomados como “objeto de estudo”, observando “[...] seu processo de produção, sua circulação e uso, seus efeitos” (p.17). Neste sentido, realizou-se um esforço para compreender o processo de construção da obra História Global - Brasil e Geral, considerando a interferência dos diferentes condicionantes que resultam no conteúdo disponibilizado para alunos e professores de Ensino Médio, da rede pública de ensino, através do PNLD/EM, especificamente, no que tange ao conteúdo sobre História da África.

A análise foi dividida em dois momentos. O primeiro deles, foi realizado um mapeamento temático, por meio do sumário, de todos os capítulos que mencionavam a temática África (diretamente ou indiretamente), da 8ªed/2005 (PNLD/EM 2008-2011), 1ªed./2010 (PNLD/EM 2012-2014), 2ªed/2013 (PNLEM 2015-2017). Num segundo momento foram analisadas as diferentes edições comparando-as em relação ao conteúdo apresentado. Por exemplo, foi analisado o volume I da 1ªed./2010 juntamente com o volume I da 2ªed./2013; volume II da 1ªed./2010 juntamente com o volume II da 2ªed./2013; volume III da 1ªed./2010 juntamente com o volume III da 2ªed./2013, conforme o conteúdo de cada volume.

### **3.1 A primeira edição a circular no PNLD/EM e seus silenciamentos**

Na 8ªed/2005, apesar de suas 608 (seiscentos e oito) páginas, percebe-se que poucas delas foram destinadas a apresentação da História da África, pois de 57 capítulos, encontra-se vinte e três (23) que mencionam África como História Integrada, ou seja, quando abordam o conteúdo de mercantilismo europeu, a colonização e descolonização, a expansão marítima, as colônias portuguesas, ou desenvolvimento da economia brasileira, por exemplo. Mas, não há um capítulo

destinado a apresentar a História da África, abordando especificamente, a história da sociedade africana, seus reinos e tradições. Além destes 23 (vinte e três) capítulos, que apresentam a História da África integrada a outros conteúdos, a 8ªed/2005 apresenta no sexto capítulo conteúdo específico sobre os Egípcios. Porém, nele é ocultado a africanidade deste povo, pois não é mencionado a negritude dos egípcios, nem tão pouco a História da África como parte deste império chamado Egito. Tudo o que se reporta a África é a localização do Egito, indicada como “nordeste da África”. Porém, o mapa não dá destaque ao continente africano ao mencionar a localização do Egito. Como verifica-se na figura abaixo:

Mapa do Egito

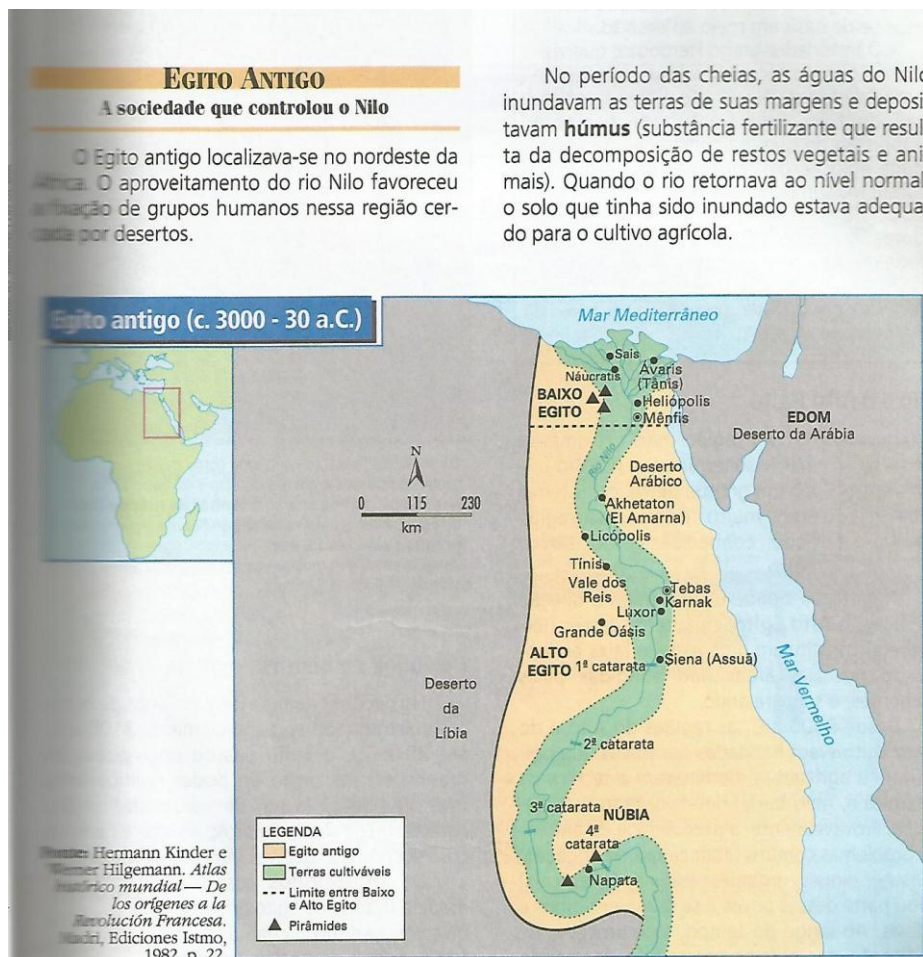


Figura 15: Mapa Egito Antigo, 8ªed./2005, p.47  
Fonte: do pesquisador

O mapa mostra o mar Mediterrâneo e o mar Vermelho, apresenta o Baixo Egito e o Alto Egito, sem mencionar que este localiza-se no norte da África. O mapa menor, á esquerda, apresenta todo o mapa do continente africano, mas não há uma legenda para identificá-lo.

As páginas seguintes do livro didático apresentam a importância do rio Nilo para a agricultura, pois “no período das cheias, as águas do Nilo inundavam as terras de suas margens e depositavam húmus (substância fertilizante [...]). Quando o rio retornava ao nível normal, o solo que tinha sido inundado estava adequado para o cultivo agrícola” (8ªed./2005, p. 47). Também há destaque ao rei supremo da sociedade egípcia, o faraó, “[...] considerado um deus vivo, responsável pela proteção e prosperidade de seu povo”; os escribas que eram “funcionários” que o rei contratava para auxiliar seu governo, tinham o conhecimento da escrita egípcia “[...] suas funções estavam visitar as províncias e os campos para cobrar tributos e fiscalizar os serviços na construção de canais, diques, estradas, templos e pirâmides” (8ªed./2005, Egípcios, p. 50); os camponeses, artesãos e escravos; a religião e a arte egípcia. A fonte destaca a riqueza deste império e também a herança cultural que eles deixaram aos seus descendentes.

Contudo, embora haja uma aprofundada abordagem sobre a sociedade egípcia, não há menção a África. Assim, compreende-se que a africanidade do Egito é silenciada. E apesar das figuras<sup>17</sup> ilustrativas representar os egípcios com cor de pele escura – ponto que podia ser ressaltado para enfatizar África – o texto na sequência, não menciona e nem problematiza tal abordagem, nem no conteúdo textual, nem nas questões levantadas, omitindo assim, qualquer referência a africanidade deste povo.

No que se refere as imagens o Edital de Convocação do PNLD/EM 2007, cita o seguinte:

As imagens e os recursos visuais devem fazer parte dos objetivos do texto, constituindo-se não apenas em ilustrações dos mesmos textos, mas sim em recursos intrínsecos à problematização e à compreensão dos conteúdos históricos. Assim, as ilustrações, para auxiliar na leitura e na compreensão dos textos, precisam estar adequadas às finalidades para as quais foram elaboradas, ser claras, precisas e de fácil compreensão. As legendas devem possibilitar, efetivamente, a localização da ilustração no tempo e

---

<sup>17</sup> As figuras ilustrativas, que reproduzem a pintura egípcia, referem - se aos artesãos fundindo cobre (1500 a. C.); a representação de “Anúbis, o deus da mumificação, preparando um nobre para a vida após morte” (1550-1291 a. C.) (COTRIM, 2005, p.51-53).

espaço (época em que foi produzida, autoria, créditos e sua natureza). Podem também intrigar, problematizar, convidar a pensar, despertar a curiosidade (Edital de Convocação PNLD/EM 2007, p.68-69).

Portanto, o edital menciona que as imagens devem servir para uma problematização do conteúdo apresentado, para que assim o aluno possa pensar e questionar o que está implicitamente na ilustração, facilitando e/ou abrangendo a compreensão dos conteúdos históricos apresentados no livro. Porém nestas páginas da obra História Global – Brasil e Geral, 8ªed/2005 (PNLD/EM 2008-2011), pode-se considerar que isso não acontece de modo efetivo.

Contudo, a obra em questão é bem avaliada neste quesito, pois no Guia do PNLD/EM 2008 consta que a “editoração é bem cuidada”, e apresenta os requisitos que o Edital de Convocação exige (Guia do PNLD/EM, p.80). Ao analisar as imagens do capítulo sobre Egito, percebe-se que as imagens e os mapas apresentam legendas e créditos bem identificados, mas não há problematização das imagens e o mapa que ilustra o Antigo Egito (figura 15), não apresenta a localização do Egito de forma esclarecedora, especialmente, em relação ao continente em que está inserido. Ainda sobre esta figura, no canto esquerdo da imagem, há o mapa do continente africano, e não há uma legenda identificando-o.

Nas análises realizadas observou-se que as publicações posteriores, a 8ª edição, são bastante semelhantes. Ou seja, o Volume I (1ªed./2010) assemelha-se ao Volume I (2ªed./2013), bem como o Volume II (1ªed./2010) assemelha-se ao Volume II (2ªed./2013) e o Volume III (1ªed./2010) assemelha-se ao Volume III (2ªed./2013).

### **3.2 Mudanças e permanências nas diferentes edições**

As edições, publicadas em 2010 (PNLD/EM 2012-2014), e em 2013 (PNLD/EM 2015-2017) apresentam algumas pequenas alterações na abordagem do conteúdo, mas que se tornam significativas. Por exemplo, o capítulo 6, do volume I, das edições de 2010 e 2013 discorre sobre o Egito. Na 1ªed./2010 o capítulo intitula-se “Egípcios” (p. 72 a 84), já na 2ªed./2013 o capítulo denomina-se “África: Egípcios e Reino de Cuxe” (p. 66 a 78). Embora tenha havido mudança significativa no título dos capítulos, a imagem que ilustra a primeira página é igual em ambas as edições,

apresentando a “Esfinge de Gizé” e uma das pirâmides da cidade do Cairo. Como mostra a figura 16:

Capa do capítulo 6 – 1ªed./2010 – vol. I

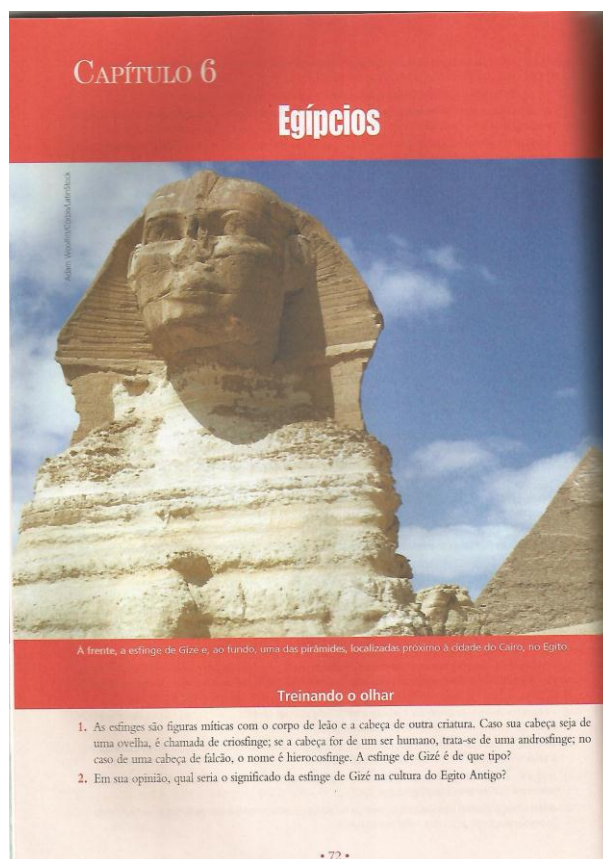


Figura: 16 – Esfinge de Gizé, Egito  
Fonte: do pesquisador

Na 1ªed./2010, a figura ilustra toda a página, e ao final da página a seção “Treinando o olhar” apresenta duas questões sobre a representação da figura. Na 2ªed./2013, a figura é a mesma, ocupa metade da página, o título destaca “África: Egípcios e Reino de Cuxe” e acrescenta um pequeno texto sobre a civilização africana do passado (na primeira edição este texto está inserido na página seguinte à capa inicial), e traz uma questão, a qual é semelhante a da primeira edição. Como mostra figura abaixo:

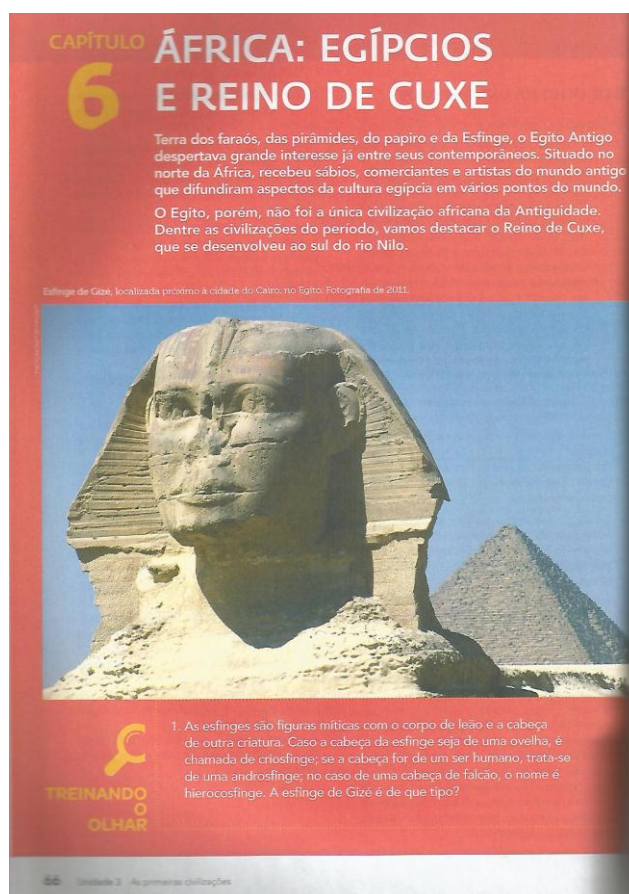


Figura 17: Esfinge de Gizé, Egito, p.66.  
Fonte: do pesquisador

Percebe-se então que a diferença, entre uma edição e outra, é a inclusão do conteúdo sobre Egito em um capítulo sobre África, paralelamente a outra civilização africana: o Reino de Cuxe.

Cabe lembrar que, no ano de publicação da segunda edição, que é 2013, é comemorado os dez anos da implementação da Lei 10.639/03, a qual obriga a inserção da cultura africana, dos afrodescendentes e dos indígenas, nos estabelecimentos de ensino básico da rede pública e privada do país. É possível que isso justifique as alterações na obra de uma edição para outra, especialmente para que esta alcance um maior desempenho na avaliação do Programa Nacional do Livro Didático. Lembrando que, no Guia do Livro Didático PNLD/EM 2012, a obra do Cotrim, 1ªed./2010, apesar de ser a mais distribuída nas escolas, teve um baixo grau de avaliação no quesito História da África, dos afrodescendentes e dos

indígenas<sup>18</sup>, ou seja, tal avaliação negativa, provavelmente tenha influenciado nas alterações da segunda edição, proporcionando assim, a inclusão do Reino de Cuxe no conteúdo do capítulo 6, como também a indicação da palavra África no título.

Ao se reportar ao Reino de Cuxe, o autor menciona que este reino é uma “civilização ao sul do rio Nilo”, aborda, brevemente, o seu desenvolvimento e dá ênfase à relação do Reino de Cuxe ao Egito. E em três parágrafos o autor destaca o reino como a civilização africana que também possui suas riquezas, nas áreas de produção agrícola, pesca e criação de animais, atividades econômicas, e ainda se refere ao comércio predominante nas cidades do reino cuxita. Menciona algumas das riquezas da civilização africana: fundição de ferro, marfim, ouro, pele de animais, cevada, trigo, linho, entre outras. Para tais abordagens o texto se utiliza do historiador Alberto da Costa e Silva<sup>19</sup>, o qual aponta riquezas e um amplo conhecimento sobre a África em seu livro.

Contudo, salvo o primeiro volume da segunda edição que destaca a civilização do Reino de Cuxe, à sequência das páginas destinadas ao estudo sobre o Egito, tanto na primeira edição quanto na segunda, primeiro volume, o conteúdo explanado sobre o império egípcio, é o mesmo, o que varia é a materialidade do texto apresentado: o destaque ao título, a cor, o tamanho da letra, os boxes colocados em tamanhos diferentes, e as questões expostas com os mapas.

O primeiro volume da 1ªed./2010, situa o Antigo Egito a “uma das regiões do Crescente Fértil”, mas não faz referência ao norte da África. O mapa não relaciona o Egito ao continente africano, mostra o Baixo e o Alto Egito, como se estes estivessem entre a África e a Ásia. Dificultando ao aluno a compreensão exata da localização do território egípcio. Como vê-se no mapa abaixo:

---

<sup>18</sup> Como mostra o Quadro de avaliação, figura (14), nas páginas 51-52, desta dissertação.

<sup>19</sup> A enxada e a lança. Alberto da Costa e Silva é historiador e especialista brasileiro em África, foi embaixador do Brasil na Nigéria e no Benim, no período de 1979 a 1983.

## Mapa Egito Antigo – 1ªed./2010 – vol. I

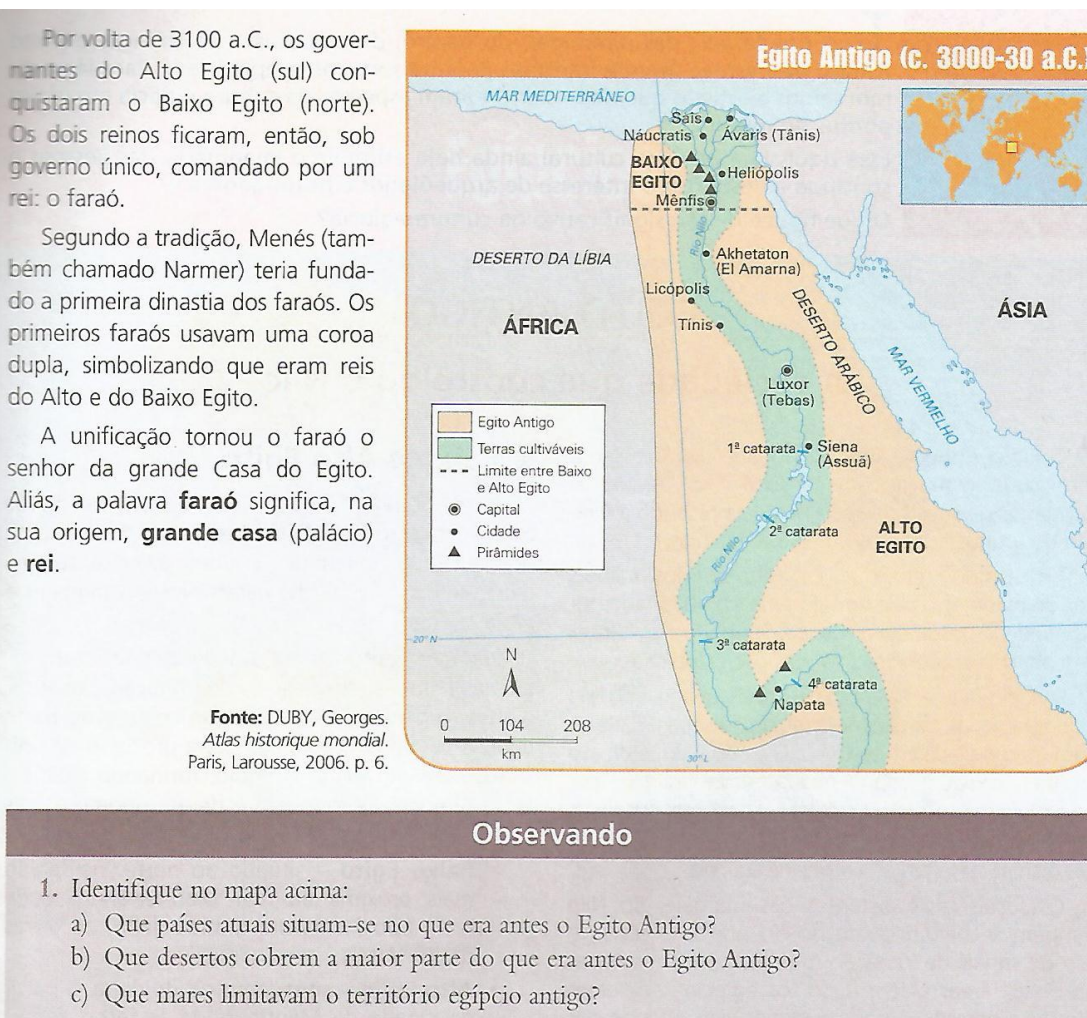


Figura 18: Egito, África, p.74.

Fonte: do pesquisador

Percebe-se que o mapa da 1ªed./2010 – vol. I (figura 18) é muito semelhante ao mapa da 8ªed./2005 (figura 15). No entanto, as perguntas apresentadas após o mapa são abrangentes, possibilitando ao condutor da aula, relacionar o Egito ao continente africano.

Ainda analisando a 2ªed./2013 – vol. I, que conforme mencionado anteriormente, divide o capítulo 6 em duas civilizações africanas da Antiguidade: (Egito e Reino de Cuxe), percebe-se que a inclusão do Reino de Cuxe faz com que o autor ou editor sintetize a abordagem do conteúdo sobre Egito, ou seja, não o mude em termos textuais, mas diminua o tamanho das figuras e dos boxes, reduzindo o tamanho da letra em alguns textos, ou seja, há mudanças na materialidade do texto explanado e na posição desses textos, mas não no conteúdo



abordado. Após apresentar o Egito, é reservado duas páginas para abordar o Reino de Cuxe, sendo que uma destas páginas, a última, é dedicada a dois momentos: o primeiro destaca duas figuras ilustrativas: a escrita e os vasos cerâmicos; e o outro momento trata sobre as “Mulheres no Egito e na Núbia”, na seção “Saber Mais”. Ou seja, em apenas uma página o livro apresenta a “Civilização ao sul do rio Nilo”, (como se reporta ao Reino de Cuxe).


Ainda sobre o capítulo seis da 2ªed./2013, o primeiro volume faz menção a faraós negros e possíveis estátuas negras que foram destruídas, nos seguintes termos:

Em certas fases, o povo cuxita esteve submetido aos faraós egípcios. Em outros momentos, os cuxitas, por meio de seus faraós negros, dominaram o Egito. Eles representaram a 25ª dinastia no Egito Antigo. Entre os faraós negros, podemos destacar Cáchita, Pianki, Xabaca e Xabataca. [...] Com o término do domínio cuxita sobre o Egito, supõe-se que os egípcios tenham procurado destruir os vestígios desse período. Pesquisas arqueológicas encontraram muitas estátuas de faraós negros destruídas naquela época (2ªed./2013 – vol. I, p. 75).

Observa-se que somente neste parágrafo as palavras “faraós negros” são repetidas por três vezes, dando ênfase a origem étnica dos faraós cuxitas e egípcios.

Outra importante alteração nestas duas edições, de 2010 e 2013, é a inclusão de um capítulo específico para tratar do continente Africano, o que não havia na edição de 2005. A análise do sumário já possibilita este destaque, o capítulo 12, da 1ªed./2010 do Vol. I, intitula-se “Povos africanos” (p. 165 a 173 – da página 165 à 172 é abordado o conteúdo e a última página, 173, é dedicado a questões), assim como o capítulo 13, da 2ªed./2013 – Vol. I, também denomina-se “Povos africanos” (p. 162 a 171 – da página 162 à 169 é abordado o conteúdo e as duas últimas páginas, 170-171, é dedicado a questões, somando um total de 08 páginas, nas duas edições, para a abordagem do conteúdo). O Guia do PNLD/EM (2012), ao realizar a análise da obra afirma que “o sumário apresenta com destaque os títulos das unidades e dos capítulos” (p. 91). No Guia (2015), na análise da obra o “sumário é conciso e reflete a organização da obra” (p.72). Como mostra figura abaixo:

## Sumário da 1ªed./2010 – Volume I



<b>Capítulo 11 – Mundo islâmico</b>	<b>151</b>
Arábia: antes e depois de Maomé	152
Islamismo: submissão a Deus	154
Expansão árabe: formação do Império Islâmico	156
Cultura árabe: difusão de descobertas e conhecimentos	159
<b>Capítulo 12 – Povos africanos</b>	<b>165</b>
Povos da África subsaariana: uma das mais antigas histórias do mundo	166
<b>UNIDADE VI — IDADE MÉDIA OCIDENTAL</b>	
<b>Capítulo 13 – Reinos germânicos e Império Carolíngio</b>	<b>176</b>
Idade Média: período e conceito	177
Germanos: migrações e invasões	178
Franco: a construção de um império	181
Império Carolíngio: o governo de Carlos Magno	182
Invasões nos séculos IX e X: o isolamento europeu	184
<b>Capítulo 14 – Feudalismo</b>	<b>189</b>
Formação do feudalismo: elementos romanos e germânicos	190
Características gerais: organização política, social e econômica	191

Figura 19: Capítulo 12- Povos africanos

Fonte: do pesquisador

## Sumário da 2ªed./2013 – Volume I

<b>Capítulo 12</b>	<b>Mundo islâmico</b>	<b>150</b>
	Arábia: antes e depois de Maomé	151
	Islamismo: submissão ao Deus único	153
	Expansão árabe: formação do Império Islâmico	155
	Cultura árabe: difusão de descobertas e conhecimentos	157
<b>Capítulo 13</b>	<b>Povos africanos</b>	<b>162</b>
	África subsaariana: uma das mais antigas histórias do mundo	163
	Sociedades africanas: história de alguns reinos da costa ocidental da África	166
<b>UNIDADE 6 OCIDENTE MEDIEVAL</b>		<b>172</b>
<b>Capítulo 14</b>	<b>Germânicos e Império Carolíngio</b>	<b>174</b>
	Idade Média: periodização, conceito e preconceito	175
	Germanos: migrações e invasões	176
	Franco: a construção de um império	179
	Império Carolíngio: o governo de Carlos Magno	180
	Invasões: o isolamento europeu nos séculos IX e X	182

Figura 20: Capítulo 13 – Povos africanos

Fonte: do pesquisador

Na 1ªed./2010, o subtítulo do capítulo 12 denomina-se “Povos da África subsaariana: uma das mais antigas histórias do mundo”. Na 2ªed./2013, há dois subtítulos, intitulados: “África subsaariana: uma das mais antigas histórias do mundo” e “Sociedades africanas: história de alguns reinos da costa ocidental da África”. Percebe-se que o sumário do capítulo 13 da 2ªed./2013 – vol. I, está mais adequado ao aspecto do Guia (2015) do que o sumário do capítulo 12 da 1ªed./2010

- vol. I, ao aspecto do Guia (2012). Uma vez que, o capítulo 13 separa os dois temas a serem estudados, mostrando assim, uma melhor organização da obra.

Ambas edições dedicam um capítulo específico para tratar sobre a História da África. O capítulo 13 da 2ªed./2013, além de abordar a África Subsaariana, que o autor a destaca como uma das histórias mais antigas do mundo, também apresenta um tema específico que se destina a estudar a sociedade africana. Entende-se que o autor acrescentou um tema a mais sobre o continente africano, o qual não tem na primeira edição, o que amplia o capítulo em uma página.

Contudo, no capítulo 13 (2ªed.2013 – vol. I), apesar de haver uma página a mais, em relação a edição anterior, e o sumário destacar dois subtítulos, observa-se ao analisar o capítulo, que o restante do conteúdo é o mesmo do capítulo 12 da 1ªed.2010 – vol. I. O que na verdade existe são alterações no modo de organização do livro, e também na tipografia (produção gráfica) do livro, a qual também pode ser compreendida como protocolos de leitura<sup>20</sup> ou dispositivos textuais, que são os pré-textos, os títulos em destaque, boxes em tamanhos diferentes, gravuras maiores, tamanho da letra e o destaque dado a elas, como o uso de negrito ou itálico, por exemplo. O que por si só direcionaria a leitura e a apropriação do texto, como bem indica Chartier (2004), ao considerar que:

As apropriações particulares e inventivas dos leitores, ouvintes ou espectadores dependem de uma combinação dos efeitos de significados buscados pelos textos, usos, sentidos impostos pela **forma de sua publicação** e competências e expectativas que governam a relação de cada comunidade interpretativa com a cultura escrita. (p.47). (grifo meu).

Portanto, tais alterações na materialidade da obra tornam-se significativas. No capítulo 12 (1ªed./2010), no sumário, o autor não dá destaque, ou seja, ele não faz esta separação de temas, apenas menciona a África subsaariana, contudo aborda, no decorrer do capítulo, a África subsaariana e também as sociedades africanas. O que diferencia as edições é um protocolo de leitura no sumário, o qual norteia ao aluno a uma “melhor” compreensão do continente africano. E a página a mais que foi acrescida na segunda edição, é dedicada a questões sobre o conteúdo.

---

<sup>20</sup> Considera-se, aqui, protocolo de leitura uma espécie de acordo formal e explicitamente escrito (ou inscrito) que o autor de uma obra propõe a seu provável leitor, para norteá-lo, para estabelecer como deve conduzir a leitura do livro, sinalizando o tipo de leitura apropriado. Prefácios, prólogos, pareceres, notas ao leitor, advertências, sumários, ilustrações, tipo e corpo da letra propõem, desse modo, esse acordo. (GALVÃO E BATISTA, 2009, p.29).

Totalizando oito páginas dedicadas na apresentação do conteúdo sobre África, tanto na primeira quanto na segunda edição.

As mudanças apresentadas nesta última edição, embora sem grandes alterações na textualidade da obra, são destacadas de forma positiva na avaliação do livro pelo PNLD/EM. No Guia do Livro Didático 2015, a obra de Cotrim é citada como a obra que trabalha a:

[...] História da África, a história e cultura dos afrodescendentes e dos povos indígenas em todos os volumes, enfatizando especialmente o aspecto legal da obrigatoriedade do estudo desses temas. Os textos complementares tratam, em sua maioria, de temas relativos à História da África, à história e à cultura afro-brasileira, e, em menor parte, da história e da cultura indígena (Guia do Livro Didático 2015, p.69).

É bom ressaltar que apesar do Guia do Livro Didático de 2015 indicar que a obra, de modo geral, apresenta a “História da África, a história e cultura dos afrodescendentes e dos povos indígenas em todos os volumes”, é apenas no primeiro volume desta edição (2ªed./2013) que há um capítulo específico para abordar a História da África, pois no volume II e volume III a História da África é apresentada como uma história integrada a outros conteúdos.

Já no Guia do Livro Didático 2012, a obra de Cotrim é citada, destacando o primeiro volume, que destinou um capítulo específico para abordar a História da África, os demais volumes desta edição (1ªed./2010) também apresentam sobre a história do continente, só que a abordam de maneira integrada a outros temas. O Guia cita:

Nos três volumes da coleção abordam-se conteúdos referentes à História e cultura da África, dos afrodescendentes e dos indígenas. Destaca-se no primeiro volume, um capítulo destinado a discutir a história africana, que extrapola o contexto das colonizações. Do MP constam discussões atuais sobre a legislação e relevantes reflexões sobre o tema em textos de diferentes autores. No LA, boa parte da renovação na abordagem localiza-se nos textos complementares (Guia do Livro Didático 2012, p.91).

Destacando ainda que, no PNLD/EM 2012 a coleção História Global –Brasil e Geral, foi a obra mais distribuída nas escolas, a pedido dos professores, sua publicação deu-se em 2010 e o primeiro volume desta edição, tem um capítulo específico para discutir sobre a História da África. Porém foi neste PNLD/EM, a pesar da obra atentar ao capítulo único sobre o continente africano, que o Guia do

Livro Didático 2012, aponta para uma baixa avaliação da obra no quesito História da África.

Ainda, em relação ao capítulo 13, da 2ªed./2013, o autor começa o capítulo enfatizando a importância de estudar o “passado africano”, menciona que “historiadores, arqueólogos e outros estudiosos” tem se dedicado a estudar e conhecer o passado deste continente. E o Guia do Livro Didático de 2015, destaca que a obra de Cotrim, teve a “iniciativa de referenciar historiadores africanos ao tratar a História da África e dos afrodescendentes” (Guia do Livro Didático, 2015, p.72). Gilberto Cotrim baseia-se nos estudos do historiador brasileiro e especialista em África, Alberto da Costa e Silva (2006)<sup>21</sup>, o qual vê a “fragilidade” e a “escassez” de dados e a “imprecisão de testemunhos” no trabalho para se “descortinar o passado africano” - além é claro da narrativa histórica, que é ou pode vir a ser, uma “aproximação hipotética de acontecimentos que o autor não viveu”, cita ele que “o papel escrito, embora pareça neutro, é quase sempre parcial e, como as tradições que a memória coletiva guarda e adultera, também mente, dissimula, cala e ilude, além de ser lido de modo distinto de geração em geração” (SILVA, 2006, p.16) - podem interferir no processo de conhecimento sobre África, por isso, que os dados são tão frágeis e escassos. Cotrim também se referencia no especialista em História da África, Joseph Ki-Zerbo<sup>22</sup> (2010), o qual afirma que a “África tem uma história” e que por muito tempo a História da África foi ocultada e negada, por não ter, segundo especialistas não-africanos “fontes e documentos escritos” que sustentassem a existência de sociedades africanas, afirmando assim “[...] que essas sociedades não podiam ser objeto de um estudo científico”. Para J. Ki- Zerbo a “[...] história da África deve ser reescrita. E isso porque, até o presente momento, ela foi mascarada, camuflada, desfigurada, mutilada”, para ele o real conhecimento do continente africano é de grande valor, pois “[...] a história da África é necessária à compreensão da história universal, da qual muitas passagens permanecerão enigmas obscuros enquanto o horizonte do continente africano não tiver sido iluminado” (História Geral da África – vol. I, 2010, p. XXI, XXXI, XXXII, LVI). As questões discutidas por Ki-

---

<sup>21</sup> Alberto da Costa e Silva. A enxada e a lança – a África antes dos portugueses, 2006, p. 16.

<sup>22</sup> J. Ki-Zerbo – coordenador e editor do primeiro volume da História Geral da África - Metodologia e pré-história da África, 2010, p. introdução. Membro do comitê científico internacional para a redação de uma História Geral da África. Especialista em metodologia da História da África; autor de várias obras sobre a África negra e sua história; professor de História no Centre d'Enseignement Supérieur de Ougadougou; Secretário Geral do Conseil Africain et Malgache pour l'Enseignement Supérieur.

Zerbo são desenvolvidas e problematizadas, de algum modo, nesta última edição da obra de Gilberto Cotrim, como observa-se na abertura do capítulo 13, que trata da História da África, ilustrado na figura abaixo:

Capa introdutória do capítulo 13 – 2ªed./2013 – Vol. I


**CAPÍTULO** **POVOS AFRICANOS**

**13**

O passado africano tem sido cada vez mais pesquisado por historiadores, arqueólogos e outros estudiosos. Reinos, impérios e complexas sociedades, que marcaram presença no continente desde a Antiguidade, mostram que a África tem uma história rica, caracterizada pela variedade de povos e pela diversidade cultural.

Porém, durante longo período, a África (especialmente ao sul do deserto do Saara) foi considerada uma região sem história, e os povos que nela habitavam eram vistos como incapazes de produzir cultura.

Que motivos levaram à construção desse estereótipo? Quais foram algumas sociedades africanas entre os séculos IV e XV?



Escultura do século XVII representando um rei e guerreiros do Benin, atual país do continente africano.

**TREINANDO O OLHAR**

1. A imagem mostra uma escultura africana em bronze, representando um rei do Benin e seu guerreiros. Como essa imagem pode contestar a ideia errônea de que os povos africanos eram "selvagens", não possuíam história e não tinham a noção de cultura?

Figura 21: Escultura do século XVII, representa um rei e guerreiro de Benin  
Fonte: do pesquisador

A seção “Treinando o olhar” propõe uma questão sobre a escultura do século XVII, a qual representa um rei e guerreiro de Benin, contestando a “ideia errônea” de que os “povos africanos eram ‘selvagens’, não possuíam história e não tinham a noção de cultura”. Já na capa introdutória do capítulo 12, da 1ªed./2010, é também apresentado uma escultura, e junto a ela, também em “Treinando o olhar”, são apresentadas duas questões: uma trata da diferença entre reis africanos e reis ocidentais e a outra induz, de certo modo, o aluno a ver o africano como um selvagem, ao propor a desconstrução desta percepção, sem apontar mecanismos para tal. Assim, embora as perguntas sejam semelhantes, na 2ªed./2013 o autor menciona que tal ideia é errônea, enquanto que na 1ªed./2010 a pergunta é carregada de negatividade em relação ao africano. Como ilustra a figura abaixo:

Capa introdutória do capítulo 12 – 1ªed./2010 – Vol. I



Figura 22: Escultura representando a cabeça de um rei de Benin, país ao ocidente de África  
Fonte: do pesquisador

Nesta edição de 2010, na capa introdutória, não é mencionado o aumento de estudos sobre o continente africano, realizados por profissionais da área, não havendo um texto introdutório para as questões, como a segunda edição apresenta. Sendo assim, pode-se indicar que a segunda edição de 2013, sofreu algumas alterações que aperfeiçoaram o conteúdo apresentado.

Ainda, sobre esta última edição, publicada em 2013 – Vol. I, observa-se que a África é apresentada como “uma das mais antigas histórias do mundo”, ao referir-se a África subsaariana. O texto apoiando-se no livro do historiador Alberto da Costa e Silva “A manilha e o libambo”, ressalta que apesar do destaque a duas regiões da África, o continente não se restringe só a elas, mas tal divisão se justifica para que se tenha uma melhor compreensão do continente. Assim, é mencionada a África setentrional, sua localização e extensão e a África subsaariana indicando sua localização e os reinos existentes nela, com destaque para o deserto do Saara e o povo de Masai, no Quênia. Como mostra a figura 23:





Figura 23: África Subsaariana  
 Fonte: do pesquisador

Segundo o Guia do Livro Didático (2015), a avaliação da obra de Cotrim, no quesito mapas, gráficos e imagens “apresentam os respectivos créditos e identificação da localização das fontes ou acervos de onde foram reproduzidos, com algumas exceções na identificação dos créditos” (p. 72), e percebe-se que tal quesito foi respeitado em relação ao mapa da figura (23).

Ao apresentar as “sociedades africanas”, em ambas edições, o livro traz um mapa geral do continente africano, referenciando os reinos de Gana, Mali e Congo. O mapa atende aos aspectos obrigatórios do Guia (2015), pois ele identifica a localização da fonte, de onde o mapa foi reproduzido, bem como a identificação dos reinos das sociedades africanas. Como mostra figura abaixo:

Capítulo 13 da 2ªed./2013 – Volume I

**SOCIEDADES AFRICANAS**  
**HISTÓRIA DE ALGUNS REINOS DA COSTA OCIDENTAL DA ÁFRICA**

Na África subsaariana existiu imensa pluralidade de organizações sociais. Algumas sociedades eram pequenas aldeias de caçadores, coletores ou povos que também viviam da agricultura e da criação de animais. Outras se desenvolveram formando estruturas complexas, caracterizando o que chamamos de cidades-Estado, reinos ou impérios. Nessas sociedades

complexas encontramos o desenvolvimento de instituições voltadas, por exemplo, ao exercício do poder político, da vida econômica, da força militar e da religião.

Vejamos, a seguir, alguns aspectos de três reinos africanos da costa ocidental que caracterizam a diversidade do continente africano: Gana, Mali e Congo.



Fonte: MELLO e SOUZA, Marina. *África e Brasil africano*. São Paulo: Ática, 2006. p. 39; DUBY, Georges. *Atlas historique mondial*. Paris: Larousse, 2006. p. 216.

**REINO DE GANA**

Na África ocidental, ao sul do deserto do Saara, formou-se o Reino de Gana. Esse reino se desenvolveu aproximadamente entre os séculos IV e XII, em decorrência da união política de diversas aldeias. Atingiu seu apogeu político e econômico do século IX a meados do século XI, sob a dinastia Tunkara.

Uma das importantes fontes de poder dos reis ganenses era a grande quantidade de ouro existente na região. Estima-se que, até a conquista da América, esse reino tenha sido o principal

fornecedor de ouro para regiões europeias e árabes. No comércio entre Gana e o norte da África — feito por caravanas que cruzavam o Saara —, os ganenses trocavam ouro principalmente por sal. O comércio de sal na época era bastante importante, dada a raridade desse mineral. Tanto é assim que, em algumas ocasiões, o ouro era permutado por quantidades equivalentes de sal.

Segundo Alberto da Costa e Silva, o Reino de Gana pode ser considerado um Estado. Como tal, possuía um rei (*gana*), uma corte, um exército permanente e uma população que vivia sob a influência do rei.

Figura 24: Mapa geral da África, localizando o reino de Gana, Mali e Congo  
 Fonte: do pesquisador

Percebe-se que ao abordar o reino de Gana, o capítulo 12 (1ªed./2010), apresenta a localização do reino na “África ocidental, ao sul do deserto do Saara” (p.169); apresenta como se desenvolveu sua formação e a época em que ele se consolidou; as cidades de destaque deste reino; o “monopólio sobre as pepitas de ouro”; e ilustra uma figura da civilização de “ashanti”, a qual vivia no território do reino de Gana. No capítulo 13 (2ªed./2013), figura (24), quando o livro aborda o reino de Gana, o autor começa apresentando também a localização do reino e a época de sua formação; destaca o ouro como uma das mais importantes fontes de economia do reino, mencionando que “[...] até a conquista da América, esse reino tenha sido o principal fornecedor de ouro para regiões europeias e árabes” (p.166); apresenta a organização hierárquica da sociedade ganesa “[...] divisão entre pessoas livres e pessoas escravizadas” (p.167). Havendo um evidente cuidado com a localização geográfica dos reinos que são apresentados.

### 3.3 Algumas abordagens do conteúdo África na obra analisada

Nas edições de 2010 e 2013, nos capítulos 12 e 13, respectivamente, é destacado a cidade de “Kumbi Saleh”, como uma das cidades de maior importância do reino de Gana, representado por figura em ouro. Como mostra as figuras abaixo:

Capítulo 12 – Volume I



Figura 25: Máscara com chifres, Gana  
Fonte: do pesquisador

Capítulo 13 – Volume I



Figura 26: Escultura de ouro, leão, Gana  
Fonte: do pesquisador

Não há variação na apresentação do conteúdo que aborda as sociedades africanas, de uma edição para outra, primeira e segunda. Na apresentação da sociedade que representa o reino de Gana, o que varia é a figura representando o reino, na segunda edição ela é representada por um leão e na primeira, por um pingente de ouro no formato de uma máscara, ambas em ouro. Neste primeiro volume, nas duas edições, percebe-se a valorização da cultura africana. O autor da obra destaca as tradições, os costumes e o desenvolvimento de cada sociedade, além de mostrar as suas riquezas econômicas: o ouro e o sal.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana apontam determinações necessárias para que se estabeleça a valorização e a importância do estudo sobre o continente africano. Cita que ao estudar a História da África, é necessário tratá-la de uma “[...] perspectiva positiva, não só de denúncia da miséria e discriminações que atingem o continente” e que ao tratar da história deste continente devem ser abordados temas, dentre outros, relativos “às civilizações e organizações políticas pré-coloniais, como os reinos do Mali, do Congo e do Zimbabwe” (Diretrizes Curriculares Étnico-Raciais, 2004, p.21-22).

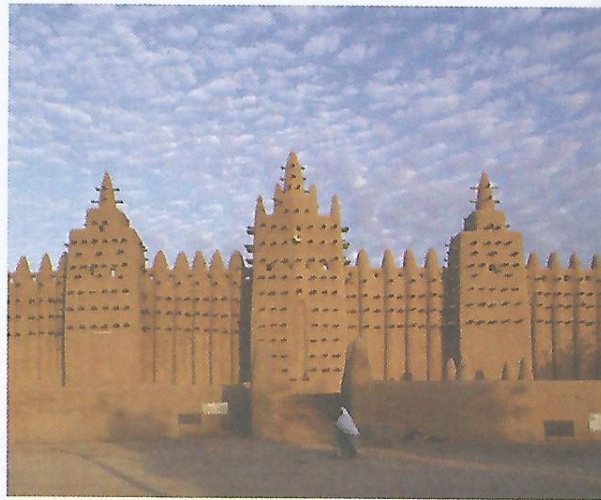
Sendo assim, percebe-se que a obra de Cotrim busca adequar-se às Diretrizes Curriculares Étnico-Raciais, porque estas mostram a necessidade de “olhar” o continente africano de uma outra perspectiva, que não só a de miséria e da discriminação. A obra didática analisada procura abordar o desenvolvimento das sociedades africanas (Mali, Congo e Gana), ressaltando as riquezas como o ouro e o sal, no reino de Gana; tradições e costumes religiosos do reino de Mali; como se iniciou o reino do Congo e a importância do português Diogo Cão tanto para os portugueses quanto para os africanos, possibilitando ao aluno ampliar o conhecimento sobre África, e assim, desmistificar a imagem negativa e pejorativa que possa ter a respeito do continente.

O ouro era uma das principais mercadorias do reino de Gana e considera-se que o livro didático aborda esta questão de maneira satisfatória, pois a linguagem é clara e concisa, proporcionando ao aluno a compreensão do conteúdo. Além de que o autor apresenta dados atuais e coerentes com os estudos acadêmicos. Conforme o historiador Alberto da Costa e Silva, em seu livro “A enxada e a lança”, o ouro desde o século III, começou, “em pequenas quantidades”, a se destacar no comércio do território de Gana, cita que “[...] no ouro e no sal, [...] assentou-se a força de

Gana. [...] no fim do século VIII, o astrônomo Al-Fazari menciona ‘o território de Gana, o país do ouro’ ” (Silva, 2010, p.271/274/276). A importância do ouro para o reino de Gana é destacada no livro didático, do texto às imagens que representavam a civilização de Ashanti, a qual vivia no território que hoje pertence a Gana.

Ao abordar o reino do Mali, o capítulo 12 (1ªed./2010 – Vol. I) e o capítulo 13 (2ªed./2013 – Vol. I), apresenta o desenvolvimento do reino e o século de formação; a tradição local do reino e a conversão do soberano Mussa ao islamismo e seus sucessores; o motivo que levou o declínio do reino de Mali; e a figura que ilustra a construção da mesquita de Djenné, em 1280 é reconstruída em 1907, no reinado do rei Sundiata Keita (c. 1217-c. 1255), este foi comparado como “a grande figura da fundação do reino do Mali” (capítulo 12, p. 170 e capítulo 13, p.167). Abaixo está a figura da mesquita de Djenné, das duas edições.

Capítulo 12 da 1ªed./2010 – Vol. I



A mesquita de Djenné, maior estrutura em adobe do mundo, foi construída em 1907, no Mali, África.

Figura 27: Mesquita Djenné, Reino do Mali  
Fonte: do pesquisador

Capítulo 13 da 2ªed./2013 – Vol. I



A mesquita de Djenné, a maior estrutura em adobe do mundo, foi construída em 1280 e reconstruída em 1907, no Mali, África. Fotografia de 2010.

Figura 28: Mesquita Djenné, Reino do Mali  
Fonte: do pesquisador

Nota-se que nos comentários a respeito da “Mesquita Djenné”, no Mali, na figura (27), o autor a destaca como sendo construída em 1907 e na figura (28), que ela foi reconstruída em 1907 e construída em 1280. Em ambas figuras é destacado que a mesquita é a “maior estrutura em adobe<sup>23</sup> do mundo”. Mas é na última edição que é acrescida a informação de que a Mesquita Djenné, do reino do Mali, foi construída em 1280 e reconstruída em 1907.

De igual modo, ao abordar o reino de Congo, no capítulo 12, da 1ªed./2010–Vol.I e no capítulo 13, da 2ªed./2013 – Vol. I, ambas apresentam tópicos semelhantes. Elas destacam os povos que formaram o reino, “povos bantos”; abordam sobre o português Diogo Cão, o qual estabeleceu “os primeiros contatos com pessoas do reino do Congo” e como se desenvolveu a relação dos portugueses com os congolezes; apresentam o rei, suas riquezas e a autoridade com que ele governava o reino do Congo; e também destacam a capital do reino “Banza Congo” e sua magnitude; ambas edições também destacam um parágrafo para apresentar o rompimento da relação dos portugueses com congolezes, a partir do século XVII.

O capítulo 12 (1ªed./2010 – Vol. I) destina um boxe para apresentar “Os bantos” e o capítulo 13 (2ªed./2013 – Vol. I) também destaca “Os bantos”, na seção “Saiba Mais”. Nesta última edição o livro apresenta uma gravura que representa a conversão de um rei congolês ao cristianismo, na primeira edição também há esta gravura, porém com data diferente. Como mostra as figuras abaixo:

---

<sup>23</sup> Adobe são tijolos de terra crua, água e palha e algumas vezes outras fibras naturais, moldados em fôrmas por processo artesanal ou semi-industrial. Um dos mais antigos materiais de construção, foi amplamente utilizado nas civilizações do crescente fértil, em especial no Antigo Egito e Mesopotâmia. Conforme site <https://pt.wikipedia.org/wiki/Adobe>

## Capítulo 12 da 1ªed./2010 – Volume I

Entre os artesãos podemos citar ferreiros, escultores, cesteiros, poteiros, tecelões etc. Os comerciantes promoviam o intercâmbio de artigos como sal, peças de cobre, tecidos de rafia etc. Os agricultores plantavam dendê, banana, coco, sorgo e inhame. Criavam-se animais como cabras, porcos e galinhas.

Portugueses e congoleses estabeleceram relações amistosas e parcerias comerciais. Como parte da aproximação e aliança entre os dois povos, em 1491 o *mani* Congo converteu-se formalmente ao catolicismo. Adotou o nome de D. João I e a capital do reino foi rebatizada de São Salvador.

O sucessor de D. João I — seu filho, Afonso I —, estudou em Portugal e, durante seu reinado, procurou consolidar a criação do reino cristão do Congo. Porém, essa adesão ao cristianismo ficou restrita à família do rei e às elites que o cercavam. A maioria da população permaneceu fiel aos cultos tradicionais africanos.

A partir do século XVII, as relações amistosas entre congoleses e portugueses se degeneraram em razão de vários conflitos que giravam, principalmente, em torno do tráfico de escravos fomentado pelos europeus.

Controlando a região de Angola, os portugueses se aliaram aos inimigos dos congoleses (*jagas*). Ao longo de sucessivos combates, saquearam as cidades do Congo e, por fim, mataram o rei congolês em 1665.



Gravura representando a conversão do rei congolês ao cristianismo, em 1487, por meio da atuação de missionários portugueses.

Figura 29: Conversão do rei congolês ao Cristianismo em 1487  
Fonte: do pesquisador

## Capítulo 13 da 2ªed./2013 – Volume I

O sucessor de D. João I — seu filho, Afonso I —, estudou em Portugal e, durante seu reinado, procurou consolidar a criação do reino cristão do Congo. Porém, essa adesão ao cristianismo ficou restrita à família do rei e às elites que o cercavam. A maioria da população permaneceu fiel aos cultos tradicionais africanos.

A partir do século XVII, as relações amistosas entre congoleses e portugueses se degeneraram em razão de vários conflitos que giravam, principalmente, em torno do tráfico de escravos fomentado pelos europeus. Controlando a região de Angola, os portugueses se aliaram aos inimigos dos congoleses (*jagas*). Ao longo de sucessivos combates, saquearam as cidades do Congo e, por fim, mataram o rei congolês em 1665.

Gravura do século XVIII representando a conversão do rei congolês ao cristianismo, em 1491, por meio da atuação de missionários portugueses.



Figura 30: Conversão do rei congolês ao Cristianismo em 1491  
Fonte: do pesquisador



Nota-se que ambas edições ilustram a gravura do rei congolês convertendo-se ao Cristianismo, porém na primeira edição esta conversão é datada na gravura em 1487, mas no texto ao lado da gravura (figura 29) é datado em 1491, já na segunda edição tanto na gravura quanto no texto a data que aparece é 1491. O que demonstra a inserção recente deste conteúdo, que está sendo aperfeiçoado e revisado de uma edição para outra.

Considerando que o livro didático é um “depositário dos conteúdos escolares” e é “por seu intermédio que são passados os conhecimentos e técnicas considerados fundamentais de uma sociedade em determinada época” (BITTENCOURT, 2013, p.72), ressalta-se a importância que tem o conteúdo deste livro didático, pois muitas das vezes o conhecimento que o discente terá a respeito de uma determinada cultura baseia-se somente no que é abordado pelo livro. Ainda, é importante destacar a figura do docente ao manuseá-lo em sala de aula, pois é o professor que fará uso do livro direcionando as questões sobre os conteúdos desenvolvidos.

Na análise do volume II, observa-se que o capítulo 17 da 1ªed./2010 – intitula-se “Expansão do imperialismo”, páginas 192 a 206 e o capítulo 16 da 2ªed./2013 – com o mesmo título, nas páginas 184 a 195, trata da expansão do imperialismo. Constata-se que ambas as edições apresentam um panorama geral do crescimento Capitalista: revolução tecnológica e industrial e o capitalismo financeiro e monopolista e Neocolonialismo, somente em três páginas, sob o título: “África e Ásia: a dominação neocolonial nos dois continentes”, há alguma abordagem relacionada ao continente africano. Os demais capítulos, destas duas edições tratam a história da África integrada a outros conteúdos.

Em ambas edições, nas poucas páginas que o livro destina a apresentar África e Ásia, o texto começa abordando o “processo de dominação imperialista europeia sobre os continentes”, o qual ficou conhecido como “Partilha da África” e a “Partilha da Ásia” (1ªed./2010 – vol. II, p.199). Analisando a Partilha da África, na primeira edição, percebe-se que o livro aborda, em linhas gerais, as potências, Inglaterra e França, que se destacaram na “conquista colonial”, mas também menciona “Portugal, Bélgica, Espanha, Alemanha, Itália, Holanda e Japão”, como potências que participaram desta partilha. O texto, ainda afirma que “nenhuma das potências coloniais exerceu sua dominação sem sofrer contestações. Suas conquistas desencadearam em diversas regiões da África e da Ásia uma série de



Percebe-se que em ambas as edições, em uma das seções do livro, denominada “Organizando”, é lançado duas questões, semelhantes, sobre o mapa da partilha da África. Nota-se que as questões dão ênfase as potências coloniais europeias e não a história do continente. Destacam o “maior império neocolonial na África e pelo menos uma colônia africana para cada metrópole europeia”. A segunda questão proposta enfatiza o local africano (colônia ou país), porém a questão não problematiza o tema, ou seja, não é pedido para fazer um resumo ou um esboço da colônia e/ou país: apontando por exemplo, a resistência dos autóctones, os conflitos internos entre eles, a violência exercida pelas potências para obtenção da conquista destas colônias africanas. Enfim, não é discutido o tema, somente é apresentado o “Imperialismo europeu”, sem parecer ter muita importância a história do continente. É o que evidencia o mapa, ao trazer os locais africanos com as respectivas potências europeias dominantes.

Mackenzie(1994), no texto “A partilha da África 1880 -1900 – E o imperialismo europeu no século XIX”, aborda as causas da partilha e por que ela se efetuou naquele momento preciso, e a razão dos europeus apressarem-se, de repente, em exercer seu controle político e econômico sobre quase todo o continente, quando durante séculos se tinham contentado em explorar alguns pedacinhos. Conforme destaca no excerto que segue:

Com efeito, a corrida para a África, como a partilha é às vezes chamada, de forma mais incisiva, foi a manifestação mais dramática da repartição do mundo entre as potências europeias e os Estados Unidos da América, no fim do século XIX. Ela deu início a uma importante revolução no relacionamento entre povos europeus e africanos e provocou “ondas de choque” políticas, econômicas e sociais que até hoje são sentidas na África (MACKENZIE, 1994, p. 10).

O autor apresenta dois momentos em seu livro, que correspondem as motivações para a partilha da África; o primeiro “O quadro histórico e os eventos da partilha”, examinando estes acontecimentos nas áreas sul, leste, oeste e norte. O segundo “Interpretações”, que são “explicações propostas” sobre a partilha (p.11). Mackenzie começa o “quadro histórico e os eventos da partilha” mencionado que num primeiro momento parecia ser surpreendente que “só no fim do século XIX os europeus tenham conseguido penetrar no continente africano – afinal, a África é o vizinho mais próximo da Europa, o primeiro continente com que os europeus estabeleceram contato [...]”; menciona a importância da África do norte ao “Império

Romano”; menciona que os portugueses seguiram o litoral atlântico africano para as viagens associadas à “escola de navegação do príncipe Henrique, o Navegador”; menciona que por vezes a África parecia ser mais um empecilho para os europeus chegar ao seu destino real: a Ásia (Mackenzie, p. 12-13), mas não, na verdade ela era a “mina de ouro” deles. Enfim, o autor vai percorrendo às linhas de seu livro, mostrando uma África antes e depois da presença dominante de europeus e britânicos, destacando esta presença por áreas (África do norte, África ocidental, África meridional e central, África oriental), para apresentar um contexto histórico e assim, chegar a algumas conclusões sobre o porque da partilha do continente africano. Mackenzie apresenta algumas interpretações que historiadores elaboraram para uma melhor compreensão da divisão do continente. Tais interpretações são divididas em “categorias”, são elas “explicações metropolitanas e periféricas, econômicas e não-econômicas”. As interpretações metropolitanas “procuram explicar a partilha em termos de desenvolvimentos na Europa”; as interpretações periféricas são explicadas a partir de “eventos ocorridos na própria África”; e as econômicas e não-econômicas estão “combinada com a distinção metropolitana-periférica” (MACKENZIE, 1994, p.45). Na conclusão o autor menciona que não é possível explicar a partilha do continente de uma perspectiva europeia e nem de uma perspectiva africana, segundo ele “linhas de força muito importantes se desenvolveram a partir da periferia do sistema colonial, mas as ideias predominantes entre europeus foram também vitais” (MACKENZIE, 1994, p. 62). Ele também menciona que preocupações futuras impulsionaram a partilha da África, destacando:

A partilha da África parece ter emergido de uma combinação de esperanças exageradas com preocupações excessivas. As condições econômicas da época; o hiato entre a primeira revolução industrial (movida a carvão, algodão e ferro) e a segunda (baseada na energia elétrica, no cobre, no aço); o surgimento de novos estados industriais, protegendo-se com tarifas; a queda do preço de algumas matérias-primas e a intensificação da competição comercial em toda parte produziram os sinais de alarme associados com a transição de um sistema econômico para outro. Ao mesmo tempo, muitos homens públicos, preocupados com a África, puseram-se a descrevê-la como um tesouro tropical, capaz de produzir alimentos e matérias-primas, metais úteis e preciosos, produtos valiosos como a borracha e o marfim [...] o continente africano podia resolver alguns dos problemas da época e o estado que não respondesse a essa oportunidade poderia estar prejudicando seu futuro [...] sob muitos aspectos a corrida para a África não era tanto uma reação a eventos que tinham realmente acontecido, mas sim a acontecimentos que se temia pudessem ocorrer (MACKENZIE, 1994, p. 63-64).

Diante da importância mundial histórica, social e econômica da partilha da África, foi analisado o capítulo 16 da 2ªed./2013 – Volume II - “Dominação na África”, com base em Mackenzie (1994), observando os pontos que o livro didático destaca sobre esta partilha. O livro didático apresenta que “A divisão do território africano resultou de um processo iniciado na Conferência de Berlim, realizada de novembro de 1884 a fevereiro de 1885” (2ªed./vol. II, p.191). Ainda, destaca o “Império neocolonial britânico” e o “Império neocolonial francês” - pois a Inglaterra e a França, foram as maiores potências no mundo imperialista; apresenta o nome das colônias africanas que foram dominadas pelos britânicos e franceses; ressalta as “lutas entre os ingleses, comandados pelo governador Cecil Rhodes, e os africanos de origem holandesa [...] os bôeres”, por causa da extração de diamantes e ouro na África do Sul, rio Orange, (2ªed./vol. II, p. 193). Porém, o livro didático não apresenta as causas desta partilha, como também não apresenta as colônias africanas que Portugal, Espanha, Bélgica, Alemanha, Itália, dentre outras potências, conquistaram ou dominaram. Em linhas gerais é mostrado apenas as regiões da África que a Inglaterra e a França dominaram e também que houve lutas entre os ingleses e os africanos por causa do ouro e diamantes na região do rio Orange. De certo modo, compreende-se o recorte realizado no conteúdo, pois para tratar sobre a dominação neocolonial, o livro didático apresenta apenas três páginas, nestas é abordado a dominação na África e na Ásia, ou seja, em média, uma página e meio para abordar cada continente. Além disso, considera-se que a abordagem ocorre a partir da história europeia, não da perspectiva dos povos colonizados, mantendo assim o enfoque tradicional da história europeia, sem ao menos considerar a complexidade que os estudos atuais têm evidenciado sobre o tema.

Na análise do volume III, destaca-se o capítulo 10 da 1ªed./2010 e o capítulo 10 da 2ªed./2013, que tratam respectivamente sobre “Independências afro-asiáticas e conflitos árabe-israelenses” (páginas 138 a 153), e “África, Ásia e Oriente Médio” (páginas 149 a 164), havendo significativa semelhança nas duas edições. Verifica-se que o capítulo 10 da segunda edição apresenta, na capa introdutória, que a partir da Segunda Guerra Mundial países da África, Ásia e Oceania conquistaram sua independência política. O texto inicial apresenta uma questão que problematiza o conteúdo que será desenvolvido no capítulo. Como mostra figura abaixo:

## CAPÍTULO 10 ÁFRICA, ÁSIA E ORIENTE MÉDIO

Em meados do século XX, na Ásia, na África e na Oceania, a maioria dos países ainda estava sob o domínio colonial das grandes potências. Do final da Segunda Guerra Mundial até 1975, a maior parte desses países conquistou sua independência política.

O que essa independência significou para as pessoas desses países?

Desenho feito em 2003 por criança judia de um centro de cultura árabe-israelense localizado em Haifa, Israel. O objetivo dessa entidade é desenvolver a coexistência e a tolerância entre esses povos.



ATENANDO O OLHAR

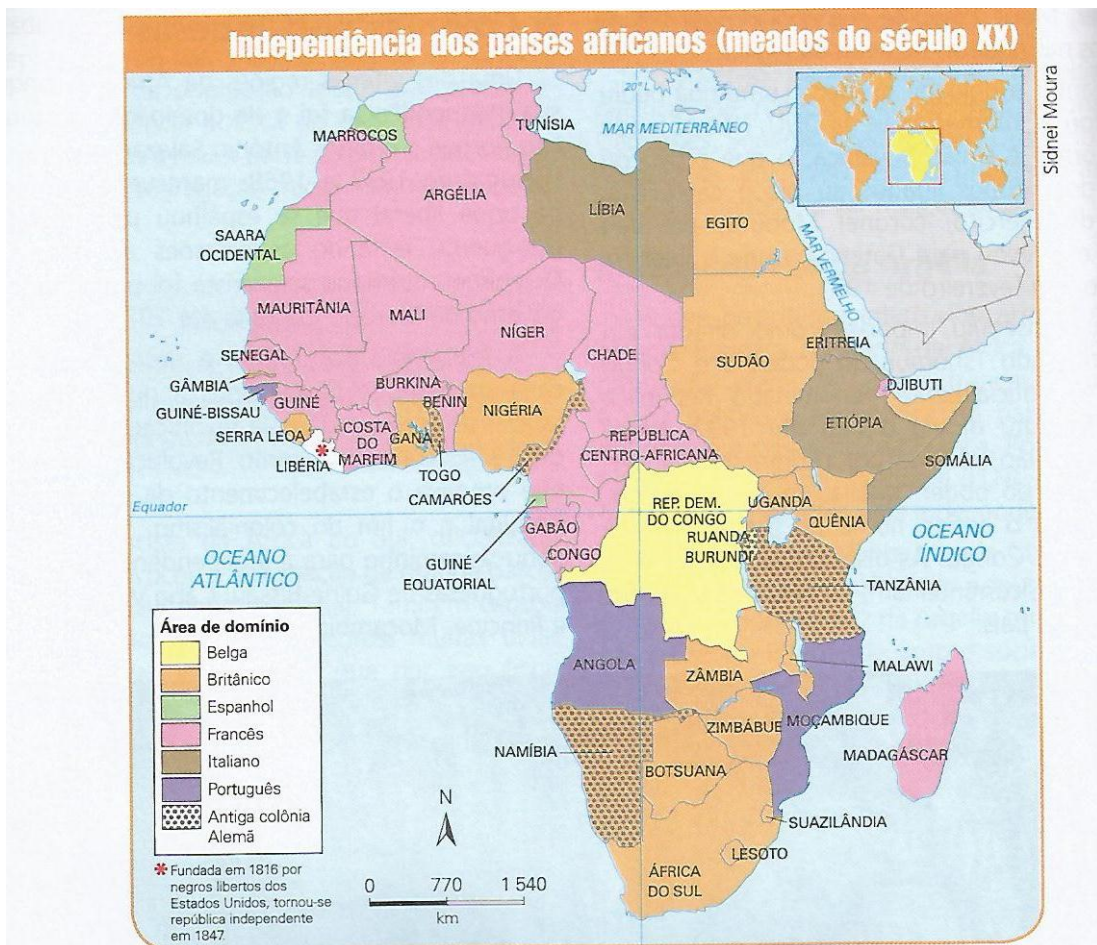
1. Do que trata a cena representada? Explique, usando como exemplo as construções presentes na imagem.
2. Observe o fundo da cena: Que elementos estariam destoando do tema predominante? Em sua opinião, por que isso ocorre?

Figura 32: Desenho feito por uma criança judia em 2003  
Fonte: do pesquisador

A questão destacada no texto é: “o que essa independência significou para as pessoas desses países?”. O autor no decorrer desta edição dá um panorama geral sobre a independência nos países africanos, asiáticos e no Oriente Médio. Ressalta que alguns estudiosos preferem usar as expressões “retomada”, “reanimação”, “reconquista”, ao invés de descolonização. Cita Marc Ferro, para se utilizar da expressão “luta pela emancipação nacional” e não “descolonização” (2ªed./2013 – vol. III, p. 150). Aponta as “causas das independências”, as quais destacam a “crise econômica europeia; consciência anticolonialista e anti-imperialista; Guerra Fria; criação da ONU”. Aponta duas formas de ruptura do sistema: ruptura pacífica e ruptura violenta. Para depois então abordar o desfecho da independência. Ao abordar a independência na África, o autor destaca as colônias britânicas, francesas, belgas e portuguesas. O livro aborda a independência africana em cinco páginas.

O manual escolar apresenta como sucedeu a emancipação de regiões da África das colônias britânicas, apontando que tal processo em prol da “emancipação” política deu-se de forma pacífica nas regiões de Gana, Nigéria, Serra Leoa e Gâmbia, e de forma violenta no Quênia, o livro ainda menciona que o domínio britânico durou mais de trezentos anos na África do sul e também destaca o Apartheid (2ªed./2013 – vol. III, p.157-158). A forma como se deu a emancipação de regiões da África das colônias francesas e o fim desta presença no continente africano. O livro ainda apresenta como sucedeu o desfecho da independência na Argélia, citando o confronto entre a Frente de Libertação Nacional (FLN) e 10% da população que era de origem francesa e não desejava separar-se da França. Nas colônias belgas, onde houve violência por causa dos interesses locais e internacionais, nos diamantes da região da República Democrática do Congo. E nas colônias portuguesas, onde o manual destaca que somente depois do fim do “regime salazarista”, é que algumas regiões da África, como Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Angola, foram consideradas independentes (2ªed./2013 – Volume III, p.157-159).

Nas duas edições do volume três, é apresentado um mapa identificando a independência dos países africanos. Como mostra figura abaixo:



Fonte: DUBY, Georges. *Atlas historique Larousse*. Paris, Larousse, 2006. p. 219.

### Observando

Com base no mapa acima, identifique:

- uma ex-colônia portuguesa na África ocidental e outra na África oriental;
- a mais meridional ex-colônia inglesa na África;
- a mais setentrional ex-colônia francesa na África.

Figura 33: Mapa da independência dos países africanos, meados século XX

Fonte: do pesquisador





Figura 34: Mapa da independência dos países africanos, meados século XX  
Fonte: do pesquisador

Os dois mapas das duas edições são iguais, utilizam-se da mesma fonte, Georges Duby, e abordam três questões que indicam quais regiões da África tornaram-se independentes do domínio francês, inglês e português. O que permite ao aluno, conhecer melhor a posição de cada país e assim saber situar-se geograficamente.

Para Bittencourt (2013) o livro didático é um objeto de “múltiplas facetas” e o apresenta como um “instrumento pedagógico [...] ao lado dos textos, o livro didático produz uma série de técnicas de aprendizado: exercícios, questionários, sugestões de trabalho, enfim as tarefas que os alunos devem desempenhar para a apreensão ou, na maior parte das vezes, para a retenção dos conteúdos” (p.72). Esse conteúdo é apresentado nesta perspectiva no livro analisado, além do mapa, o capítulo também traz um box indicando os países com suas respectivas datas de independência.

Diante das muitas faces que o livro didático apresenta e sendo ele um “instrumento pedagógico”, como citado acima por Bittencourt (2013), capaz de proporcionar ao aluno uma melhor apreensão do conteúdo por ele apresentado, diante de exercícios e questionários dentre outros, é possível então, problematizar a questão mencionada na página inicial do capítulo 10, segunda edição, que pergunta “o que essa independência significou para as pessoas desses países?”. Com base na função que desempenha o livro didático, é possível criar um diálogo pertinente e abrangente, entre docente e discente, para que se conheça a ampla situação dos conflitos gerais no processo da emancipação de regiões no continente africano. Ou seja, o livro também possibilita abordagens que ficam condicionadas a atuação do professor, no seu fazer pedagógico.

Nota-se que por vezes, o livro propõe-se a desempenhar o seu papel enquanto “instrumento pedagógico”, trazendo questões ao aluno sobre o conteúdo, possibilitando a fixação do mesmo, como foi o caso do mapa da independência, no qual identificava regiões do continente e o quadro com as datas da independência. Em outros momentos, apresentou questões da sociedade africana, ainda que em síntese, como a maneira que reis africanos ocuparam o poder e determinaram-se até alcançar o fim do colonialismo; mostrou os violentos confrontos internos e com os dominadores. Ou seja, ainda que não tão profundamente, é possível fornecer ao aluno um panorama geral da situação africana em meio a sua “emancipação” política.

No capítulo 12 da 1ªed./2010 – Volume III - “Desigualdades e globalização” (páginas 169 a 189) e no capítulo 12 da 2ªed./2013 – Volume III - “Desigualdades e globalização” (páginas 181 a 203), percebe-se semelhanças na apresentação do conteúdo das duas edições. Contudo, a capa introdutória do capítulo 12 das duas edições, apresenta contrastes diferentes, porém significados semelhantes. Observa-se as figuras abaixo:

## CAPÍTULO 12

# Desigualdades e globalização



Garota filipina dorme ao lado de copo descartável de uma rede estadunidense de *fast-food* após pedir esmola nas escadarias de um viaduto em Manila (Filipinas, 2005).

### Treinando o olhar

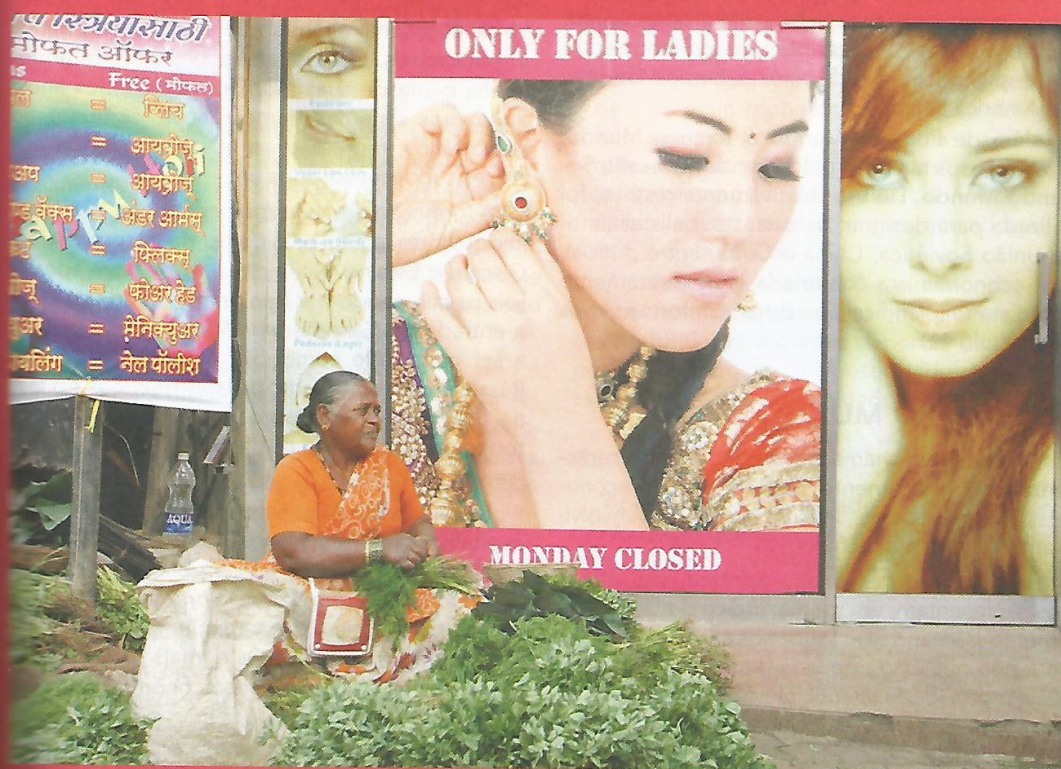
1. Observe esta fotografia. Em sua opinião, essa cena ocorre exclusivamente nos países pobres? Justifique sua resposta.
2. Ao longo do estudo deste capítulo, anote em seu caderno palavras que tenham relação com a imagem.

Figura 35: Menina filipina adormece após pedir esmola em um viaduto, 2005  
Fonte: do pesquisador

## CAPÍTULO 12 DESIGUALDADES E GLOBALIZAÇÃO

Com o fim da Guerra Fria e a crise do chamado “socialismo real”, uma nova ordem mundial se estabeleceu a partir da década de 1990. Nesse cenário, o processo de globalização econômica passou a mobilizar e integrar pessoas, informações, serviços e bens. Mas a globalização também exclui considerável parcela da humanidade: mais de 1,3 bilhão de pessoas vivem com cerca de 1 dólar por dia.

Como explicar as imensas desigualdades entre sociedades ricas e pobres?



Na fotografia, mulher vende vegetais em frente a um salão de beleza, em Mumbai, na Índia, em março de 2012.



QUANDO OLHAR

1. Reflita sobre a cena desta fotografia. Em sua opinião, cenas semelhantes a esta ocorrem exclusivamente nos países pobres? Justifique sua resposta.
2. Ao longo do estudo deste capítulo, anote em seu caderno palavras que tenham relação com esta imagem.

Figura 36: Na Índia, mulher vende vegetais em frente a um salão de beleza, 2012  
Fonte: do pesquisador

Apesar das imagens da capa apresentar o continente asiático, nas duas figuras, elas também representam o continente africano, conforme o conteúdo que o capítulo 12 apresenta. Pois ele aborda a pobreza em regiões da África, a qual está enquadrada nos países de “Terceiro Mundo”.

Nas duas edições, o capítulo 12 refere-se a África como um continente pertencente ao “Terceiro Mundo” e para tal afirmação apresenta a distinção da expressão “Primeiro Mundo”, países mais ricos e “Terceiro Mundo”, países mais pobres. E a expressão “Segundo Mundo [...] foi utilizada para designar os países socialistas (antiga União Soviética, China e Cuba, entre outros)” (1ªed./2010, volume III, p.170). O livro didático também apresenta duas expressões que são utilizadas para tratar do “Terceiro Mundo”: países em desenvolvimento “vários estudiosos preferem o uso desse termo, procurando destacar o esforço de grande parte das nações para sair do subdesenvolvimento”; e países emergentes, dentre os quais cita a África do Sul, que a destaca como quem tem “avançado consideravelmente na industrialização, diversificação produtiva e crescimento de suas economias” (1ªed./2010, vol. III, p.171).

Na segunda edição, o autor menciona que a África do Sul, em 2011, passou a integrar o grupo do BRICS – sigla formada com as iniciais dos nomes dos países Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul “[...] que, por seu tamanho territorial e disponibilidade de recursos, apresentam significativo potencial de crescimento econômico e exercem influência no equilíbrio da economia globalizada” (2ªed./2013, vol. III, p.183), porém na primeira edição esta informação é referenciada como BRIC, porque integração da África do Sul ao grupo, deu-se em 2011. Nota-se que a 2ªed./2013, foi publicada em 2013, e que dois anos antes, portanto em 2011, ela estava sendo elaborada, ano em que a China convida oficialmente a África do Sul a compor o grupo dos BRIC, ou seja, percebe-se o empenho do autor em abordar informações atualizadas sobre o continente africano, na segunda edição. Assim, o texto busca valorizar esta região do continente africano, ao destacar tal informação, evidenciando que a África do Sul, é uma região que está em desenvolvimento, ou seja, aborda o continente de um viés positivo, o que permite ao aluno “ver” a África sobre outra perspectiva.

Assim, observa-se o esforço em adequar a obra às Diretrizes Curriculares Étnico-Raciais, as quais ressaltam a necessidade de apresentar a História da África de uma “perspectiva positiva”, ou seja, desconstruir imagens negativas do continente

e não focar somente na fome e na miséria, tradicionalmente, vinculadas a história da África.

Contudo, o livro didático também apresenta “características gerais” que acompanham a trajetória dos países de “Terceiro Mundo”, o autor destaca uma região da África Ocidental como “um dos países mais pobres do continente africano”, em comparação ao Japão, referente ao tempo médio de vida “[...] em 2010, de acordo com dados do Banco Mundial, no Japão as pessoas viviam, em média, 83 anos. Já em Serra Leoa, um dos países mais pobres do continente africano, a expectativa média de vida era de 48 anos” (2ªed./2013 – volume III, p.184). Abaixo destaca-se uma imagem que apresenta a fome na Nigéria, na qual uma mãe, com seu filho no colo, espera por comida.


### Capítulo 12 da 1ªed./2010 – Volume III

**Objetivos do milênio**

Em setembro de 2000, chefes de Estado dos países-membros da ONU reuniram-se na chamada Cúpula do Milênio, na qual discutiram os problemas sociais de muitos países do mundo. Foram definidos oito objetivos considerados prioritários para a superação da pobreza e a redução das grandes desigualdades existentes no mundo atual.

São os chamados Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que estabelecem metas que devem ser alcançadas até 2015 e indicadores para sua medição. Vejamos quais são esses oito objetivos:

1. Erradicar a extrema pobreza e a fome.
2. Atingir o ensino básico universal.
3. Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres.
4. Reduzir a mortalidade infantil.
5. Melhorar a saúde materna.
6. Combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças.
7. Garantir a sustentabilidade ambiental.
8. Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.<sup>1</sup>



Mãe e filho em centro de emergência na cidade de Tahoua (Nigéria), esperando por comida (2005).

Figura 37: Cidade de Tahoua, Nigéria, mãe e filho esperam por comida, 2005

Fonte: do pesquisador

No terceiro volume da obra de Cotrim, no capítulo que trata as “Desigualdades e Globalização”, o autor apresenta características dos países de Terceiro Mundo (menciona países da África), destacando a “exploração colonial”, citando que a maioria “dos países do Terceiro Mundo foi colonizada por países europeus, e seus recursos naturais e humanos foram explorados em benefício dos colonizadores”; também apresenta que por conta de “80% da renda produzida no mundo”, concentrar-se nas mãos de minoria e estas viverem em países ricos (ou seja, em países de Primeiro Mundo); que “mais da metade da humanidade enfrenta problemas como fome, falta de moradia[...]” (2ªed./2013, p. 183-184), ao apresenta a imagem de uma mãe com seu filho nos braços a espera por comida, na Nigéria (figura 37).

A este respeito, Silva(2006)<sup>24</sup> apresenta em seu livro que a “expectativa de vida devia ser, por quase toda a África, muito baixa [...] raros chegavam à velhice”, aponta ele algumas doenças, as quais comprovavam essa fatalidade, dentre as quais ele cita “a malária, a doença do sono, a febre amarela, o verme da Guiné, a xistossomose, a cegueira dos rios, os parasitas intestinais, o tétano [...] a tuberculose, o tifo e a varíola” (p.55). Portanto, ignorar as dificuldades e o lado escuro do continente africano e apresentar somente suas riquezas e avanços é omitir sua realidade. Ao mesmo tempo que abordar somente as doenças, a fome e as dificuldades que este continente enfrenta, significa permanecer na visão negativa e pejorativa que se teve dele até então. Sendo necessário abordar uma questão sem anular a outra, para que assim se conheça de fato a história do continente africano.

---

<sup>24</sup> Alberto da Costa e Silva. A enxada e a lança, 2006, capítulo I, p. 55.

## Considerações Finais

Para desconstruir uma imagem negativa de uma determinada sociedade ou região, (no caso da presente pesquisa, o continente africano), é necessário conhecer a História desse local. Os livros didáticos, por exemplo, contribuem para uma representação aquém da História da África, ao promoverem, por vezes, silenciamento sobre alguns temas, superficialidade nas abordagens e visões eurocêntricas.

Assim, trabalhar a história desse continente sem mencionar a luta dos povos colonizados em contrapartida com os europeus, é negar sua história; ou não mencionar a influência e a contribuição que os africanos tiveram na “construção” da região que hoje chamamos Brasil, é esquecer ou omitir a influência que este continente teve em outras culturas e tradições, enfim, dentre outros aspectos, não relacionar a “interferência ou influência” do africano na sociedade humana, é ignorar a História da África. Porém, abordar a História da África somente do viés de outras culturas é também considerar que a África não tem sua própria história. Do contrário, relatar suas sociedades, tradições, culturas e costumes africanos é valorizar e não esquecer que o continente africano não é (e nunca foi) um continente estático.

Nas análises realizadas na presente pesquisa, na obra História Global – Brasil e Geral, Cotrim não aborda uma África só com problemas, mas não omite tal aspecto. O autor apresenta, de modo geral, uma África em desenvolvimento, destacando suas sociedades, costumes e tradições, mostrando que o continente tem uma história. As abordagens presentes nas diferentes edições, ainda que em “passos lentos” e de maneira genérica, apresentam o continente africano como um continente que teve influência de outras culturas, mas que também tem sua própria história. Com destaque para questões reais e pertinentes (ainda que em processo) sobre a cultura africana e suas tradições. Pois ainda que pouco se perceba o aumento de conteúdo sobre África de uma edição para outra, nota-se que o autor apresenta informações variadas de uma edição para outra. Para que assim, sua obra esteja enquadrada no contexto regulador do PNLD/EM.

Em geral, nas edições analisadas o conteúdo abordado sobre a História da África não altera, o que é modificado é o modo de organização deste conteúdo de uma edição para a outra. Tais análises são evidenciadas na primeira e a segunda



edição, dos seus três volumes, uma vez que, na 8ªed./2005, que tem volume único, não se enquadra em tal análise porque apresenta a História da África integrada a outros conteúdos. Ou seja, não há um capítulo específico para abordar sobre a cultura, tradições e costumes da sociedade africana, como há nas outras edições. Antes, é apresentada de uma perspectiva europeia. Nesta edição há um capítulo destinado a estudar o Egito, porém o conteúdo abordado nele não conecta o império egípcio ao continente africano, nem menciona a relação do Egito com as culturas núbias (Reino de Cuxe). Para tal questão, pode-se apresentar uma hipótese para tal omissão, devido a história do Egito estar relacionada ao Mar Mediterrâneo, como cita Silva (2006): “não que negue a importância fundamental que teve o Egito no desenvolvimento das culturas núbias, [...] mas a história dos egípcios, líbios e berberes, das colônias fenícias, gregas e romanas, e dos árabes e arabizados pertence a um outro universo: o do Mediterrâneo” (SILVA, 2006, p.17).

Observa-se que o enfoque dado à História da África nesse conjunto de fontes, considerando as permanências e as mudanças na apresentação da temática no decorrer dos anos de publicação de uma edição para outra, é alterado minimamente. A alteração que se percebe é a variação de posição da explanação do conteúdo exposto nas páginas dos volumes analisados, ou seja, no modo de organização desse conteúdo.

Contudo, cabe ressaltar dois pontos nessas análises. O primeiro é que o autor acrescenta o “Reino de Cuxe” (aborda aspectos sociais dessa civilização), na 2ªed./2013 – vol. I, ainda que destina uma página para abordar o conteúdo sobre essa civilização e outra para abordar figuras que ilustram o modo de vida dessa civilização, a segunda edição dedica um espaço para apresentar uma civilização africana. Destaca-se pequenas informações, dados acrescentados da primeira edição para a segunda. E o segundo ponto é o capítulo específico, 12 e 13, para apresentar os “povos africanos” em ambas edições, no primeiro volume. Nestes capítulos, além do autor apresentar a África subsaariana também destaca as sociedades africanas: seus reinos, reis, costumes e tradições do reino de Gana, Mali e Congo. Porém, é bom lembrar que a inclusão destes três reinos, Gana, Mali e Congo, nas obras didáticas, fazem parte dos critérios eliminatórios dos Editais do PNLD, no quesito História da África.

Portanto, nota-se a relação, na produção desses livros didáticos, com o contexto regulador, ou seja, percebe-se as variações de uma edição para outra, para

que assim a obra esteja relacionada e enquadrada com os quesitos dos Editais do PNLD, apresente boa avaliação no Guia dos Livros Didáticos do PNLD/EM e corresponda a determinação da Lei 10.630/03.

No Edital de Convocação do PNLD/EM 2015, nos critérios eliminatórios de avaliação, específicos para a disciplina de História, é mencionado que será observado se a obra “desenvolve abordagens qualificadas sobre a história e cultura da África, dos afrodescendentes, dos povos afro-brasileiros e indígenas, em consonância com as leis 10.639/2003 e 11.645/2008”, ou seja, se a obra não seguir neste padrão poderá não ser aceita para participar do Programa Nacional de Livros Didáticos, lembrando que no Guia do Livro Didático PNLD/EM 2012, a obra de Cotrim não teve uma boa avaliação quanto a abordagem sobre a história e cultura africana, afrodescendentes e indígenas. Tal fato, certamente, teve impacto, “forçando” o autor a inserir mais dados ou informações sobre a África em sua obra. Assim, na segunda edição, acrescenta, entre outros aspectos, o conteúdo que aborda a civilização cuxita, por exemplo, buscando adequar-se ao contexto regulador da produção nacional de livros didáticos, que são mercadorias valiosas do mercado editorial.

## Referências

### Fontes

#### Livros didáticos

COTRIM, Gilberto Vieira. **História Global – Brasil e Geral**, 8ªed. São Paulo: Saraiva, 2005. v: único. PNLD/EM 2008-2011.

COTRIM, Gilberto Vieira. **História Global – Brasil e Geral**, 1ªed. São Paulo: Saraiva, 2010. 3v. PNLD/EM 2012-2014.

COTRIM, Gilberto Vieira. **História Global – Brasil e Geral**, 2ªed. São Paulo: Saraiva, 2013. 3v. PNLD/EM 2015-2017.

#### Documentos oficiais

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/CONSELHO PLENO/DF Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. 2004, p. 01-35.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO para inscrição no processo de avaliação e seleção de obras didáticas a serem incluídas no catálogo do Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio – PNLD/EM-2007. Brasília, 2005. Disponível em: [ftp://ftp.fnde.gov.br/web/editais\\_licitacoes/edital\\_pnlem\\_2007.pdf](ftp://ftp.fnde.gov.br/web/editais_licitacoes/edital_pnlem_2007.pdf) Acesso em: 08 mar 2018.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO para inscrição no processo de avaliação e seleção de obras didáticas para o Programa Nacional do Livro Didático PNLD/EM 2012 – Ensino Médio. Brasília, 2010. Disponível em: [file:///C:/Users/Lisiane/Downloads/edital\\_pnld\\_2012\\_consolidado%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Lisiane/Downloads/edital_pnld_2012_consolidado%20(1).pdf) Acesso em: 08 mar 2018

EDITAL DE CONVOCAÇÃO para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas para o Programa Nacional do Livro didático PNLD/EM 2015 – Ensino Médio. Brasília, 2013. Disponível em:

[file:///C:/Users/Lisiane/Downloads/edital\\_pnld\\_2015\\_ensino\\_medio\\_03\\_07\\_2013.pdf](file:///C:/Users/Lisiane/Downloads/edital_pnld_2015_ensino_medio_03_07_2013.pdf)

Acesso em: 08 mar 2018

CATÁLOGO DO PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO PARA O ENSINO MÉDIO: PNLD/EM 2008: História. Brasília: Ministério da Educação, 2007. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/programas-do-livro/livro-didatico/guia-do-livro-didatico/item/4645-guia-pnlem-2008> Acesso em: 11 set 2017.

GUIA DE LIVROS DIDÁTICOS: PNLD/EM 2012: História. Brasília: Ministério da Educação, 2011. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/programas-do-livro/livro-didatico/guia-do-livro-didatico/item/2988-guia-pnld-2012-ensino-m%C3%A9dio> Acesso em: 11 set 2017.

GUIA DE LIVROS DIDÁTICOS: PNLD/EM 2015: História. Brasília: Ministério da Educação, 2014. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/programas-do-livro/livro-didatico/guia-do-livro-didatico/item/5940-guia-pnld-2015> Acesso em: 11 set 2017.

LEI nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Anexo A do Plano Nacional, p. 75-76.

Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Ministério da Educação, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetizada, Diversidade e Inclusão. Brasília: MEC, SECADI. 2013, p.01-104. ISBN 978-85-7994-079-8.

## **Bibliografia**

ALVES, Márcia de Albuquerque. **A África na Literatura Didática de História a partir da Lei 10.639/2003**. IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”, Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5, 2012, p. 3542-3554.

BARROSO, Vera Lúcia Maciel (org.). **Ensino de História :Desafios Contemporâneos**. Porto Alegre: EST: Exclamação: ANPUH/RS, 2010.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes, (2009). **O Conceito de “Livros Didáticos”**. In: BATISTA, Antônio Augusto G.; GALVÃO, Ana Maria de O.. Livros Escolares de Leitura no Brasil: elementos para uma história. Campinas/SP: Mercado das Letras.

BITTENCOURT, Circe M. Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2009, 3ed., p. 300-345.

\_\_\_\_\_ (org). **O Saber Histórico na Sala de Aula**. São Paulo: Contexto, 2013, 12 ed., p. 69-90.

BRUNSCHWING, Henri, **1904-1989. A partilha da África Negra** / Henri Brunschwing; [tradução Joel J. da Silva]. - São Paulo: Perspectiva, 2006. - (Coleção Khronos; 6/dirigida por J. Guinsburg).

CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. **O mercado do livro didático no Brasil do século XXI: a entrada do capital espanhol na Educação Nacional**. São Paulo: Editora Unesp, 2013. p. 51-166.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel/Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1990.

\_\_\_\_\_. **Formas e Sentido. Cultura escrita: entre distinção e apropriação**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2003, p. 7- 48.

\_\_\_\_\_. **Leituras e leitores na França do Antigo Regime**. Tradução: Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

\_\_\_\_\_. **A mão do autor e a mente do editor**. São Paulo: Editora Unesp, 2014, 1ª ed. p. 7-151.

CHOPPIN, Alain. **"L'historien et le livre scolaire" O Historiador e o Livro Escolar**. Especialmente escrito para a revista História da Educação. Tradução de Maria Helena Carnara Bastos. ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas (11):5 - 24, Abril.2002.

\_\_\_\_\_. **História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte.** Educação e Pesquisa. São Paulo, set./dez. 2004, v.30, n.3, p. 549-566.

\_\_\_\_\_. **O manual escolar: uma falsa evidência histórica.** História da Educação, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, 2009, v.13, n.27, p.9-75.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos.** 2007, p. 103 e 105.

EDUCAÇÃO & REALIDADE: **Ensino de História.** Universidade Federal do Rio Grande do sul, 2011, v. 36, n.1.

GALVÃO, Ana Maria de; BATISTA, Antônio Augusto, Gomes. **O estudo dos manuais escolares e a pesquisa em história.** In: BATISTA, Antônio Augusto G.; GALVÃO, Ana Maria de O.. Livros Escolares de Leitura no Brasil: elementos para uma história. Campinas/SP: Mercado das Letras, 2009, p.11-41.

KI-ZERBO, Joseph (org e editor). História Geral da África - **Metodologia e pré-história da África.** Brasília: UNESCO, 2010, 2.ed. ver, v.1, introdução geral e conclusão, p. XXXI-LVII, 833 - 851.

LAUREANO, Marisa Antunes . O Ensino de História da África. Porto Alegre, 2008, n. 44, p. 333-349.

MACKENZIE, J.M. **A Partilha da África 1880-1900 – E o imperialismo europeu no século XIX;** [tradução: Sérgio Bath]. Ed. Ática. Série Princípios,1994, p. 09-63.

MATTOS, Hebe Maria – **Ensino de História e a luta contra a discriminação racial no Brasil** – in: Ensino de História: Conceitos, temáticas e metodologia / Martha Abreu e Rachel Soihet (orgs.) – Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

MUNAKATA, Kazumi. **O livro didático: alguns temas de pesquisa.** Rev. Bras. Hist. Educ., Campinas/SP, 2012, v.12, n.3 (30), p.179-197.

\_\_\_\_\_. **O livro didático como mercadoria.** Pro - Posições, 2012, v. 23, n.3 (69), p. 51-66.

MAZRUI, Ali A. (editor). **História Geral da África – África desde 1935.** Brasília: UNESCO, 2010, V.8, apresentação e nota dos tradutores, p. VII – VIII, IX – X.

OLIVA, Anderson Ribeiro. **A História da África nos bancos escolares. Representações e imprecisões na literatura didática.** Estudos Afro-Asiáticos, 2003, Ano 25, no 3, p. 421-461.

\_\_\_\_\_. **Lições sobre a África: diálogos entre as representações dos africanos no imaginário Ocidental e o ensino da história da África no Mundo Atlântico (1990 - 2005).** 2007. 415 f. Tese (Doutorado em História)—Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

SILVA, Alberto da Costa e. **A enxada e a lança: a África antes dos portugueses.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006, cap.1, p.13 – 56.

\_\_\_\_\_. **A manilha e o libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

SILVA, Iara Augusta da. **O Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLD/EM): uma política de educação implementada pelo estado brasileiro no início do século XXI - SED/MS - 37ª Reunião Nacional da ANPEd,** UFSC – Florianópolis, 2015, p.01-20.

SILVA, Juliana Ribeiro da. **Homens de ferro: os ferreiros na África central no século XIX.** São Paulo: Alameda, 2011.

UZOIGWE, Godfrey, **“Partilha europeia e conquista da África: apanhando geral”.** BOAHEN, Albert Adu (org). **História Geral da África – África sob dominação colonial, 1880 – 1935.** Brasília: Unesco, 2010, v.7, cap. 2, p.21 – 50.